

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

**MÍDIA RADICAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A OPINIÃO DA
GRANDE IMPRENSA E DA MÍDIA RADICAL NO NOVO CÓDIGO
FLORESTAL**

KÁTIA HARUMY DE SIQUEIRA KISHI
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE JORNALISMO
Orientador: Juarez Tadeu de Paula Xavier

BAURU
2012

KÁTIA HARUMY DE SIQUEIRA KISHI

**MÍDIA RADICAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A OPINIÃO DA
GRANDE IMPRENSA E DA MÍDIA RADICAL NO NOVO CÓDIGO
FLORESTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso –
Monografia apresentada como avaliação
para obtenção do título de Bacharel em
Jornalismo do curso de Comunicação
Social da Faculdade de Arquitetura,
Artes e Comunicação da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” – UNESP.

Orientador: Juarez Tadeu de Paula
Xavier

BAURU

2012

KÁTIA HARUMY DE SIQUEIRA KISHI

**MÍDIA RADICAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A OPINIÃO DA
GRANDE IMPRENSA E DA MÍDIA RADICAL NO NOVO CÓDIGO
FLORESTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada como avaliação para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo do curso de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

FAAC/ Unesp Bauru

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

FAAC/ Unesp Bauru

Prof. Ma. Érica Cristina de Souza
Franzon

USC Bauru

BAURU

2012

À você, que se interessou pela temática.

AGRADECIMENTOS

Não só por esses quatro anos de graduação, mas por tudo que me foi acrescentado, agradeço a Deus pela força e determinação em cada luta, dando-me tranquilidade nas horas certas; assim como minha família que sempre acreditou e me incentivou nos meus projetos.

Agradeço ao “Colégio Engº Juarez Wanderley” – Instituto de Ensino e Pesquisa da Embraer - que viabilizou meus estudos em São José dos Campos e em Bauru. Aos meus amigos do “JW” e do “Wilma” que mesmo distantes, paradoxalmente, sempre estiveram próximos, da mesma forma que todas as amizades, efêmeras ou duradouras, que conquistei em Bauru, porque cada uma me ensinou alguma coisa em seu momento, sendo assim, enriquecedora.

Aos projetos de extensão da faculdade, ao GEAJA – Grupo de Estudos Aplicados em Jornalismo Ambiental, ao jornal “(IM)Pacto Ambiental” e radio-jornal “Ecoando” que me fizeram acreditar que mudanças são possíveis, basta lutar.

Ao Cursinho Pré-Vestibular da FC, “Ferradura Mirim”, no qual mais que ensinar, aprendi valores inestimáveis, por isso um obrigado especial para os coordenadores, colegas e amigos do projeto e para cada aluno que tive nesses quatro anos (e foram muitos), que mesmo nos momentos de estresse, sempre pude olhar para eles e ver que realmente faz diferença cada esforço e momento que nos dedicamos.

À Família Handebol e Atletismo Unesp Bauru, porque eles me fizeram “acreditar” mais que em um objetivo, mas em mim mesma primeiro, e, às vezes, apenas crer vale mais que muita coisa.

À “Atlética Unesp Bauru”, tanto VG’s quanto a “Gestão Douglas Okumura” por toda união, por sermos um time. É por esse campus - Unesp Bauru - que choro, canto, vibro, torço e acredito! Lembrem-se :“Nunca duvidem de um campeão!” (BOLT, 2012).

Ao meu orientador, Prof. Dr. Juarez Xavier, que me abriu a mente para novas formas de comunicação.

Sem nomear mais, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma me ensinaram, incentivaram ou até mesmo me atrapalharam, mas que não esquecerei pela riqueza em ter aprendido.

“Carece de ter Coragem.”

Guimarães Rosa

RESUMO

O objetivo desse trabalho é comparar como se manifesta o posicionamento ideológico nas produções da mídia hegemônica, baseado em Gramsci, com relação à mídia radical alternativa, proposta por John Downing.

A pesquisa tem como amostra o conteúdo opinativo do jornal impresso “O Estado de S. Paulo” contrapondo com as expressões da ONG ambiental bauruense “Instituto Ambiental Vidágua” sobre as propostas do Novo Código Florestal Brasileiro. A análise se prenderá em um intervalo entre a aprovação do Código pela Câmara dos Deputados, em abril de 2012, e a Medida Provisória da presidente Dilma Rousseff com 32 modificações, após vetar 12 artigos propostos inicialmente, em maio de 2012.

Para embasar o estudo, será trabalhada a hegemonia de Gramsci; o que é a mídia radical alternativa e como ela se manifesta; esfera pública e espaço social, a relação entre o jornalismo ambiental com as ONG’s ambientais; jornalismo opinativo e gêneros jornalísticos opinativos; teorias do jornalismo e enquadramento de matéria.

Palavras-chave: Código Florestal, Mídia Hegemônica, Mídia Radical, Jornalismo Opinativo, Enquadramento.

ABSTRACT

The objective of this work is to compare how manifests the ideological positioning in the hegemonic media productions, according to Gramsci's conception, in relation to the radical alternative media, proposed by John Downing.

The research has as opinionated content sample printed newspaper "O Estado de s. Paulo", contrasting with the expressions of NON-PROFIT bauruense environmental "Instituto Ambiental Vidágua" on the proposals of the new Brazilian forest Code. The analysis will hold in an interval between the adoption of the code by the Chamber of deputies in April 2012, and the provisional measure of President Dilma Rousseff with 32 modifications, after vetoing 12 articles proposed initially in may 2012.

To support the study, will be crafted Gramsci hegemony; What is the alternative and radical media as it manifests itself; the relationship between the environmental journalism with the environmental NGOs; opinionated journalism and journalistic genres opinionated; theories of journalism and framing of matter.

Keywords: forest code, Hegemonic Media, Radical Media, journalism Opinionated, Framming.

| | |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução..... | 10 |
| Quadro Teórico..... | 12 |
| 1 – Mídia hegemônica em crise..... | 13 |
| 1.1 – A “hegemonia gramsciana” | 14 |
| 1.2 – Monopólio elitista da mídia..... | 15 |
| 1.3 – A globalização e a informação-mercadoria..... | 17 |
| 1.4- A era da desconfiança..... | 18 |
| 1.5 - Verdade, lealdade compromisso social..... | 20 |
| 2- Mídia Radical Alternativa..... | 22 |
| 2.1 – Definindo conceitos..... | 23 |
| 2.2- A contra-hegemonia da mídia radical..... | 24 |
| 2.3 – A esfera pública da mídia radical..... | 25 |
| 2.4 – Mídia radical revolucionária..... | 29 |
| 2.5 – Fotos, muros, lenço, buttons, dança... Mídia..... | 31 |
| 3- Mídia Ambiental e Militância..... | 32 |
| 3.1- O jornalismo ambiental vs. Objetividade..... | 33 |
| 3.2 – Mídia radical interferindo no <i>status quo</i> | 35 |
| 3.3 - O papel das ONG’s..... | 36 |
| 4- Opinião, teoria e enquadramento no jornalismo..... | 40 |
| 4.1 – Jornalismo opinativo..... | 41 |
| 4.2 – Gêneros do jornalismo..... | 43 |
| 4.3 – Gêneros opinativos no jornalismo tradicional..... | 44 |
| 4.4 – Teorias do jornalismo e critérios de noticiabilidade..... | 47 |
| 4.5 – Enquadramento..... | 49 |
| 5 – Contraste entre a mídia hegemônica e a radical alternativa..... | 52 |
| 5.1- As APPs e o Código Florestal Brasileiro..... | 54 |
| 5.2- Metodologia da análise..... | 55 |
| 5.3- Análises – Mídia Hegemônica..... | 58 |
| 5.4 – Análise da Mídia Radical Alternativa..... | 71 |
| Considerações Finais..... | 75 |
| Referências Bibliográficas..... | 77 |
| Apêndice..... | 84 |
| Anexos..... | 95 |

Introdução:

O objetivo desse trabalho é comparar como se manifesta o posicionamento ideológico nas produções da mídia hegemônica, baseado no conceito comunicacional de Gramsci, em relação à mídia radical alternativa, proposta DOWNING (2002) em seu volumoso livro “Mídia Radical – Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais” que guiará esse estudo.

A pesquisa se concretiza ao se contrapor a opinião do jornal impresso “O Estado de S. Paulo” contra as expressões da ONG ambiental bauruense “Instituto Ambiental Vidágua” sobre as propostas do Novo Código Florestal Brasileiro. A análise se prenderá em um intervalo entre a aprovação do Código pela Câmara dos Deputados, em abril de 2012, e a Medida Provisória da presidente Dilma Rousseff com 32 modificações, após vetar 12 artigos propostos inicialmente, em maio de 2012.

O debate envolvendo o Código Florestal ocorre pela oposição binária entre os agropecuaristas que anseiam pela expansão nos moldes do desenvolvimentismo, contra os ambientalistas representados pela ONG's, que defendem um sistema de desenvolvimento sustentável e a proteção das riquezas naturais do Brasil.

Para compreensão do *corpus* proposto na pesquisa, o trabalho se embasa em conceitos de Gramsci ao assumir o jornal tradicional “O Estado de S. Paulo” como uma mídia hegemônica que reflete e é o reflexo das ideologias elitistas sustentadas no capitalismo, uma construção histórica na imprensa brasileira. Também será discutida a crise de credibilidade que se passa nos meios de comunicação massivos, visando os lucros por trás das matérias e, não a defesa do diálogo político na sociedade ao transformar notícias em mercadorias ou moeda de troca com possíveis anunciantes ou associados da empresa.

Nesse contexto, eclodem as manifestações da mídia radical alternativa a fim de impor o diálogo sobre assuntos tratados sem profundidade ou negligenciados pela imprensa tradicional. O radicalismo expressivo representa a oposição clara dos paradigmas da ordem vigente e caminhos para mudanças do *status quo*.

Além da definição dessa comunicação revolucionária e de posicionamento extremista, é necessário compreender conceitos que envolvem a esfera pública habermasiana, bem como as suas adaptações para a contemporaneidade, como a quebra do espaço social em subespaços concêntricos que se inter-relacionam e podem influenciar na discussão de assuntos públicos e formação de opinião.

Sustentando a temática ambiental avaliada pela pesquisa, também será colocado em cheque o “jornalista ambiental” e as formas com que as notícias desse teor estão sendo e deveriam ser trabalhadas pela grande imprensa, de acordo com Wilson BUENO (2007a, 2007b), André TRIGUEIRO (2008) e Michael FROME (2008).

A temática ambiental é defendida por um forte militância com as ONG's ambientais, que desde a redemocratização política brasileira e do Rio-92 se disseminaram com propostas de conscientização ambiental, projetos envolvendo políticas públicas e transmissão de informações. Por meio de suas atuações midiáticas radicais, como protestos, cartilhas e principalmente, na atualidade, a propagação de vídeos e informações pelas redes sociais, as ONG's conseguem inserir debates ambientais na esfera pública, mesmo que local, tendo como palco ou ágora um novo espaço público da internet.

A análise de conteúdo entre as mídias será realizada pelo “enquadramento” (framing) de suas produções, analisando características como valores-notícia, seleção, ênfase e exclusão de informações, como apresentado por PORTO (2004) e ROTHBERG (2007).

Quadro teórico

A pesquisa de contraposição, entre um veículo da mídia tradicional brasileiro e uma manifestação de cunho radical, se baseia nas teorias defendidas por Gramsci, apropriadas por MORAES (2010), e DOWNING (2002, 2009, 2010); suas interferências na esfera pública foram definidas segundo novos conceitos de SILVA (2006) que renovou o conceito de espaço social habermasiano.

As análises do veículo hegemônico se desenvolvem nos conteúdos dos gêneros opinativos do jornalismo, como trabalhados por BELTRÃO (1980) e MELO (1985); e as teorias de enquadramento se devem pelas definições de PORTO (2004) espelhadas nas teorias do jornalismo propostas por TRAQUINA (2004) e os critérios de noticiabilidade ou valores-notícias de SILVA (2005), utilizada em ambas as mídias.

O *ethos* do jornalista, que serve de plano de fundo do trabalho, é debatido segundo RAMONET (1999), KOVACH e ROSENTIEL (2003), BUENO (2007a, 2007b) FROME (2008) e TRIGUEIRO (2008).

1 - Mídia Hegemônica em crise:

Quanto mais hegemônico um sistema, mais a imaginação é ferida pelo menor de seus revezes.

Jean Baudrillard.

No estudo da comunicação é necessário previamente se ter um panorama de como a mídia manifesta suas influências, relações e se encontra no contexto atual, bem como os “por quês” que a colocam em dada situação. Este capítulo tem justamente a intenção de perpassar por pontos e teorias cruciais para a compreensão do jornalismo, mas que também pode ser ampliada para a mídia como um todo.

Após análise sobre a realidade da mídia convencional, os teóricos KOVACH e ROSENTIEL (2003) e RAMONET (1999) apresentam em suas pesquisas que os meios de comunicação de massa não estão agradando o público como se esperava, inclusive, nos Estados Unidos foi fundado um Comitê dos Jornalistas Preocupados a fim de compreender para quem serve o jornalismo e métodos para resgatar a “essência” do profissional (KOVACH e ROSENTIEL, 2003).

Entender os princípios que o jornalismo deve seguir é importante, assim como o conhecimento do público sobre eles para cobrar o profissional nos produtos midiáticos oferecidos. De mesmo modo, torna-se crucial avaliar quais são os motivos ou como a mídia está agindo para desagradar as audiências a ponto do público não confiar, como em anos anteriores, nos conteúdos produzidos pelos jornais.

Entre esses tópicos, há no capítulo a conceituação de hegemonia baseado em Gramsci e apropriada por MORAES (2010) para entender o termo “mídia hegemônica” (usada nesse trabalho como sinônimos para mídia tradicional ou convencional), e como a comunicação evoluiu na história humana a ponto de legitimar seu poder para as elites, monopólio que até hoje rege os veículos de comunicação, internacionais e brasileiros, nas mãos das mesmas famílias por anos, como o “Estadão” (Mesquita), “Folha” (Frias), Rede Globo (Marinho) e outros conglomerados apontados por VELOSO (2009).

Essas grandes empresas se rivalizam para aumentar seus públicos-alvo, mas ao mesmo tempo refletem e são o reflexo do pensamento das altas camadas capitalistas, de forma unânime. “[...] No momento, por exemplo, todos os grandes jornais apoiam o neoliberalismo adotado pelo

governo brasileiro, uns com mais veemência, com menos veemência outros” (SODRÉ apud VELOSO, 2009, p. 53).

As outras grandes empresas midiáticas que não estão no poder intelectual das elites se encontram no poder político como apresentado por JAKOBSKIND (2009):

“No Congresso, um bom número de parlamentares e seus familiares são também proprietários de veículos de comunicação. Não aceitam qualquer tipo de modificação e consideram autoritários todos os que eventualmente venham a questionar, por exemplo, a renovação automática da concessão dos canais de televisão. Os senadores José Sarney, Fernando Collor de Mello e Jader Barbalho, entre outros tantos, que o digam.” (JAKOBSKIND, 2009)

Em um meio capitalista onde até a informação se tornou uma mercadoria ou moeda de troca no jogo de negócios entre o jornal e os anunciantes, JAKOBSKIND (2009) afirma que essas mesmas empresas jornalísticas tem espaço reservado para transpor o posicionamento e ideias dos proprietários e seus correligionários. Em um contexto como esse, como cobrar do público, tratado como um consumidor passivo, que dê credibilidade para os veículos de informação? Essa é a crise em que se encontra a mídia hegemônica, forte no contexto sócio-político e econômico, mas se perdendo dos princípios que regem a profissão.

1.1 - A “hegemonia gramsciana”:

O conceito de “hegemonia” , visando aqui somente o conceito comunicacional, desenvolvido pelo filósofo italiano Antonio Gramsci está além da definição genérica de domínio/liderança que possa ser conquistado pela força econômica e/ou militar das camadas de elite ou do Estado. Entrelaça-se o termo como um domínio movido pela dupla ação simultânea da força com o consentimento da sociedade para atuar e se fortalecer, tanto nos âmbitos políticos e econômicos como também nos socioculturais.

A consolidação do poder exercido por essas camadas não ocorreu de forma rápida e definitiva. A todo o momento, com as mais variadas armas ideológicas e culturais, grupos tentam criar uma “vontade coletiva” para se articularem e colocarem a vigente classe em crise na sociedade civil (MORAES, 2010).

Esses grupos ou forças que compõem a hegemonia na sociedade civil não se restringem apenas ao Estado e suas intervenções políticas; agentes privados e relativamente autônomos como a mídia, escolas, Igreja e movimentos sociais participam da dominação ideológica na sociedade, seja apoiando ou se contrapondo.

1.2 - Monopólio elitista da mídia

Assim como vários aparelhos sociais intervêm na sociedade, os meios de comunicação também têm uma atuação forte de disseminar ideais e poder de determinadas classes, como destacado por Karl Marx: *“transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”* (MARX; ENGELS *apud* MORAES, 2010, p.61).

A circulação dessas informações transmite e de certa forma legitima quais camadas ou ideologias prevalecem na sociedade, e mesmo antes de vislumbrar as inovações tecnológicas, que os meios de comunicação utilizam para efetivar a sua inserção e objetivos entre a população, o filósofo marxista Gramsci destaca o conteúdo que, por exemplo, os jornais europeus transmitiam no início do século XX: *“Os jornais capitalistas teriam feito vibrar a corda dos sentimentos pequeno-burgueses; e são esses jornais que asseguram a existência do capitalismo, o consenso e a força dos pequeno-burgueses e dos imbecis”* (GRAMSCI *apud* MORAES, 2010, p. 63).

A elite monopoliza e transmite seus posicionamentos através da mídia desde que ela era primitiva. Era através do controle das informações que os governos conseguiam unificar sua nação para evitar ameaças generalizadas. Mesmo em comunidades ditas mais democratizadas com um pré-jornalismo como ocorria na Grécia Antiga, ligado à oralidade, com compartilhamento viável de informações e onde *“tudo que era importante ao interesse público ficava ao ar livre”* (HOHENBERG *apud* KOVACH; ROSENTIEL, 2003, P. 36), eram as camadas abastadas que controlavam as informações e debates na Ágora, lembrando que esse mesmo público já se restringia à elite do período (homem, branco, livre). O domínio elitista prosseguiu na história e ganhou força com as inovações tecnológicas com custos elevados.

No século XVII surgiram os primeiros folhetins tipografados com recorte das informações e fofocas recolhidas nos bares em Londres (KOVACH; ROSENTIEL, 2003),

restringindo a leitura e contato com as “notícias” nas mãos da burguesia, pequena parcela da sociedade alfabetizada. Não poderia ser diferente essa dominação informativa, visto o contexto histórico, no qual quem escrevia as informações desse “nascimento do jornalismo” era a elite, com conteúdo capitalista para o médio e alto burguês consumirem.

Mesmo no século XX com o fortalecimento de outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão, quem tinha acesso continuou sendo as camadas elitistas, já que implicava um grande investimento financeiro. Se considerar a atualidade em que esses meios são mais acessíveis, por formato, à massa popular (já que se prendem à oralidade ao invés da escrita), o controle permanece nas mãos das camadas mais abastadas, a elite intelectual, ou quando sob a influência do Estado, pela elite política. São nesses veículos que se reflete e legitima a mensagem da hegemonia ideológica, cultural, econômica e social desse setor (MELO, 1971), trata-se de um controle comunicativo histórico.

“Durante séculos, na Inglaterra, a Coroa controlou a imprensa ainda infante para promover os interesses do Estado; e a igreja, por muito tempo, teve o monopólio das comunicações para manter a supremacia. [...] Mesmo agora, a despeito do formidável poder dos meios de comunicação de massa, muitos observadores ainda argumentam que as comunicações são ainda, em larga medida, o adjunto de outras instituições. Por exemplo, nos Estados Unidos, o sistema de comunicação está intimamente ligado à indústria e com a venda de bens de consumo como tarefa principal [...]” (PETERSON, JENSEN e RIVERS *apud* MELO, 1971, P. 12).

A força da comunicação martela de tal forma a sociedade que não se pode considerar a mídia como o “quarto poder” ao se ter como referência a classificação de Montesquieu, pois na verdade, o primeiro poder que rege a sociedade atual é a economia seguida pela influência dos meios de comunicação, que são a manifestação e consolidação dos ideais elitistas, e o poder político acaba em terceiro lugar (RAMONET, 1999).

No Brasil também se observa esse reflexo da sociedade através dos meios de comunicação.

“ao longo da história, ela [mídia] sempre atuou como bloco. No período pré-64, por exemplo, toda a chamada ‘grande imprensa’ (O Globo, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, etc.) apoiou o golpe. A única vez que a imprensa rachou foi na revolução de 1930, mas isso aconteceu porque a elite estava dividida e a imprensa expressou esse momento. Fora isso, a imprensa sempre atuou em bloco” (DANTAS, 2011).

1.3 - A globalização e a informação-mercadoria

A competitividade e busca pelos lucros cresce ainda mais com a compressão de tempo-espaço (globalização) (HARVEY, 1989), que em tese rompe a concepção do que era o horizonte temporal e espacial, já que qualquer informação pode chegar num lugar totalmente oposto de modo bem mais rápido. Com isso, as tecnologias estão ficando cada vez mais avançadas para responder às expectativas dos setores financeiros (ordem capitalista), agilizando a produção e venda de mercadorias, sejam essas quais forem, desde produtos até informações, notícias e sensações, ganhando força com o avanço, principalmente, das redes de comunicação via web, mesclando o Mundo Real com o Mundo Virtual.

No entanto, esse conceito de globalização não passa, segundo Milton Santos (2000), de um mito:

“Fala-se, por exemplo, de aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. [...] Enquanto isso, o culto ao consumismo é estimulado”. (SANTOS, 2000, p. 8)

A informação e o direito de se informar pela mídia hegemônica, se tornaram nesse meio capitalista mais uma mercadoria para se explorar. A maioria dos grandes jornais já pertence a grandes empresas, como proprietários de estúdios, revistas, sites e agências de publicidade, e são esses conglomerados que difundem cerca de dois terços das informações no mundo (GOES, 2007). Grandes empresas almejam grandes lucros, então a mercadoria “informação” começa a atender as ordens do mercado para vender mais; *“os jornais são organismos político-financeiros, e não se propõe as belas letras em suas colunas, a não ser que essas belas-letras aumentem a receita”* (GRAMSCI *apud* MORAES, 2010, p. 66).

O jornalismo se tornou um negócio lucrativo no qual o público tornou-se cliente/consumidor. *“No final do século XX os líderes do jornalismo americano de fato se converteram em homens de negócios. E a metade deles diz agora que passam um terço de seu tempo envolvidos mais com assuntos empresariais do que com jornalismo”* (KOVACH;

ROSSENTIEL, 2003, p. 82) aponta a pesquisa americana “A Project On The State of the American Newspaper”, relatada por Kovach e Rosentiel (2003).

“Na verdade, em lugar de vender conteúdo aos clientes os praticantes do jornalismo constroem uma relação com seu público baseada nos seus próprios valores, capacidade de na análise e julgamento, autoridade, coragem, profissionalismo e compromisso com comunidade. Ao fornecer tudo isso o jornalista cria uma ligação com o público que as organizações jornalísticas então alugam aos anunciantes” (KOVACH e ROSSENTIEL, 2003, p.98).

Um dos principais pontos de peso da economia no jornalismo é o efeito provocado pelos anunciantes e da publicidade. Ramonet (1999) alega que é um mito dizer que existe um “muro” separando e protegendo essas duas faces da comunicação em um veículo informativo, pois a publicidade se transformou em uma das principais fontes de renda das empresas jornalísticas. Ramonet também questiona a quem será fiel o jornalismo quando na cobertura de uma notícia polêmica, a sociedade ou aos anunciantes da empresa? São essas as “amarras capitalistas” que colocam em choque o departamento comercial com a redação e em jogo quais são os valores que os meios de comunicação devem seguir. Mesmo sem querer, o jornalista acaba se tornando um marqueteiro no capitalismo informacional.

1.4 - A era da desconfiança

A mídia pode exercer certo “poder” sobre a sociedade, influenciando ideologias e comportamentos, mas isso não quer dizer que a sociedade está de acordo com o que vem sendo divulgado e promovido; por exemplo, em algumas matérias jornalísticas, normalmente as mais polêmicas, os meios de comunicação abusam do acesso à fala e tendem a “manipular” o público para um ideal, destoar e até inventar algumas informações de forma clara ou às vezes com uma palavra de duplo sentido no texto. Alguns valores hegemônicos difundidos pela comunicação já estão tão enraizados na sociedade que dependendo do conteúdo veiculado a mídia se automanipula, como reflexo social (CHARAUDEAU, 2007).

No geral, a comunicação de massa é importante para a organização de uma democracia. Através da rede de comunicação com informações livres que se permite o espaço para o debate social, mas isso não quer dizer que não se tenha problema no modo como algumas notícias estão

sendo veiculadas, ou que o público não desconfie sobre a veracidade das mesmas (RAMONET, 1999).

“[...] O público desconfiava mais e mais dos jornalistas, chegando a odiá-los. E a coisa ficaria ainda pior. Por volta de 1999, somente 21% dos americanos achavam que a imprensa de fato estava preocupada com as pessoas, contra 41% em 1985. Só 58% respeitavam o papel de vigilância da imprensa, contra 67% em 1985. Menos da metade, 45%, acreditavam que a imprensa protegia a democracia. Esse número era 10 pontos percentuais mais altos em 1985” – Comitê dos Jornalistas Preocupados (KOVACH e ROSSENTIEL, 2003, p.19).

A desconfiança sobre os conteúdos produzidos pela grande mídia se dá justamente pela capitalização das notícias, em que muitas empresas optam pela audiência ao invés do compromisso social. Além do possível protecionismo aos anunciantes, cada vez mais a concorrência e pressão do editor estimulam o repórter a querer dar um “furo jornalístico” sem a devida verificação das fontes, fatos ditos como verdades e cuidado com a escrita.

São nesses “deslizes” ou a forma sensacionalista de abordar alguns temas que o jornalismo pode desconstruir uma realidade com mentiras ou exageros, podendo prejudicar justamente o que deveria ser uma das missões, segundo Kovach e Rosentiel (2003), do jornalista, que é o bem social.

“[O que é sensacionalismo?] 1. Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público. Esse exagero pode estar expresso no tema (no conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia. O apelo ao sensacionalismo pode conter objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinar atitudes ou pontos de vista) ou comerciais (aumentar a tiragem do jornal). (...) 2. Qualquer manifestação literária, artística etc., (...) que explore sensações fortes, escândalos ou temas chocantes, para atrair a atenção do público.” (BARBOSA & RABAÇA *apud* SOUZA, 2009, p.6.).

Seguindo a definição proposta, o jornalismo está errando justamente nessa “hiperemoção”, principalmente com os recursos que mexem com as imagens ou os relatos que estimulem a imaginação, são os “enfeites” (pequenos detalhes) inventados ou distorcidos para dar a sensação de realismo na narração (KOVACH e ROSSENTIEL, 2003), é a imagem-sintoma que constrói um jogo de intertextualidade carregada de sentidos, verdadeiros ou não, que chocam o público (CHARAUDEAU, 2007). Com o auxílio crescente de edições do som e imagem, cada vez mais se pode destoar uma informação.

Além do exagero e de “enganar” o público, o sensacionalismo pode destruir um contexto social com o propósito de noticiar primeiro, ou conquistar mais audiência. Basta lembrar histórias como a cobertura jornalística sobre o caso da Escola de Educação Infantil Base, no ano de 1994 em São Paulo, no qual a imprensa sentenciou, antes mesmo que a justiça concluísse algo, que os sócios da escola abusavam sexualmente dos alunos. Manchetes como “Kombi era motel na escolinha do sexo” e “Exame procura AIDS nos alunos da escolinha do sexo” do extinto jornal Notícias Populares serviram para mobilização popular contra os professores da Escola Base. Após investigação a justiça declarou que não houve abusos sexuais e as lesões encontradas nas crianças vinham de problemas intestinais; mas como reverter o quadro instalado pela mídia?

Os erros cometidos no caso da Escola Base aconteceram pela falta de verificação dos fatos e fontes imprecisas. O erro não foi somente do veículo que noticiou primeiro, e sim de toda rede de comunicação que aceitou como verdade e deixou de verificar a matéria; seguiu-se um mimetismo entre os meios de comunicação, um outro problema da atualidade jornalística.

Supõe-se que com o advento de novas tecnologias os jornalistas tratarão melhor suas matérias a ponto de não precisar “imitar” outro veículo. No entanto, Ramonet (1999) destaca que justamente esse excesso de informações na rede que prejudica o fazer jornalismo, ao se criar uma censura automática de alguns fatos, porque o jornalista se acomoda em sua redação e opta pelo mar de dados e informações mais rápidas e de fácil acesso.

1.5 - Verdade, lealdade e compromisso social

Existem os clássicos elementos do jornalismo que devem ser seguidos para se ter uma comunicação com menos falhas e próxima da realidade social. Esses pontos que constituem a essência do jornalista servem para guia-lo na missão de fornecer informações públicas para as pessoas compreenderem o mundo.

Refletindo nessa essência, Kovach e Rosentiel (2003) montaram os nove princípios básicos, expostos no livro “Os elementos do Jornalismo”, após uma pesquisa nos EUA. Definiu-se no estudo que o jornalista tem obrigação com a verdade e lealdade com os cidadãos de forma livre, comprometido e crítica. O grande questionamento ao se analisar a essência do jornalista é justamente o que cada indivíduo vai considerar como verdade. O estudioso Charaudeau (2007)

alega que com tantas definições filosóficas e perspectivas diferentes sobre o tema, talvez só existam as verdades de opinião ou ainda uma verdade funcional que se adequará ao dia-a-dia da população. *“No fim das contas, jornalismo é uma questão de carácter”* (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 273.).

Nesse emaranhado ideológico sobre o fazer jornalismo mesclado com as pressões do dead line para criar notícias-mercadoria e imposições ideológicas dos anunciantes e da elite dominante, que se pode afirmar que a mídia hegemônica está em crise de credibilidade para permanecer no “poder” informacional. Apesar dos meios de comunicação massivos exercerem grande influência na sociedade, o público não está plenamente receptivo para os domínios comunicacionais como antes. Em meio a essa crise, evidenciada pela qualidade de produção da imprensa tradicional, que surgem com força e de modos diferentes e inovadores as mídias contra-hegemônicas, alternativas ao sistema imposto, com intuito de quebrar o monopólio comunicativo.

2- Mídia Radical Alternativa

Resistir tornou-se também um movimento através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente.

Henrique Antoun

Desde a segunda metade do século XX, surgiram diversas nomenclaturas de mídias diferentes da hegemônica ou dita tradicional; dentre essas, a mídia alternativa, independente, comunitária e outras. O constante erro é classifica-las todas em um único pacote de sinônimos, quando na realidade algumas tem apenas como ponto em comum serem paralelas aos meios de comunicação convencionais. Mesmo assim, não se deve anexá-las genericamente com o termo de “alternativas”, pois qualquer comunicação que se manifeste lateralmente aos veículos tradicionais já pode ser classificada assim, sem se preocupar com o seu conteúdo ou posicionamento ideológico para assim se manifestar, pontos necessários para o estudo da comunicação.

O primeiro capítulo desse trabalho se baseou na teoria comunicacional de Gramsci, apropriada por MORAES (2010) sobre a hegemonia na sociedade e como ela se estabeleceu no decorrer da história humana e comunicativa; agora se deve entender qual é o conceito de “contrainformação” defendida pelo filósofo italiano Pio Baldelli (apud DOWNING, 2002), que é no jornalismo a apresentação de fatos e ideias que a mídia tradicional não aborda/abordou. Esse conceito será ampliado para “contra-hegemonia” ao se trabalhar comunicações contrárias à mídia hegemônica e não só o jornalismo.

O enfoque será dado à chamada “Mídia Radical Alternativa” e a concepção adotada por DOWNING (2002) de além de ser uma oposição ao sistema vigente, ser também uma mídia extremista no seu posicionamento; é o seu conteúdo político que a difere de outras manifestações alternativas.

A essência revolucionária dessa mídia militante a guiará em vários exemplos de manifestações sociais, efêmeras ou duradouras, que vão além de uma notícia em uma rádio comunitária. É a forma criativa, às vezes humorada, de colocar em debate na esfera pública local ou global questões políticas por meio da música, charges, grafite e até mesmo no vestuário, mesmo que o espaço público dominado pelos grandes veículos de comunicação não os evidencie.

2.1-Definindo conceitos

Antes de tentar compreender o que é a mídia radical alternativa, deve-se compreender ou repensar o conceito da própria palavra “mídia”.

A origem da palavra “mídia” foi aportuguesada do inglês “media” de origem latina *médium* que significa meio. Apesar de tratar de assuntos multidisciplinares como a comunicação, política e economia, o termo ainda não tem um conceito fechado entre os pesquisadores do campo da comunicação (GUAZINA, 2007) e acaba na generalização restrita dos meios de comunicação de massa e sua atuação nesse meio globalizado; segue definição proposta por Duguay:

“ Mídia. *Sf* (ing. *mass media*) *Propag.* 1 Veículo ou meio de divulgação da ação publicitária. 2 Seção ou departamento de uma agência de propaganda, que faz as recomendações, estudos, distribuições de anúncios e contato com os veículos (jornais, revistas, rádio televisão, etc.). 3 Numa agência de propaganda, é a pessoa encarregada da ligação com os veículos e da compra de espaço (eventualmente de tempo) para inserção ou transmissão de anúncios. 4 *Inform.* Qualquer material físico que pode ser usado para armazenar dados. Os computadores podem armazenar uma variedade de mídias, como discos, fitas ou CD-ROM. *Sin: meio. M. Eletrônica:* a televisão, quando considerada um veículo de comunicação. *M. impressa:* os jornais e revistas, quando considerados como veículos de comunicação.” (DUGUAY, R.)

Segundo estudos e definições de DOWNING (2002), ao contrário do conceito que a maioria das pessoas pensa sobre o significado de mídia (e aqui incluímos também comunicadores sociais e “midiólogos”) de que se restringe apenas aos renomados meios de comunicação que controlam a cultura de massa, como o rádio, cinema, imprensa, televisão e despontando com força a internet. No entanto, a mídia é muito mais abrangente “*porque ela comunica*” (DOWNING, 2009, p.6). Usando esse conceito, a mídia engloba tudo o que expressa algum ideal, reflexão, sentimento ou comportamento; a mídia é pura expressão. Entende-se, então, por expressão além da imprensa convencional, o teatro, a dança, músicas populares, cartuns, fotografia, murais e grafite, adesivos, tatuagens e até mesmo o vestuário que são umas das primeiras impressões comunicativas que o ser humano transmite para o próximo ou para si mesmo.

“Uma tatuagem pode significar uma coisa muito importante para a pessoa tatuada. Pode significar um amor que passou e que não voltará mais, ou outro exemplo, nas prisões. As tatuagens dos prisioneiros significam que fazem parte de um grupo, gangue, e são esses signos que fazem deles estar ou não em perigo lá dentro. Na época do nazismo também se utilizavam tatuagens para marcar as pessoas. É um exemplo terrível. Está aí o significado

da mídia. Porque ela comunica. E a tatuagem comunica. Algumas podem ter um significado mais importante, outras nem tanto.” (DOWNING, 2009, p.6.).

Aproximando a definição de comunicação com mídia não simplifica automaticamente o conceito de outros termos, que ainda continuam sem um sentido exato.

Na atualidade em que cada vez mais informações sem filtros são expostos pela internet (ANDERSON *apud* SCHIMITT; PEREIRA FILHO, 2007), vários conceitos diferentes sobre as manifestações fora dos veículos tradicionais de comunicação surgem, todas com seus prós e contras se é a melhor conceituação sobre essas manifestações (DOWNING, 2010). Entre as definições mais consagradas na atualidade, Downing coloca a “mídia alternativa” como algo “insosso” e impreciso, pois tudo pode ser alternativo a alguma coisa; “*mídia alternativa? Muitas são. É só ser alternativo e pronto, ganha o rótulo*” (DOWNING, 2009, p.6), ainda falta definir que mensagem esse tipo de mídia deverá passar para distingui-las das demais. Outros termos se delimitam a um foco da comunicação, como “mídia de contrainformação” que quase restringe apenas ao jornalismo (DOWNING, 2010) voltado para o noticiário.

Deve-se tomar cuidado para não generalizar mídia alternativa, mídia de contra-informação, mídia cidadão, mídia tática e mídia radical entre outras tantas definições como sinônimos, pois cada uma trata de um aspecto da comunicação e/ou tem uma ideologia e abordagens diferentes entre si

2.2 - Contra-hegemonia da mídia radical

A definição proposta por DOWNING (2002) sobre Mídia Radical Alternativa é: “*a mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes- que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas*” (DOWNING, 2002, p.21). Ou seja, das mais variadas formas, é uma oposição dos valores defendidos pelo senso comum com propostas viáveis para responder a mesma questão, podendo ser tomada atualmente como uma mídia dos movimentos sociais.

Esse posicionamento alternativo é possível porque a hegemonia em uma sociedade não é total (VELOSO, M. do F.S., 2009), pelo contrário, ela mesma luta cotidianamente na sociedade para impor suas ideologias ao senso comum; concomitantemente, as forças contra-hegêmicas

também lutam para se posicionarem oferecendo contra-informações, temas que a grande mídia deixou de abordar ou não permitiu um espaço público para o debate. Esse conceito de contra-informação foi defendida pelo italiano Baldelli como uma forma de “garantir” que qualquer grupo à margem da mídia tradicional tenha espaço para se manifestar (MAZETTI, 2007.)

“O termo ‘contracomunicação’ para nomear o fornecimento de informações de natureza distinta, às vezes opostas às informações dos grandes veículos estabelecidos de comunicação, e proporcionar uma outra interpretação dos fenômenos políticos e sociais voltada para os interesses das classes dominadas da sociedade.” (VELOSO, M. do F.S., 2009, p. 52).

Existir uma contra-hegemonia não é dizer que a mídia hegemônica está omitindo fatos sociais, informações ou ideias que certos grupos sociais apoiam. A imprensa tradicional também abre espaço para diversos temas. Com o advento da internet, controlada por grandes empresas hegemônicas, e a globalização, que tenta compactar as dimensões de tempo-espaço humano, a cada segundo é derramado na rede midiática as mais diferentes informações.

A simples divulgação de um assunto de carácter alternativo também não aproxima a mídia hegemônica da contra-hegemônica. A diferença entre elas está na abordagem e intencionalidade de cada uma, ou seja, a grande mídia tem a intenção de modificar o *status quo*, que ela regra, ao divulgar X informação? “A mídia tradicional tem interesse em manter uma realidade que lhe é benéfica e lucrativa” (GOES, 2007, p.4), afinal, ela ainda é uma empresa com departamento comercial e toda rede de marketing que a sustenta.

Nessas condições, surge a contra-hegemonia da mídia radical alternativa. A contra-hegemonia é toda oposição às ordens vigentes dos padrões comportamentais, sociais e econômicos adotados pela maioria de uma sociedade, assim como a mídia radical se revolta. O Radicalismo alternativo se diferencia das outras mídias por sua escolha e luta extrema em um ideal político. A própria palavra “radical” vem do sentido de “penetrar na ‘raiz’ das questões” (DOWNING, 2009, p.6.).

“[...] a mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas.” (DOWNING, 2002: p. 50).

2.3 - A Esfera Pública da Mídia Radical

A comunicação é o elemento crucial para que todo pensamento, expressão e vontades de um grupo seja transmitido, debatido e legitimado para o âmbito social, denominado por Habermas como a esfera pública (BAHIA, L.C.M., ____ p.3).

“[A esfera pública] é uma estrutura de comunicação que elabora temas, questões e problemas politicamente relevantes que emergem da esfera privada e das esferas informais da sociedade civil e os encaminha para o tratamento formal no centro político; é um centro potencial de comunicação pública, que revela um raciocínio de natureza pública, de formação da opinião e da vontade política, enraizada no mundo da vida através da sociedade civil. A esfera pública tem a ver com o ‘espaço social’ do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política.” (LUBENOW, 2007, p. 113)

Na sua definição inicial, Habermas colocou que a esfera pública era a mediação entre a sociedade civil e o Estado de forma que existisse no espaço físico a presença de cidadãos em assembleia e após o espaço para as discussões, se formaria a “opinião pública” (BAHIA, L.C.M., ____ p.3).

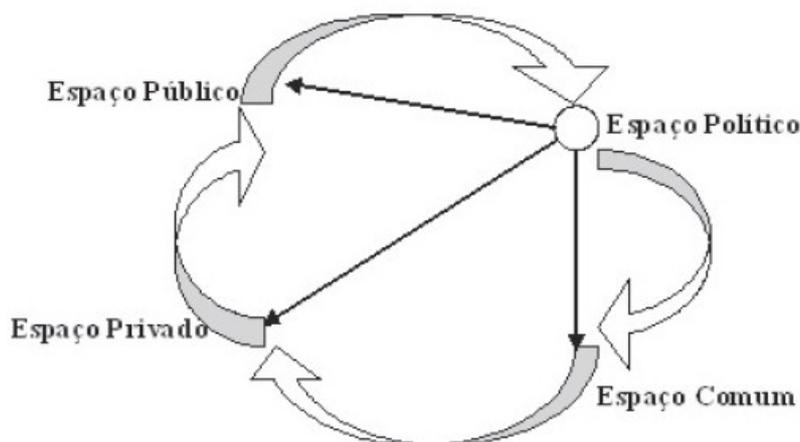
Essa concepção se baseou em fatos históricos do período entre os séculos XVI e XVIII; o presente se modificou com os avanços tecnológicos. Para compreender como a mídia interfere na esfera pública, deve-se fazer primeiro uma contextualização de como se estrutura, hoje, o espaço social dentro dessa esfera na formação de opiniões públicas, como proposto pelo estudo do professor e jornalista, Luiz Martins SILVA (2006).

Entende-se por espaço social as relações de poder que se estabelecem entre si os agentes sociais. Dessa forma, SILVA (2006) definiu que existem quatro “subespaços básicos” que se inter-relacionam e formam o espaço social: o *espaço privado* representa a *reclusão* do cotidiano individual; o *espaço comum* que permite o contato e *circulação* física entre as pessoas; o *espaço político*, onde o poder se legitima na tomada de *decisões*; e o *espaço público*, composto pelos meios de comunicação que devem abrir espaço para a *discussão*.

“Os espaços públicos são, conseqüentemente, arenas que as sociedades democráticas criam para validar, para legitimar as ‘vontades’ do público e dos ‘públicos’ acerca do que é o melhor para todos. E, aqui, atente-se, seria um pecado imperdoável confundir-se tais

achados orgânicos das sociedades com os ‘consensos fabricados’ pelos ‘marqueteiros’” (SILVA, 2006, p.43).

O espaço público é o *locus* mais visível e se “‘apropria’ da esfera pública”, de acordo com SILVA (2006), ficando a ideia de que algum posicionamento só consegue se legitimar politicamente após essa discussão pelos meios de comunicação, como visto no primeiro capítulo, controlado pelas elites hegemônicas.

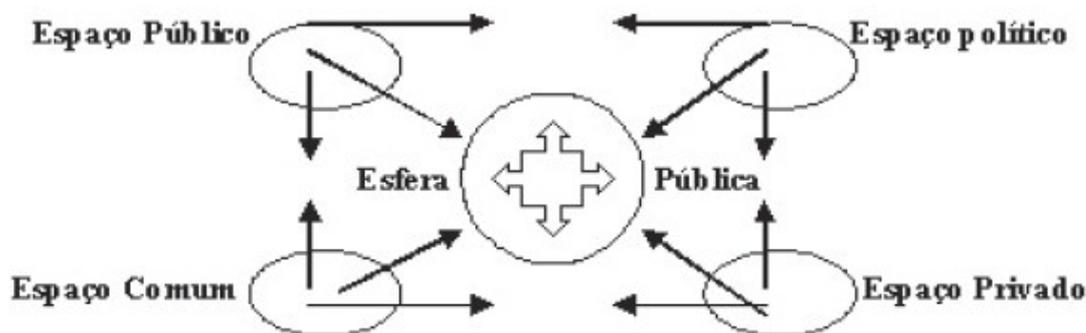


Fonte: SILVA, L. M. da. *Jornalismo, Espaço Público e Esfera Pública*, Hoje. Comunicação e Espaço Público, Brasília, Ano IX, n. 1 e 2, p. 36 – 47, 2006, p.39.

Figura 1: Relações dentro do espaço social.

No entanto, a esfera pública não se constitui apenas com a interferência do espaço público ou dos meios de comunicação hegemônicos. A hegemonia não é total e nem permanente na sociedade (como exposto no primeiro capítulo desse trabalho), portanto, os outros espaços podem se inter-relacionar e modificar a esfera e espaços públicos (SILVA, 2006).

“Estamos tentando, portanto, compreender a esfera pública como algo que não seja uma criação dos ‘formadores de opinião’, mas que os transcende, já que essa esfera pública não seria simplesmente um campo [no sentido de Bourdieu] técnico e/ou de poder; ou uma *epistême* discursiva [no sentido de Foucault], mas a reapresentação de uma esfera pública habermasiana, com a diferença de que a mesma ultrapassa a instrumentalização dos sentidos por uma classe, embora, claro, a luta de classes ainda exista e a burguesia ainda seja a classe mais bem estruturada na trincheira da produção industrial e mercantil do sentido. **Não é ela, porém, o ator onipotente e onipresente no universo social.** O que queremos, portanto, realçar é a **possibilidade** da existência de um contexto intersubjetivo na produção social do sentido e não de um sentido determinado por uma subjetividade específica, seja ela burguesa ou operária.” (SILVA, 2006, p. 41) [grifo desse trabalho].



Fonte: SILVA, L. M. da. *Jornalismo, Espaço Público e Esfera Pública*, Hoje. Comunicação e Espaço Público, Brasília, Ano IX, n. 1 e 2, p. 36 – 47, 2006, p. 41.

Figura 2: A Esfera Pública se inter-relaciona com os subespaços do Espaço Social.

Para DOWNING (2002) o conceito de esfera pública tem esse sentido mais amplo. Não é necessário estar em um espaço físico, como um fórum na Idade Antiga e Moderna ou depender das elites hegemônicas, para permitir que o diálogo político aconteça. Por exemplo, os movimentos sociais abrem um debate independente do interesse do espaço público, como em uma comunidade que trabalha suas polêmicas no espaço comum da periferia; sua esfera pública local está coberta por esse debate e dependendo de sua mobilização, também poderá atingir níveis mais abrangentes de discussão. O debate público continua acontecendo, mesmo quando os meios de comunicação hegemônicos não os trabalham.

Hoje, outra esfera pública, a internet, surge com força e começa a penetrar o contexto social. Mesmo sob o comando das grandes empresas de comunicação hegemônicas, a internet permite o diálogo virtual pelas redes sociais e outros programas. Nesse espaço público paralelo as mídias radicais também se desenvolvem a fim de expandir e estimular o debate político, mesmo que a discussão não atinja toda a sociedade, um grupo pode se fortalecer nessas relações. Em outras palavras, a mobilização pode não conseguir afetar a mídia convencional para uma discussão no enfoque proposto, mas é possível atingir outros espaços, como o privado e o comum e o político, influenciando por outros meios a esfera pública.

“A utilidade da noção de redes [de comunicação] é que ela foge à noção de audiências como algo atomizado, composto simplesmente de indivíduos ou famílias. [...] A esfera pública deixa de ser meramente uma ágora idealizada para tornar-se algo tangível entre os

membros de círculos interligados, cuja comunicação mútua faz com que se relacionem em muitos níveis, não apenas no debate racional e metódico” (DOWNING, 2002, p.70).

Segundo Juarez Xavier, em entrevista ao Opera Mundi em 17 de maio de 2011, nem sempre as discussões chegam à esfera pública global, no entanto, “*o que mais tem caracterizado a mídia radical é que ela tem constituído uma esfera pública radical, com um circuito de espaço que pode ser territorial, social, ou político no qual as suas ideias são discutidas e debatidas.*” (XAVIER, J. T. P., 2011).

Os movimentos sociais firmados pela mídia radical têm os mais variados alvos para se prenderem, desde movimentos feministas, ecológicos ou específicos de cada região. De mesmo modo, o debate público se restringe à sua localidade e na maioria das vezes nem atinge uma “audiência” tão alta justamente por compor de recursos mais simples e alternativos à mídia tradicional. São os grupos e facções que se manifestam através de outros espaços, se independendo do domínio das comunicações de massa. Sua visibilidade ou duração podem não se marcar como a mídia tradicional faz, mas nem por isso ela deixa de interferir na esfera pública, abrindo o diálogo, protestando no espaço político e modificando o *status quo*.

“Pois é quase da natureza dessa mídia o fato de que, com frequência, não se possa medi-la nem conta-la, e que seja conhecida tão pouco conhecida nos círculos oficiais ou fora de sua localidade. Em geral - como argumento neste livro- seu poder é mal avaliado, porque ela está fora do estereótipo da mídia convencional. Historicamente, no entanto, [...] a mídia radical tem sido uma constante” (DOWNING, 2002, p.60).

2.4 - Mídia radical revolucionária

Por definição de DOWNING (2002), mídia radical alternativa se constitui de toda forma e manifestação de um público ativo de oposição aos ideais, políticas, sistema ou ordem vigente, é o forte posicionamento contrário aos padrões hegemônicos da sociedade. Esse conceito não alega que essa mídia se desenvolve apenas com teorias “esquerdistas”, e nem assim deve ser interpretada; são ações de carácter opositor, mas ao *status quo* estabelecido.

A impressão que fica ao analisar os casos mais comentados de mídia radical é de que se trata de um movimento esquerdista, quando na realidade ela é a oposição à ordem vigente. Essa “impressão” é constatada nas manifestações brasileiras que tiveram repercussão via internet, a

exemplo o vídeo *É A GOTA D'ÁGUA* (2011) que a roteirista Maria Paula Fernandes produziu e divulgou pelo YouTube no final de 2011. O vídeo viral de cinco minutos teve uma enorme adesão, mais de 25 milhões de internautas visualizaram e apoiaram o protesto para abrir uma petição contra a continuidade da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, devido aos prejuízos e os danos socioambientais irreversíveis como a desocupação de áreas indígenas e perda de sua história (INÁCIO, 2011, p.16). O projeto de construção da usina pretende aumentar 5% do potencial energético brasileiro para atender as indústrias e população, sendo um dos itens do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de cunho desenvolvimentista; assim, o manifesto pode ser classificado com tendências esquerdistas por se opor ao sistema brasileiro baseado no capital.

Essa concepção binária pode ser bem compreendida quando se destrincha casos de “mídia radical alternativa repressora”. Entre esses, tem-se a deposição do xá Reza Pahlev em 1979 com a Revolução Islâmica do Irã, que cedeu o poder para a teocracia do fundamentalista xiita, aiatolá Khomeini; a revolta ao governo iraniano sucedeu com sermões de Khomeini, gravados em fitas cassetes proibidas, mas disseminadas pelas redes religiosas com “*Mensagens básicas e binárias como ‘Morte ao xá’ e ‘Traga Khomeini de volta!’*” (DOWNING, 2002, p. 112), o golpe que teve força sem o auxílio da mídia tradicional trouxe para o Irã mudanças baseadas nas “leis islâmicas” contrárias à qualquer infiel, seja esse capitalista ou socialista, e rompendo com todos paradigmas hegemônicos do período anterior.

Outras manifestações da ultradireita se apoiaram no radicalismo para se consagrarem, como exposto no vasto livro “Mídia Radical” de John Downing (2002): o descontentamento e passeatas da seita Ku Klux Klan, grupo racista que surgiu no século XIX no sul dos Estados Unidos perseguindo negros e seus defensores, suas vítimas eram marcadas com três letras “K” na testa; além das propagandas nazistas que antecedeu o governo Hitler na Alemanha e disseminou seus ideais; ou os cartazes com imagens de Mao Tsé-Tung para sustentar sua autoridade chinesa no período em que se poder já estava em declínio.

2.5 - Fotos, muros, lenço, buttons, dança... Mídia.

O ativismo proposto pela mídia radical não tem uma data ou período da história humana que começou a ser desenvolvido (DOWNING, 2002). A sua essência radical é que define sua postura e desenvolvimento sem se preocupar com o sucesso imediato dessa comunicação, se ela se legitimou na esfera pública global ou se simplesmente foi, como tantos casos, um exemplo efêmero da história, que mesmo assim, não perde sua relevância social e representatividade na comunicação de um grupo.

“[As mídias radicais são] bombas mentais: imagens de efeito, às vezes arquetipas, que podem romper a lengalenga hipnótica do blá-blá-bla cotidiano e atingir as pessoas num nível emocional mais profundo [...] é a força do impacto que conta, não o número de inserções na mídia” (DALE *apud* DOWNING, 2002, p. 150).

“*Não existe nenhum caminho fácil para a liberdade*” (MANDELA *apud* DOWNING, 2002, p.151), o ativista normalmente sofre intimidações, desde ameaças até torturas, cárcere e morte. Surgindo com conceito binário dos mais variados assuntos entre política, etnia, sexualidade e por aí vai. “*O papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade*” (DOWNING, 2002, p.49). Ou seja, dar voz ao excluído dos paradigmas hegemônicos, e para essa comunicação se desenvolver não é necessário todos os recursos caros utilizados pela imprensa convencional; a criatividade e talento fogem das formas padronizadas de comunicação e contribuem com as inovações propostas pela mídia radical.

É a mídia que protesta e se camufla: nos lenços brancos na cabeça das mães argentinas, que clamaram por seus filhos “desaparecidos” no período da ditadura militar por meio de um símbolo; nas calças jeans vestidas por mulheres nos países islâmicos permanecem como reclamação às políticas do Estado e costumes; na dança que consegue fortalecer uma cultura, no blues music que soou contra a escravidão negra e o preconceito racial nos EUA, nas imagens que impactam, nos protestos, sátiras e mensagens (“*A humanidade só será feliz quando o último burocrata for enforcado nas tripas do último capitalista*”; “*Uma mulher precisa de um homem tanto quanto um peixe precisa de uma bicicleta*” (____ *apud* DOWNING, 2002)) nos muros, camisetas, cartazes... No dia-a-dia. A mídia radical independe de poder aquisitivo, formato ou linguagem; é a comunicação que se prende no extremo ideológico, “*no radical de uma questão*” (DOWNING, 2009), e protesta contra as ordens dominadoras vigentes.

3 - Mídia Ambiental e a militância

Alfabetize-se e corra riscos.

Michael Frome

A “ganancia” do ser humano se expandiu de tal forma que é a única espécie que ocupa mais de 80% do planeta explorando quase todos os recursos naturais a ponto de mais de 20% da depredação do homem na natureza não tem capacidade de suporte e regeneração, segundo Leonardo BOFF (2008); *“fizemo-nos refêns de um modelo civilizatório depredador e consumista que, se universalizado, demandaria três planetas semelhantes ao nosso”* (BOFF, 2008, p. 35).

No artigo 4º parágrafo 1 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, afirma que países em desenvolvimento têm o compromisso de *“promover e cooperar na educação, treinamento e conscientização pública em relação à mudança do clima, e estimular a mais ampla participação nesse processo”* (ONU apud TRIGUEIRO, 2008). A imprensa convencional tem uma representatividade expressiva no debate político na esfera pública (SILVA, 2006) e poderia ampliar esse debate, no entanto, segundo TRIGUEIRO (2008), uma das explicações pelo pouco diálogo na grande mídia é o *timing* para reverter os problemas, que não se solucionam em dias, portanto, não é interessante para os jornais debaterem com frequência o assunto, já que o tema fica classificado como “pauta fria”.

JAKOBSKIND (2009) alega que um dos motivos da mídia hegemônica não dar a devida cobertura para temas públicos, é a submissão ao poder das elites intelectuais e políticas, que não se beneficiam com algumas mobilizações. Outro empecilho é ampliar o debate de políticas públicas quando não há abertura política; segundo resultados de pesquisa sobre as ONG’s ambientais e as políticas públicas, o governo usa como poder de barganha com a bancada ruralista alguns projetos de leis ambientais (UHR, UHR e MUELLER 2012).

Pode-se notar com esse contexto, que não há o devido espaço na mídia tradicional para o debate pela causa ambiental, de mesma forma, a cobertura nessas matérias é criticada por BUENO (2007a, 2007b) desde o despreparo do jornalista até as pressões dentro do veículo informativo sobre o molde da matéria.

Esse capítulo se destina na discussão de como atua a imprensa sobre as questões ambientais e a militância presente nos jornalistas ambientais, caindo de vez a teoria de matérias

objetivas e sem ideologia (BUENO 2007a, 2007b; TRIGUEIRO, 2008 e FROME 2008). O jornalista ambiental é um radicalista, luta pela causa em suas matérias, mas não tem liberdade para atuar na mídia convencional, sendo necessário, junto com as ONG's ambientais, buscar caminhos paralelos para conscientização ambiental e mobilização.

3.1 - O jornalista ambiental vs. Objetividade

Se ainda existia dúvida sobre o mito da objetividade no jornalismo, ela cai na proporção inversa em que cresce o ideal ambiental na sociedade. Isso acontece porque o jornalismo ambiental já é classificado por seus adeptos nesse estilo próprio, de se anunciar como um militante da causa, e que não vai apenas reproduzir o que fontes querem que seja anunciado.

“Objetividade está nos olhos de quem vê. Todo jornalista deve decidir pessoalmente o que é importante e menos importante para a humanidade. Ao fazer essas escolhas, você é seletivo, e não mais objetivo. Jornalistas que acham que não fazem isso estão se iludindo” (BAGDIKIAN apud FROME, 2008, p. 12).

O trabalho é de pesquisa desde o momento da seleção de pauta até a formação de uma matéria com linguagem simples e bem fundamentada com argumentos para conscientizar e orientar o público. Então “*não existe objetividade desapaixonada*” (ALINSKY apud FROME, 2008, p.65), a suposta objetividade impede a reflexão do jornalista sobre a causa para a esfera pública, quando é o diálogo argumentativo que agrega adeptos, “*é a personalidade escapando para fora*” (STRUNK; WHITE apud FROME, 2008, p.65).

“O jornalismo ambiental é diferente do jornalismo tradicional [empresarial, capitalista]. Ele é jogado segundo regras baseadas em uma consciência diferente daquele predominante na sociedade. Ele é mais do que uma forma de fazer reportagens e escrever, mas uma forma de viver, de olhar para o mundo e para si próprio. Ele começa com um conceito de serviço social, dá voz à luta e às demandas e se expressa com honestidade, credibilidade e finalidade. Ele quase sempre envolve, de alguma forma, em algum lugar riscos e sacrifícios” (FROME, 2008, p.60).

Esse compromisso socioambiental vai além dos clichês de proteção da fauna e flora que a mídia convencional passou a tratar, por exemplo, o programa “Globo Repórter” já transmitiu mais de 100 programas similares sobre a “vida selvagem” (TRIGUEIRO, 2008). Embora seja muito

importante ressaltar a preservação ambiental, esses programas trouxeram um estereótipo de que meio ambiente se restringe apenas fauna e flora, quando se deve ter uma visão holística do meio ambiente e suas consequências em outras áreas.

Meio Ambiente “ *é um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles*” (LIMA E SILMA apud TRIGUEIRO, p.77); isso significa que o assunto não está a quilômetros de distância do público, no meio de uma floresta, e sim no dia-a-dia, na economia, política e sociedade. É saber analisar e trazer argumentos para o debate de uma empresa que pode aumentar significativamente a oferta de empregos ao mesmo tempo em que intensificará o desmatamento e desabrigará diversas pessoas.

Tratar uma matéria com viés ambiental não é descrição de fatos e fontes, é argumentar, por exemplo, em uma reportagem sobre o trânsito dos centros urbanos não se aborda somente o ponto da poluição que intensifica o aquecimento global segundo tantos cientistas, mas também saber aproximar o assunto do público de forma local, trabalhando com saúde, stress, comportamento e dicas que o cidadão comum pode tomar para minimizar o problema. Ou ainda, explicar de forma simples para “dona de casa” dos riscos de se comprar tais alimentos para sua família já ligando o assunto à economia e medidas políticas sobre o caso. Saber dar o “gancho” na matéria em outras áreas e aproximar o global do local é o que difere na atualidade o jornalista comum do ambiental.

No fim, de acordo com BUENO (2007a, 2007b) ser um jornalista ambiental no fundo é ser jornalista, mas com uma visão holística sobre o mundo e com *ethos* de militante, assim como todo ambientalista, proposto a lutar pela causa. É ser radical ao assumir um posicionamento, negar de forma ética a objetividade, pesquisar para a retórica e compartilhar ideias e fatos, independente das pressões hegemônicas. Sua diferença segundo FROME (2008) é ter claro um compromisso social além do trabalho, como um modo de vida. “*Você não monta barricadas até o meio-dia e então sai para almoçar as três da tarde*” (DeVOTO apud FROME, 2008, p. 67).

“Acho que a questão ambiental é ameaçadora para os jornalistas na medida em que os jornalistas têm uma vida pessoal muito pouco adequada em termos ambientais. O jornalista, em geral, bebe muito, fuma muito, leva uma vida extremamente competitiva, apressada, estressante, onde a disputa pelo poder está sempre muito presente dentro e fora do trabalho, mora em cidades com problemas ambientais gigantescos, todas essas coisas. Ele vai ter que se perguntar um pouco sobre a sua vida. Será que é essa vida mesmo que eu quero? Será que é essa vida mesmo que eu devo levar?” (NOVAES apud TRIGUEIRO, p. 88).

4.2 – Mídia Ambiental interferindo no *status quo*

O jornalismo ambiental ainda é questionado entre os acadêmicos se se deve dividi-lo como uma especialização, visto que a grande mídia já o separa em um espaço para as matérias com esse plano de fundo. No entanto, Bueno (2007b) destaca que a segmentação do jornalismo é uma falha, principalmente se tratando do ambiental, pois se trata de uma ciência sistêmica, ou seja, exige relações com outras áreas que não pode se prender a uma editoria. Segundo o autor (BUENO, 2007a), jornalismo ambiental continua sendo jornalismo, com processo de captação, produção, edição e circulação de notícias e (como visto no tópico anterior) sua diferença em relação à mídia tradicional é em seu *ethos* comprometido pela causa que exige uma pesquisa e leitura para se carregar de argumentos e visão crítica sobre os fatos (CAMPOS, 2006).

“[...] o processo de segmentação é cada vez mais intenso na mídia brasileira, acompanhando a tendência mundial. Se isso é bom? Já vimos que não, porque a pauta ambiental é, por excelência, multidisciplinar e o processo de segmentação em editorias a fragmenta [...]” (BUENO, 2007, p. 54).

Essa fragmentação do jornalismo trouxe problemas e vícios para a cobertura ambiental, como exposto por Bueno (2007²) em “Jornalismo Ambiental: Além do Conceito”, como a “latterização das fontes” na qual só se busca cientista (Currículo Lattes) para dar um depoimento ou a falta de comprometimento em desenvolver um debate na esfera pública que “*se manifesta nos editoriais dos grandes jornais (como no Estado de S. Paulo) que insiste em tornar o debate privativo de determinados grupos como a CTNBio na decisão sobre a liberação dos transgênicos [...]*” (BUENO, 2007², p. 37) [parêntese do autor].

O jornalismo ainda está se desenvolvendo, mas a mídia ambiental já está conquistando espaço no *status quo* brasileiro (GIRARD; et. al, 2010). Assim como observado por Downing (2002), as mídias ultrapassam a imprensa e essas outras manifestações midiáticas podem gerar mudanças significativas na sociedade. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) com o Ministério do Meio Ambiente sobre “O que os brasileiros pensam sobre o Meio Ambiente?” (1997, 2002 e 2005) a conscientização ecológica no Brasil aumentou o percentual em relação à anos anteriores (CRESPO, 2008).

Os movimentos sociais contribuíram como educadores ecológicos ao dar espaço para matérias e programas que envolvem o caso, mesmo se tratando como um assunto restrito à fauna e flora, como no Globo Repórter (TRIGUEIRO, 2008). Mas outros gestores ambientais também contribuíram pela causa. *“Representantes não-jornalísticos também têm relevância no campo da educação ambiental, assim como comunicações do governo, de empresas, de ONG’s ambientalistas, e mesmo as que surgem de iniciativa individual”* (DUARTE; SPINOLA, 2006, p. 112). Em exemplo, em “Comunicação e Educação Ambiental: Estudo de Caso em Curitiba” (2006), Duarte e Spinola apresentam o projeto da prefeitura de Curitiba que iniciou uma campanha de conscientização (1989) usufruindo dos recursos de comunicação de massa, mas também de anúncios, panfletagens, cartilha informativa, palestras e para as crianças caricaturas de Ziraldo, como a Família Folhas: *“Vidrovaldo é ilustrado por um vidro de cor verde, seguindo o padrão internacional de separação de lixo. Seguindo a mesma linha, Plastilde é um plástico vermelho; Ed Metal é um pedaço de metal amarelo e Papelucho é um papel azul.”* (DUARTE; SPINOLA, 2006, p. 116)

Esses exemplos demonstram que apesar das pressões capitalistas e mercadológicas apontadas por Frome (2008) como obstáculo para uma mídia militante ambiental, a sua presença contínua pode conquistar espaço na esfera pública, próximas de como a mídia convencional se estabelece e *“[...] na memória de longo prazo dos períodos de intensa atividade dos movimentos sociais, nos quais todos esses tipos de mídia [alternativa ou convencional] desempenham papel fundamental, pode ser extremamente influente”* (DOWNING, 2002, p. 490).

3.3 – O papel das ONG’s

Em seu texto “Meio Ambiente na Idade Mídia”, TRIGUEIRO (2008) destaca um artigo, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, no qual países em desenvolvimento, como o Brasil, têm o compromisso de *“promover e cooperar na educação, treinamento e conscientização pública em relação à mudança do clima, e estimular a mais ampla participação nesse processo”* (ONU apud TRIGUEIRO, 2008). Sabe-se que a conscientização ganharia força na esfera pública com o debate sério proposto pelos meios de comunicação massivos, no entanto, a imprensa hegemônica não trata o conteúdo ambiental de modo holístico e

reflexivo como defendido pelos jornalistas ambientais (BUENO, 2007a, 2007b; FROME, 2008; TRIGUEIRO, 2008).

“Para explicar os efeitos da mídia sobre a política, o autor [Strömberg, 2004] combina um modelo de competição de mídia com um modelo de competição política. Uma característica importante ressaltada pelo autor é que a mídia de massa opera sobre retornos crescentes de escala. Logo, essa característica induz a mídia a cobrir questões relacionadas a grandes grupos, enquanto grupos minoritários e interesses especiais serão negligenciados.” (UHR, UHR e MUELLER, 2012, p.91). – Pesquisa realizada entre sobre o reflexo da mídia tradicional nas políticas públicas.

Falta no Brasil um diálogo ambiental completo que o link à outras áreas fora a ciência. Isso ocorre, principalmente, porque as grandes empresas midiáticas são controladas pela elite intelectual, econômica e políticas, que além de interesses próprios, não abre o espaço público por influência dos publicitários e correligionários (VELOSO, 2009; JAKOBSKIND, 2009), que não se favorecem com o apelo ambiental. A mídia hegemônica está em crise de credibilidade, em especial no jornalismo, onde não há o compromisso social estabelecido no Comitê de Jornalistas Preocupados com os princípios básicos da profissão. (KOVACH e ROSENTIEL 2003).

“A mídia hoje é a fala da moeda, do capital que lhe sustenta. É a boca do deus mercado. É ela que possibilita que ocorra a globalização, que tem como base o sistema de telecomunicações”. (MUNIZ SODRÉ apud TRIGUEIRO, 2008, p. 83).

Isso não quer dizer que a temática não tenha atingido a esfera pública. Por outros meios midiáticos as ONG's “incomodam” as elites hegemônicas e se opõem radicalmente aos problemas nas políticas ambientais.

O movimento ambientalista se iniciou no Brasil no início dos anos 1970 com participação de jornalistas, botânicos, escritores e políticos através de manifestações e protestos públicos sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha, o uso de agrotóxicos, a poluição de Cubatão, o desmatamento da Amazônia e outros programas militares defendidos como “salto no processo de industrialização” (OLIVEIRA apud OLIVEIRA, 2009). Conforme foi diminuindo a repressão da ditadura e após a abertura política na década de 80, estourou o número de organizações brasileiras com mobilização tanto sociais quanto ambientais (OLIVEIRA, 2009), demonstrando a abertura de pensamento não só em relação ao meio ambiente, mas, principalmente, para a saúde do homem. Começa-se o questionamento sobre sistema desenvolvimentista brasileiro com a consolidação das ONG's a partir da Rio-92, focando na educação ambiental, projetos de proteção ao meio ambiente, políticas públicas e campanhas de mobilização.

“89,9% das ONGs ambientais contam com serviços voluntários, além disso, as principais atividades das ONGs ambientais são: educação ambiental (95,1%), projetos de conservação ambiental (83%), campanhas de mobilização (75,3%), publicações científicas (24,2%), publicações diversas (48,4%), políticas públicas (49,5%), entre outras. Já com relação aos objetivos das atividades realizadas, as ONGs ambientais responderam que são: estimular a consciência crítica (91%), transformar suas ações em políticas públicas (81,3%), fortalecer outras organizações ambientais (57,6%), entre outros (Análise Gestão Ambiental, 2009). Ou seja, seus objetivos são influenciar a população, com fim de transformar suas ações em políticas públicas.” (ANÁLISE DE GESTÃO AMBIENTAL apud UHR, UHR e MUELLER, 2012, p. 91).

No primeiro semestre de 2012, UHR, UHR e MUELLER (2012) realizaram através de cálculos uma pesquisa econômica para observar a influência das ONG's nas políticas ambientais brasileiras. Foram considerados no estudo as ONG's ambientais, produtores rurais, eleitores, mídia e dados da votação final de crimes ambientais de 1998. Desses resultados, observa-se que embora seja significativa a pressão das ONG's, elas ainda não superam a atuação dos ruralistas na implementação de políticas públicas.

“Os valores negativos dos efeitos do índice de lealdade e da coalizão evidenciam que a proposta do governo de proteger o meio ambiente, além de ser um sinal para os eleitores, serve como uma forma de barganha política do governo de forma a condicionar a bancada ruralista em outras votações (Alston e Mueller, 2006) [...]. Além disso, possuir terras agricultáveis cobertas de florestas apresenta um impacto negativo sobre a decisão do governo, ou seja, estados com terras potencialmente produtivas influenciam negativamente a decisão sobre a legislação ambiental. [...] adicionamos uma interação entre ONGs ambientais e mídia. A interação não foi significativa, entretanto, o sinal negativo indica que as ONGs ambientais trabalham através de canais de informação, isto é, elas possuem um papel informacional junto aos eleitores (assim como a mídia), ou seja, em estados onde a mídia é relativamente menos presente, as ONGs ambientais apresentam um papel importante na revelação da atuação da política ambiental para os eleitores.” (ANÁLISE DE GESTÃO AMBIENTAL apud UHR, UHR e MUELLER, 2012, p. 93) [entende-se mídia como meios de comunicação massivos].

Os dados da pesquisa apontam que a interação entre a mídia hegemônica não é significativa, mas também que os resultados positivos nas políticas públicas vêm das informações fornecidas por canais de comunicação próprios das ONG's, e assim, conseguem se legitimar na esfera pública com *“novos tipos de protesto, como a realização de shows, seminários, acampamentos, divulgação de cartilhas, além da manutenção de um intenso debate na imprensa”* (UHR, UHR e MUELLER, 2012, p.91).

Outra forma de comunicação que está fazendo crescer a divulgação de informações ambientais no Brasil, tem sido a inserção das ONG's na internet. Em outra pesquisa sobre os movimentos sociais nas redes, realizada por MARTELETO (2001) na região de Leopoldina - RJ,

conclui-se que entre os movimentos analisados (ONG's, rádios e jornais comunitários, igrejas...) têm-se mais mobilização as que utilizam mais a internet como um meio de expressão.

“[...] esses movimentos estão colocando em prática uma nova compreensão do conhecimento e da informação. [...] a formação de redes de movimentos sociais corresponde a criação de redes de conhecimento que alimentam e dão sentido informacional às visões e estratégias de ação e direção dos agentes”. (MARTELETO, 2001, p. 80).

Embora o acesso às redes digitais de comunicação não estejam disponíveis para todos, a internet é uma das principais esferas públicas de atuação das mídias radicais, como de ONG's voltadas para causas do meio ambiente, sendo a interação possível de inúmeras formas, como blogs, redes sociais, podcasts, vídeos, etc, abrindo espaço para o debate político social. *“Isso suscita a questão de ‘se podemos troca a estratégia de dar voz aos que não tem voz pela estratégia de deixar as pessoas falar por si mesmas’”* (HAMELINK apud DOWNING, 2002, p. 275).

4 – Opinião Teoria e enquadramento no jornalismo

Há uma conexão entre nossa visão e os fatos, mas é com frequência uma estranha conexão.

Walter Lippmann

Um dos objetivos propostos por essa pesquisa é comparar as abordagens entre um veículo representante da hegemonia brasileira e outro representante da mídia radical alternativa sobre a temática ambiental, bem como seus reflexos na esfera pública. Para realizar esse estudo, é necessário, além dos conceitos teóricos sobre a mídia hegemônica, radical alternativa e militantismo ambiental (desenvolvidos nos capítulos anteriores), compreender como se constitui uma notícia pelos critérios de noticiabilidade e seu enquadramento.

Os meios de comunicação têm um papel muito importante em trazer os debates públicos e de interesse do público para sociedade, sendo necessária a reflexão nas matérias e como elas foram elaboradas.

Assim, para embasamento da pesquisa, este capítulo se dedica a definição das principais teorias do jornalismo apontadas por TRAQUINA (2004), os pontos que justificam os valores-notícias na imprensa tradicional e de que forma elas podem ser traduzidas nas abordagens das matérias.

Também se contextualizará o que é o jornalismo opinativo e quais são os gêneros jornalísticos opinativos adotados no Brasil pela classificação de José Marques de Melo (1985), bem como eles se desenvolvem. Embora a objetividade de uma notícia informativa seja questionável, e partindo do pressuposto de que ao avaliá-la pode-se retirar posicionamentos político do veículo, o estudo focalizará o conteúdo opinativo do jornal hegemônico devido a tese da objetividade nas matérias informacionais e porque na análise dos gêneros opinativos a ideologia extraída terá credibilidade não baseadas nos “achismos”.

Ao contrapor as mídias, avaliará como uma interfere na produção da outra, se as ideologias e posicionamentos se encontram ou divergem e qual o nível da esfera pública suas manifestações atingiram.

4.1 - Jornalismo Opinativo

O nascimento do jornalismo se deu de forma opinativa, até mesmo quando Kovach e Rosentiel apontaram em Elementos do Jornalismo (2003) o nascimento dos jornais nos “pubs” ou “casas públicas” inglesas. A comunicação se dava por interpretação da clientela que despejava informações de toda região para o dono do bar. Com os avanços que Gutemberg deu para a área gráfica esse jornalismo ainda oral se sistematizou para o papel, mas não havia atual exigência de se verificar os fatos, alguns eram até fofocas e rumores, a intenção era disseminar essas informações e interpretações. Segundo Campos, essa mesma formação de imprensa se constituiu no Brasil e continua no mesmo formato em cidades do interior.

“Muito antes de ser informativo ou interpretativo o jornalismo foi opinativo, como se via no panfletismo ideológico da Revolução Francesa. Na segunda metade do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, o atual jornalismo empresarial dos EUA não destoava de escolas jornalísticas da época, como a francesa e a inglesa: praticava-se um jornalismo muito mais opinativo e tendencioso do que informativo. O veículo era usado apenas para manipular os fatos de acordo com os interesses do grupo ou da família proprietária do jornal” (CAMPOS, [Online])

A sistematização do jornalismo para uma empresa de notícias ocorreu depois da Revolução Industrial, seguindo o modelo capitalista-empresarial, os acontecimentos selecionados eram aqueles que interessavam ao comércio e meios políticos. Conforme a adesão e hábito de se informar foram crescendo e aumentando a audiência, o veículo passou a valorizar a notícia como uma mercadoria e qual seria a interpretação adequada para esses “artigos de consumo” (LAGE, 2001), conciliando sua produção jornalística com a publicidade; também houve mudanças na diagramação dos jornais ao tentar separar a opinião e notícia, definindo áreas em que se teria conteúdo claramente opinativo e áreas com notícias sustentadas na descrição e narração dos fatos.

“As notícias eram, até a Revolução Industrial e suas consequências para a indústria jornalística, relatos de acontecimentos importantes – para o comércio, e os meios políticos, as manufaturas. Muito rapidamente, com a conquista do grande público, passaram a ser artigo de consumo, como sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de *marketing*” (LAGE, 2001).

Focalizando a práxis do jornalismo e como as informações se manifestam nas reportagens, mantem-se a ideia de que o jornalista deve escrever com objetividade para não dar espaço ao seu “engajamento pessoal ou intelectual” ou possíveis preconceitos (KOVACH; ROSENTIEL, 2003) na ideia de que somente nesse “apresentar de fatos” com cuidado na verificação, o comunicador mantém a imparcialidade defendida para a profissão (CHARAUDEAU, 2007). Essa teoria é questionável, pois uma matéria não pode agregar as variadas abordagens possíveis. A simples edição de quais fatos e fontes entram ou saem da matéria são filtros que demonstram o posicionamento do jornalista perante o assunto trabalhado. *“Na verdade, o título da notícia já constitui a apropriação de uma forma publicitária do jornalismo”* (MELO, 1985, p.67).

"A mídia de massa seleciona e processa informação para torná-la disponível o mais depressa possível. Essa seleção lhe dá o controle do fluxo de informação que circula pela sociedade. Os pontos de controle estão em todos os níveis, indo do repórter que seleciona os fatos ao editor que decide o que eliminar, ao cameraman que escolhe para onde apontar a câmera, ao editor de vídeo que deixa uma parte desse material no chão da sala de corte. (...) Em nenhuma outra parte esse processo da seleção é tão dramático como na atividade jornalística. Um jornal que receba notícias da Associated Press tem perto de 1 milhão de palavras para escolher apenas dessa fonte." (SERVA *apud* CAMPOS, [online]).

Luiz Beltrão aponta em seu livro “Jornalismo Opinativo” (1980) a função vertical que a opinião tem dentro do jornalismo. A metáfora foi utilizada ao comparar a matéria jornalística com um triângulo retângulo, na qual a base é fixada com as informações e o lado perpendicular a essa é a opinião realizada pelo senso crítico do profissional que irá orientar qual interpretação o público deve ter dos fatos apresentados. A linha oblíqua representa o lado lúdico e a leveza presente no jornalismo para atrair interesse da audiência.

“Recusamos, portanto, a ideia da ‘objetividade’ jornalística naquela acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo o mundo [...]” (MELO, 1985, p. 57).

Essas opiniões do jornalista convergem, na maioria dos casos, com a opinião do editor (camadas de elite) que delimita a linha editorial do veículo responsável e forma a opinião de imprensa. Como bem marcado por MELO (1971), a opinião de imprensa não reflete de imediato a opinião pública majoritária, mas pode se legitimar para tal.

"O jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator

importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia social". (BELTRÃO, 1980)

4.2 – Gêneros Jornalísticos

A produção jornalística é dividida em gêneros para melhor compreender e trabalhar a mensagem das relações socioculturais e político-econômicas que envolvem seu discurso (MELO, 1985), esses mesmos gêneros são divididos em categorias que “distinguem” se as matérias se enquadram no jornalismo opinativo, interpretativo, de entretenimento ou simplesmente informativo. Apesar de vários filtros existirem na produção informativa, essas matérias são consideradas por muitos comunicadores como isenta de opinião, pois outros gêneros são destinados para o posicionamento do jornal. A divisão se faz necessária para dar credibilidade para a empresa jornal que busca aumentar um público ansioso pela informação crua.

A bibliografia brasileira tem poucos estudos focados na classificação dos gêneros jornalísticos que existem. Segundo MELO (1985) o único pesquisador que especificou os gêneros trabalhados no Brasil por sua funcionalidade foi Luiz BELTRÃO (1980), nas categorias de jornalismo informativo (notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem), interpretativa (reportagem aprofundada) e opinativa (editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e do leitor); sua classificação foi fundamentada na função do jornalismo para com o público: informar, explicar e orientar.

A divisão de BELTRÃO (1980) obedeceu “*o senso comum que rege a profissão*” (MELO, 1985,p.45), portanto, elementos como a matéria fria (história de interesse humano) e reportagem aprofundada e reportagem foram classificados como gêneros diferentes sendo que são o mesmo tipo de produção. Isso pediu uma nova definição dos gêneros brasileiros elaborado por Melo no livro “A opinião no jornalismo Brasileiro” (1985), no qual houve a separação por intencionalidade de informar os fatos e em quais setores de um jornal impresso, por exemplo, o público pode encontrar com facilidade a reflexão sobre os acontecimentos por mediação do veículo midiático. Durante a classificação Melo (Ibid) considerou também a expressão da matéria, ou seja, se necessita apenas de entrevistas para recolher relatos e ordená-los na ordem cronológica mais coerente para leitura ou se é uma mensagem que necessite da autoria do jornal e uma “angulagem”.

Na categoria de jornalismo informativo foram classificadas a nota, notícia, reportagem e entrevista, e no jornalismo opinativo se incluem o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

4.3 - Gêneros Opinativos do Jornalismo Tradicional

Um veículo jornalístico possui uma linha editorial (posição ideológica e política) definida que permite, a partir da seleção de informações (pauta, cobertura e edição), um mesmo sentido para seu fluxo noticioso. Um dos princípios defendidos pelo jornalismo é o pluralismo de assuntos para “dar voz” para quem não tem voz (KOVACH; ROSENTIEL, 2003), possível pela abordagem de um tema na esfera pública com depoimentos que enriquecem os fatos ou em um espaço que o público possa discorrer. Os gêneros opinativos em um veículo de informação abrange o espaço para a informação e opinião de colaboradores e do público, portanto, é importante poder distinguir de quem são as vozes (empresa, jornalistas, colaboradores e público) que permeiam um jornal.

Classificação dos gêneros opinativos segundo MELO (1985):

- *Editorial*: “parente literário do ensaio, o editorial é, no jornal, no rádio ou na televisão, a palavra do editor, a opinião do veículo ou da empresa” (BAHIA *apud* MELO, 1985, p. 82) é o espaço da manifestação da opinião oficial do editor e/ou dono do veículo comunicativo com intuito de orientar a opinião pública e se desenvolve com impessoalidade, topicalidade, condesabilidade e plasticidades. (MELO, 1985, p. 82). As grandes imprensas estão nas mãos de grandes empresas comunicativas ou de famílias poderosas e estabelecidas no setor da comunicação. Desse conglomerado pode-se destacar a família Marinho no controle da “Rede Globo”, Civita na “Editora Abril”, Frias na “Folha de S. Paulo”, Abravanel do “SBT” ou dos tradicionais Mesquita do jornal “Estado de S. Paulo” (VELOSO, 2009). Em outras palavras, nos editoriais de tradição se expressa à opinião das camadas elitistas e do pensamento hegemônico vigente na sociedade.

- *Comentário*: o comentarista surgiu no jornal e ganhou força em veículos de divulgação rápida, como no rádio, televisão e internet. Normalmente o comentarista é um jornalista conceituado na empresa e especializado no assunto abordado, que possa trabalhar os valores da empresa sobre a atualidade. O comentário surgiu como forma de afastar a opinião dos jornalistas sobre as matérias ditas informativas e segundo Martínez Albertos (*apud* MELO, 1985), é um “editorial assinado” (o jornalista calibrado à temática tratada no comentário assina o conteúdo opinativo), só que mais livre de um seu julgamento final e às vezes nem a expressando por total com um posicionamento.

“Imaginar que emitir opiniões assinadas num jornal é menos perigoso do que pilotar um avião como aprendiz, sozinho, é ledão engano. A palavra publicada é uma arma poderosa e fatal. Engrandece ou aniquila, eleva ou derruba, estimula ou desanima. Uma vez publicada, a palavra não volta mais, por mais que se retifique. Sem contar que opiniões desastradas podem bater de frente com a opinião geral da empresa. Seria acreditar no Coelhoinho da Páscoa ignorar que o jornal é um negócio destinado a dar lucro e que a notícia é, realmente, um produto à venda.” (CAMPOS, [online]).

- *Artigo*: é o texto que foi publicado pela imprensa, não só acadêmico, mas também no sentido de debater um assunto. Tanto jornalistas quanto os colaboradores podem se manifestar sobre os mais variados assuntos da atualidade e estilos adotados.

- *Resenha ou Crítica*: crítica exercida por jornalistas sobre as manifestações culturais a fim de orientar o público sobre suas qualidades e quais os produtos que estão disponíveis no mercado. “*Uma característica importante desse setor do jornalismo cultural é a concentração de poder que conseguem os críticos, tornando-se verdadeiros árbitros. São capazes de glorificar ou destruir. Suas mensagens oscilam entre o elogio e a verrina*” (MELO, 1985, p. 103).

- *Coluna*: também conhecida como “seção” especializada de um jornal ou revista, publicado com regularidade em tom mais leve e conteúdo noticioso, se aproximando do leitor. Mantém um título ou mesmo cabeçalho e normalmente tem posição fixa e sempre na mesma página (impresso) para melhor localização dos fiéis leitores (RABAÇA e BARBOSA *apud* MELO, 1985, p. 85).

“[...] a coluna não é o resumo dos principais acontecimentos do dia, mas a explicação íntima desses fatos, o dado que faltou ao grande noticiário e que não chegou ao conhecimento do público, o lado pitoresco do acontecimento, o detalhe curioso, a história particular de cada decisão. O colunista concorre com o repórter, o comentarista e o redator. Do primeiro, há que ter o gosto pelo furo, da notícia em primeira mão; do segundo, a sagacidade, a agudeza de espírito, a perspicácia de dizer o máximo com o mínimo de palavras. E a tudo isto somar o bom-humor constante e a originalidade, a fim de tornar sua coluna um lugar sempre atraente.” (AMARAL *apud* CAMPOS, [online])

- *Crônica*: “*composição breve, relacionada com a atualidade [...] narração histórica*” (RÓNAI *apud* MELO, 1985, p.111) a crônica é o relato da realidade de uma forma descontraída e destinado aos escritores que deram os mais variados estilos para esse espaço no jornal, como a crônica-comentário, crônica-narrativa, crônica-poema etc.

“O inútil tem sua forma particular de utilidade. É a pausa, o descanso, o refrigério, no desmedido afã de racionalizar todos os atos de nossa vida (e a do próximo) sob o critério

exclusivo de eficiência, produtividade, rentabilidade e tal e coisa. Tão compensatória é essa pausa que o inútil acaba por se tornar da maior utilidade, exagero que não hesito em combater, como nocivo ao equilíbrio moral. Nós devemos cultivar o ócio ou a frivolidade como os valores utilitários de contrapeso, mas pelo simples e puro deleite de fruí-los também como expressões de vida.” (DRUMMOND DE ANDRADE *apud* MELO, 1985, p. 115-116)

- *Carta*: o espaço de aproximação do público do veículo de informação. Suas opiniões e comentários são verificados e de acordo com a com a projeção social, ou se for de retificação, ou outros critérios adotados pelo jornal, o conteúdo é publicado na seção. Escrevem para o jornal as autoridades, os perfeccionistas apontando erros, os lesados que denunciam alguma causa e os anônimos (SILVEIRA *apud* MELO, 1985).

- *Caricatura*: é a imagem carregada de valores e opiniões que produzem impacto. As caricaturas consagradas no jornalismo são as satíricas ou humorísticas que abusam da ironia para se manifestarem. São enquadradas nesse gênero as caricaturas que deformar ou exageram algum ponto da realidade, a charge na qual há uma crítica sobre um assunto corrente ou pode estar ligada à uma matéria; se apresenta só como imagem ou como diálogo e título. Cartoon é anedota gráfica com forte crítica, geralmente não apresenta personagens ou fatos reais e por fim o Comic, que são as histórias em quadrinhos.

Ao reunir as opiniões contidas nesses gêneros dentro de um jornal, têm-se a base para delinear a argumentação e posicionamento do veículo sobre o assunto debatido na esfera pública; mesmo considerando que há o espaço com a opinião do leitor e colaboradores com a do jornal, pois a grande mídia reúne e publica o que considera compatível aos seus ideais. Reforçando essa ideia, o artigo “O Jornalismo Opinativo na Berlinda” avalia como se constrói a opinião veiculada entre os grandes jornais, no caso a “Folha de S. Paulo” e “O Globo”, os pesquisadores Freitas e Cruz Pires concluem que não existe espaço na mídia convencional para opiniões contrárias a que o veículo defende.

“Nesse cenário da opinião publicada, como parece ser confirmado, pelo menos parcialmente, pelo caso aqui analisado, falta a controvérsia. As opiniões, para além dos aspectos já apontados em seus processos de produção, são em quase totalidade expressões de UMA SÓ opinião, defendida por vozes diferentes. Promove-se um simulacro de pluralidade de vozes, mas que se repetem em uníssono. Distancia-se, assim, um pouco mais, a opinião pública do ideal normativo da opinião pública, que exigiria o confronto de opiniões por vezes antagônicas em busca do esclarecimento.” (FREITAS; CRUZ PIRES, 2009)

4.4 – Teorias do Jornalismo e critérios de noticiabilidade

Para uma análise cuidadosa sobre como a mídia tradicional trata alguns assuntos e qual é o seu posicionamento, faz-se necessário uma breve contextualização sobre o papel do jornalismo e quais são as teorias que explicam o porquê as notícias parecem engessadas no padrão hegemônico. Sobre o assunto, Nelson Traquina reuniu em seus volumes sobre “Teorias do Jornalismo” (2004) alguns estudos que possam justificar esse “engessamento” midiático.

A primeira teoria apresentada por Traquina (2004) é o velho e clássico paradigma da ideologia profissional, na qual o jornalismo é o espelho da sociedade. Ou seja, as matérias são como são por reflexo da realidade, e não porque houve algum posicionamento do autor. O jornalista é colocado apenas como um mediador ou narrador imparcial dos fatos, negando a existência de um enquadramento nas notícias. Essa teoria começou a ser questionada, principalmente no século XX com o surgimento do profissional de Relações Públicas (TRAQUINA, 2004) em um momento que não se poderia mais dar confiança aos “fatos”. *“Com a ideologia de objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade as regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida”* (SCHUDSON, apud TRAQUINA, 2004, p. 148). Se nem o contexto social permitia que o ideal jornalístico continuasse inabalado, precisou-se de outros estudos e métodos para conquistar a credibilidade do público.

Nos anos 1950 surge a definição do “gatekeeper”, nas quais as matérias eram realizadas de acordo com o enquadramento do jornalista. Nessa abordagem, o comunicador deve fazer várias escolhas (escolher e passar por “portões”) para continuar o fluxo de notícias, decisões subjetivas e carregadas de juízos de valor do indivíduo (TRAQUINA, 2004). Complementando essa crença, BREED (apud TRAQUINA, 2004) afirmava em estudo que a notícia era o produto final das relações entre o jornalista e os ideais da empresa jornalística (editor, proprietários, sócios, colaboradores, anunciantes...) e balanceando aspirações e obrigações, padronizaram-se as matérias, vide os manuais de jornalismo que cada empresa elabora para o profissional se adequar, desde a linguagem até a abordagem final.

Ao longo dos anos se tomou consciência que essa influência poderia atingir até mesmo níveis políticos e ideológicos na simples seleção de qual assunto será divulgado. É a ideia de que as notícias são “propaganda” de um sistema regado pelo Estado ou pelo capitalismo (HERMAN; CHOMSKY apud TRAQUINA, 2004).

As teorias seguintes a essas reforçam a ideia seletiva e hierárquica do jornalismo que segue pelas mais diversas influências e interações sociais (indivíduo, empresa, sociedade) e desse conjunto de perspectiva se constrói a matéria (SILVA, 2005). A partir desse ponto, tem que se ter claro quais são os principais *critérios de noticiabilidade* que a mídia convencional utiliza como parâmetro para selecionar quais são os “valores-notícias” para se escrever, regradas com o formato adotado para comunicação (dead line, orçamento, recursos tecnológicos, tempo no rádio e televisão, caracteres no impresso, imediatismo na internet, etc).

“Sendo assim, o produto informativo parece ser resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que têm por objeto o que deve ser inserido e de que modo deve ser inserido no jornal, no noticiário ou no telejornal. Essas negociações são realizadas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e rigidez, e ocorrem em momentos diversos do processo de produção.” (WOLF apud SILVA, 2005, p. 97).

Os valores-notícias tem que contornar e escolher pautas que atendam o interesse público (viés social e democrático) de um modo que a matéria seja “comprada”, e do interesse do público (viés mercadológico, o que as pessoas querem consumir) o que atrai mais audiência.

Visando o consumo, apresentar notícias inesperadas (o homem morde o cão) ou negativas (Bad News, Good News) são as mais atrativas, os alvos certos para conquistar o público. A própria história humana destaca quais acontecimentos deveriam ser recordados, descartando os temas comuns e normais porque não possuem muito valor informativo (PEUCER apud SILVA, 2004, p.101). Essas indicações não são os únicos valores adotados para se ter um assunto trabalhado pela mídia na esfera pública. O elenco de valores-notícia é extenso e variado; muitos pesquisadores (Nelson Traquina, Mauro Wolf, Nilson Lage, Mário Erbolato...) durante a história propuseram as mais diferentes listagens que se desenrolam nos interesses por conflitos, polêmica, proeminência, conhecimento/cultura, proximidade, etc, que são definidos de acordo com o contexto em que o veículo trabalha ou se encontra.

“[...] valores-notícia se aplicam em todas as fases da atividade jornalística; não se constituem necessariamente como impedimentos ao trabalho do jornalista; não funcionam isoladamente, mas em diferentes combinações e de forma negociada; fazem parte da cultura profissional dos jornalistas, constituindo-se não em critérios abstratos ou pontuais, mas sim num quadro de avaliação racionalizado e interiorizado pelos jornalistas; sua utilização visa permitir uma operacionalidade no processo de produção da notícia e orientação da ação da rotina dos jornalistas; valores-notícia evoluem com o tempo, não constituindo arquétipos imutáveis.” (SILVA, 2005, p. 105).

Cada veículo da mídia possui seus próprios critérios de noticiabilidade para esboçar qual a abordagem e posicionamento que tratarão suas matérias. Portanto, a análise ideológica do jornal pode ser feita até com as notícias informativas, visto que todos os elementos de uma reportagem, por exemplo, denotam uma intencionalidade e supõem uma opinião.

4.5 – Enquadramento

Enquadramento (“Framming”) é um “pacote interpretativo” dos valores-notícia que concede sentido a determinado assunto (ROTHBERG, 2007). Ou seja, o enquadramento direciona o público na perspectiva que se consumirá a matéria, bem como tendências implícitas. O termo “enquadramento” foi consagrado pelo sociólogo Erving Goffman (1986) e por estudos da psicologia Cognitiva (de percepção).

“[O processo de cognição se forma porque] tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com o enquadramento que nos permitem responder à pergunta ‘O que está ocorrendo aqui?’, neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais.” (PORTO, 2004, p. 78)

Para a comunicação, o estudo do enquadramento é importante, pois o “framming” pode assumir uma característica tendenciosa na matéria e com tons opinativos, por isso, deve-se analisar a maneira como ela é construída ao desmembrar as informações aprofundadas e omitidas no texto. Conforme essas abordagens se repetem no discurso de um veículo (metáforas, ironias, conceitos, sugestões, imagens visuais...), as ideologias por trás do texto se retransmitem e fixam na mente do público-consumidor.

“[...] Ao considerar que o sujeito que realiza a construção noticiosa (e de reportagem) faz parte de uma sociedade e, inerentemente a isso, traz consigo valores e traços culturais, algumas representações se tornam passíveis no decorrer de seu fazer-jornalístico, ou seja, não se busca questionar a atuação do profissional enquanto tal, mas identificar elementos que, na constituição de seu trabalho, possam revelar predominância por alguma ideologia ou obscurecimento de algumas ideias, além de fornecer elementos para avaliarmos ‘como’ a cultura e o meio podem influenciar a prática de um trabalho de diferentes maneiras, já que o enquadramento pode ocorrer propositalmente ou não.” (MEASSI, 2009, p. 57).

Como mencionado por Meassi (2009), alguns valores podem estar de tal forma enraizados na cultura, sociedade, empresa ou indivíduo que a abordagem se faz de forma inconsciente, não é a parcialidade que se sobrepõe no julgamento do jornalista e sim uma "orientação estruturada" do que se considera o mais lógico ou correto (HACKETT, 1993 apud PORTO, 2004).

Isso ocorre porque *"os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular"* (ENTMAN, 2007, p.164 apud ROTHBERG, 2007, p. 4). Porto (2004) coloca como exemplo a mobilização que um enquadramento pode exercer sobre a sociedade, como quando a mídia noticiava as passeatas racistas organizadas pelo grupo radical Ku Klux Klan nos Estados Unidos como forma de liberdade de expressão e a população tolerava como um direito; a partir do momento que o enquadramento foi de perturbação pública, a mesma tolerância e adesão diminuíram. Sendo assim, percebe-se que existem vários tipos de enquadramentos, e cada um encoraja o público a pensar e agir de formas diferentes.

Antes de iniciar uma pesquisa de enquadramento de conteúdo, Porto (2004) define um "passo-a-passo" que pode ser seguido para ter um bom resultado da análise. Primeiro deve-se entender o conceito de enquadramento e suas distinções. De acordo com Porto (2004) existem duas definições de enquadramento, o noticioso e o interpretativo; o primeiro define a "angulação" tomada na matéria, ou seja, em qual perspectiva ela foi direcionada, pesquisando, portanto, qual foi a seleção, ênfase e a exclusão de informações existente na matéria (GITLIN, 1980, p. 7 apud PORTO, 2004, p.80). A seleção da notícia seria o conjunto de todos os dados, considerados importantes para o entendimento, inclusos na matéria; contrariamente, a exclusão é todas as informações inexistentes ou omitidas, mas que poderiam constar no texto; e a ênfase é a informação marcante percebida com a presença de metáforas, slogans, imagens, olhos, linha fina, legenda, entre outros elementos. Já os enquadramentos interpretativos são as opiniões presentes no texto; "padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre as causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc" (PORTO, 2004, p. 92). Os dois tipos de abordagem podem ser usados separadamente ou simultaneamente para analisar um texto.

O segundo passo, específico para o enquadramento interpretativo, proposto por Porto (2004) é a identificação de ideologias, pressões e políticas que possam de alguma forma influenciar a abordagem da matéria, sendo importante destacar os atores sociais ligados ao tema. O passo final

é sistematizar a análise de conteúdo de modo a evitar um estudo subjetivo, e sim uma análise qualitativa e quantitativa a fim de validar o estudo.

O resultado final da análise enquadrará a tendência do veículo e de acordo com sua influência na esfera pública, a tendência da opinião pública. “[...] *O conceito de enquadramento oferece um instrumento para examinarmos empiricamente o papel da mídia na constituição da hegemonia, no sentido gramsciano de uma direção intelectual e moral na sociedade civil*” (TANKARD apud PORTO, 2004, p. 76).

5 - Contraste entre a mídia hegemônica e a radical alternativa

“Talvez no final das contas o jornalismo simplesmente signifique ampliar e levar adiante as conversas das pessoas.”

James Carey

O objetivo dessa pesquisa é comparar como se manifesta a mídia hegemônica e a radical alternativa na esfera pública. Para isso, os capítulos anteriores trabalharam conceitos que embasassem o estudo, como as teorias do jornalismo e de enquadramentos e critérios de noticiabilidade, apresentadas por TRAQUINA (2004), PORTO (2004), SILVA (2004), ROTHBERG (2007), pode-se delinear, até mesmo nos conteúdos ditos como apenas informativos, a opinião e posicionamento do jornalista e/ou do veículo.

A fim de legitimar a pesquisa, serão analisados apenas os gêneros opinativos como propostos pela classificação de MELO (1985) no estudo da mídia hegemônica, apesar de ser possível detectar posicionamento ideológico nas matérias informativas.

O tema comum em que as mídias serão avaliadas serão as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), item questionado nos trâmites de aprovação do Novo Código Florestal Brasileiro. O espaço de debate analisado se restringirá a um intervalo entre a aprovação do Novo Código pela Câmara em abril de 2012 e a sanção da presidente Dilma Rousseff vetando 12 artigos em maio de 2012.

Como proposto pelo capítulo 3 desse trabalho, as ONG's ambientais estão conquistando espaço no debate político brasileiro, e por canais de comunicação próprios, informam e conscientizam a população no lugar dos meios de comunicação tradicionais e massivos. Sendo assim, a fim de contrapor a mídia hegemônica, será avaliado o conteúdo midiático produzido por uma ONG ambiental sobre a temática abordada.

A pesquisa é estruturada na definição de DOWNING (2002) de que a mídia não se restringe ao trabalho jornalístico da imprensa, e sim a todo modelo de expressão; e a de radicalismo militante baseada na manifestação paralela aos meios tradicionais.

5.1 – As APPs do Código Florestal Brasileiro

O primeiro Código Florestal Brasileiro surgiu no governo de Getúlio Vargas em 1934, definindo as florestas preservadas, que originou as chamadas áreas de preservação permanente; era até o momento a única lei ambiental e que proibia a ocupação urbana ou agrícola em zonas de risco, como sujeitas a deslizamentos e inundações. Em 1965, foi necessário um aperfeiçoamento do Código Florestal por considerar a proteção ambiental um bem comum para população brasileira; entre as modificações acrescentadas durante a gestão de Castelo Branco, o segundo regulamento estabelecia limites de exploração nas propriedades privadas e reserva 50% de área de preservação do bioma amazônico e 20% em outras áreas nacionais. A partir dessas modificações, foram instaladas no governo órgãos para auxiliar na fiscalização e manutenção da preservação ambiental, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (BORGES; et.al, 2011).

As mudanças não impediram o desmatamento histórico de 1995 na Amazônia Legal, no qual foi devastada uma área de 29.059 km² em razão do aumento em larga escala das atividades econômicas na região (INPE apud FERREIRA; VENTINCINQUE e ALMEIDA, 2005). Após esses dados sobre o desmatamento florestal, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) editou em 1996 a Medida Provisória (MP) aumentando a faixa de preservação das florestas do bioma amazônico para 80% e a redução das áreas de cerrado amazônico de 50% para 35%. Complementando, em 1998 a Lei de Crimes Ambientais trouxe penalidades duras para quem violasse o regulamento ambiental.

O conceito “Área de Preservação Permanente” (APPs) surgiu em 2001 em Medida Provisória, ainda no governo FHC, devido à ambiguidade do termo “Florestas de Preservação Permanentes” como consta no 2º Código Florestal (BORGES; et.al, 2011), no qual se observou a depredação em áreas sem vegetação, com intuito de proteger recursos hídricos, geológicos, manter o fluxo da fauna e flora, entre outras preservações, inclusive em áreas urbanas como nas faixas de mata ciliares.

A Lei brasileira também concede benefícios para os agricultores que preservam ou recuperam as APPs de forma proporcional à extensão dessas áreas, como a construção de infraestrutura, créditos rurais, assistência técnica e isenção do Imposto Territorial Rural (ITR), no entanto, ela não é efetiva para minimizar o desmatamento (BORGES; et.al, 2011).

“Na prática, o que existe de mais significativo nesses incentivos é a isenção do ITR. Porém, os cálculos demonstram que o valor dessa isenção é muito pequeno se comparado ao custo de oportunidade de uso dessas áreas, ou seja, o valor por hectare que um produtor deixa de recolher de imposto por manter suas APPs, é menor do que aquele que ele auferiria se explorasse esse mesmo hectare com uma atividade agropecuária ou silvicultural. Por esta razão, alguns critérios como a remuneração pela preservação de nascentes e faixas de cursos d’água estão sendo criados em alguns estados.” (BORGES; et.al, 2011, p. 1208).

Assim, o Código Florestal é polêmico na sociedade brasileira entre os ambientalistas, que apontam as mudanças climáticas como a seca de 2005 na Amazônia, enchentes e deslizamentos, e os agricultores que alegam que a legislação restringe o desenvolvimento agropecuário brasileiro, a irregularidade na obediência do código e porque não é claro quais são as terras pública, privada, devoluta, posse ou grilada, mesmo em regiões com agricultura consolidada.

“[...] no Nordeste, representam 43 Mha (47% de sua vn [vegetação natural]); no Centro-Oeste, 20 Mha (24% de sua vn); no Cerrado, 43 Mha (37% de sua vn); na Mata-Atlântica, 10 Mha (32% de sua vn). Estas áreas representam terras com vegetação natural fora de app localizadas em situações em que ha mais vn do que aquela necessária para atender as exigências de reserva legal e compensação local, ou seja, regiões em que a vegetação natural ainda e abundante e ocupa a maior parte da paisagem” (SPAROVEK; et.al., 2011, p. 122).

Desde então, a bancada ruralista elaborou 36 projetos de lei para modificar o Código Florestal Brasileiro. Em junho de 2010, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB - SP) apresentou uma proposta para alteração da legislação ambiental do país, sendo aprovada pela Câmara dos Deputados em maio de 2011.

O texto sofreu mudanças pelo Senado em dezembro de 2011, portanto, voltou para a Câmara dos Deputados para possíveis mudanças nova votação. Em 25 de abril de 2012, a nova versão foi aprovada na Câmara dos Deputados, com 274 deputados a favor, 184 contra e 2 deputados se abstiveram, o texto seguiu para sanção da presidente Dilma Rousseff com direito ao veto integral ou parcial.

O novo código conta com várias modificações, como a liberação de crédito agrícola para quem desmatou se assinar termo de recomposição da área (anistia); dispensa a proteção de 50m de largura em veredas, definindo essas áreas como APPs; restringe a área de preservação da APPs de pelo menos 30m, nas margens de rios de até 10m de largura, para 15m de largura, variando de acordo com o tamanho do imóvel, pode chegar à 100m, entre outras polêmicas.

Sob protestos de ambientalistas com a campanha “Veta, Dilma.”, que despontou nas redes sociais e passeatas, em 25 de maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff fez 12 vetos e 32 modificações ao projeto de lei, entre os vetos estão a anistia para quem desmatou a liberação de crédito ambiental para os agricultores e o tamanho de recomposição das matas ciliares (APPs), que passou a ter efeito “escadinha” de recomposição de acordo com extensão da propriedade (20m em propriedade de 4 a 10 módulos rurais). A Medida Provisória (MP) foi declarada em 28 de maio de 2012 que seguiu para a Câmara, de lá para o Senado, e se houver alterações, retorna para os deputados. Um veto presidencial só pode ser derrubado com aprovação de 2/3 dos parlamentares.

Após emendas, o Senado aprovou em 25 de setembro a MP; em relação às Áreas de Preservação Permanentes, continuou o efeito “escadinha”, mas para 15m de preservação da mata ciliar em propriedades de 4 a 10 módulos rurais. Dia 18 de outubro de 2012, a presidente Dilma sancionou a medida provisória com nove artigos vetados, entre esses, a extensão de preservação das APPs que devem aumentar.

5.2 – Metodologia da análise

Seguem indicações da metodologia aplicada na análise comparativa entre um veículo da mídia hegemônica e as manifestações de uma mídia radical alternativa:

- *Recorte temático*: A pesquisa tem o objetivo de comparar o posicionamento ideológico da mídia hegemônica com uma mídia radical alternativa sobre o tema da aprovação e veto dos itens propostos para modificação no Novo Código Florestal Brasileiro, redigido inicialmente pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB – SP) em 2011 e submetido à mudanças, votações e vetos.

Levando-se em consideração a definição de Gramsci sobre hegemonia e a modelo industrial aplicado nas principais empresas midiáticas capitalistas (KOVACK e ROSENTIEL, 2003; TRAQUINA, 2004; FROME, 2008), definiu-se como um dos focos desse estudo na representação da mídia hegemônica, o jornal impresso “O Estado de S. Paulo”, um dos mais antigos jornais brasileiros.

A hegemonia é o controle legitimado pela sociedade sobre a ordem vigente, desde políticas até comportamentos e ideologias. Durante a história da imprensa no Brasil, o processo de

hegemonia aconteceu na mídia pelas camadas elitistas intelectuais, econômicas e políticas, baseadas no sistema do capital. Ainda hoje, os maiores veículos de comunicação se encontram no poder de pequenos grupos elitistas, como as famílias Frias, Saad e Marinho, que controlam respectivamente o jornal “Folha de S. Paulo”, “Bandeirantes” e “Rede Globo” (VELOSO, 2009). Representantes das camadas políticas também controlam veículos de comunicação privados, JAKOBSKIND (2009) aponta como exemplo os senadores José Sarney (O Estado do Maranhão), Fernando Collor (Gazeta de Alagoas) e Jader Barbalho (Grupo RBA de Comunicações, Diário do Pará e acionista da TV Tapajós, filiada TV Globo). O veículo “O Estado de S. Paulo”, o jornal mais antigo ainda em circulação de São Paulo, segue o mesmo caminho, é controlado pela tradicional família Mesquita da elite intelectual brasileira.

“ **O Estado de S. Paulo**” é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez “A Província de S. Paulo” - seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação. O jornal foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando uma proposta de criação de um diário republicano surgida durante a realização da Convenção Republicana de Itu, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão. [...] Em 1902, **Júlio Mesquita**, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos 16 fundadores, torna-se o único proprietário” (Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico>) [grifo do autor].

Os meios de comunicação tradicionais influenciam a opinião pública ao dominarem o espaço público, nível da discussão em uma democracia, um dos espaços sociais com maior visibilidade para a promoção do diálogo (SILVA, 2006). A pesquisa de UHR, UHR e MUELLER (2012) sobre as influências dos ruralistas, ONGs ambientais e mídias nas políticas públicas, comprova essa ideia de influência dos meios de comunicação massivos no posicionamento dos eleitores. Assim, pode-se afirmar que pelo histórico e contexto atual, o jornal “Estadão” é considerado um veículo da mídia hegemônica, representante dos ideais das elites hegemônicas brasileiras.

Como oposição e exemplo de mídia radical alternativa, foi selecionada uma ONG Ambiental, visto que na pesquisa realizada por UHR, UHR e MUELLER (2012) as ONG’s ambientais tem um papel importante de luta e disseminação das informações contra-hegemônica. Os impactos das ONG são mais intensos quando o órgão se insere digitalmente nas redes sociais pela internet, possibilitando um espaço público paralelo para o diálogo político (MARTELETO, 2001; DOWNING, 2002). Foi selecionado para o estudo, as manifestações midiáticas da ONG

“Instituto Ambiental Vidágua”, que atua há 18 anos em Bauru – SP, é uma das parceiras da ONG WWF-Brasil e está inserida digitalmente nas redes sociais.

- *Hipótese*: A hipótese desse trabalho é que a mídia hegemônica defende em suas produções as camadas elitistas econômicas e políticas para firmar a ideologia do desenvolvimentismo capitalista. Desse modo, os meios de comunicação reproduzem a legitimação do seu poder na sociedade em busca de mais lucros, sendo alheios à defesa ambiental.

“Na prática, ela [despolitização do debate ambiental] situa a vertente técnica como a prioritária e busca desqualificar todos aqueles que vêm a questão ambiental a partir de um cenário mais abrangente. Ela respalda o discurso das elites e busca excluir os cidadãos comuns e mesmo determinados segmentos da sociedade civil do processo de tomada de decisões, defendendo a competência técnica como critério exclusivo de autoridade. Ela se manifesta nos editoriais dos grandes jornais (como *O Estado de S. Paulo*) que insiste em tornar o debate privativo de determinados grupos, como a CTNBio na decisão sobre a liberação de transgênicos, como se as pessoas ali reunidas fossem absolutamente isentas e se orientassem exclusivamente por critérios técnicos.” (BUENO, 2007, p. 37).

E que as ONG’s se manifestam paralelamente aos meios de comunicação com claro posicionamento ideológico, como uma milícia. A análise não se prenderá aos formatos midiáticos ou discursivos, e sim nas estratégias alternativas que a mídia radical encontra para se manifestar e trazer o debate político para a esfera pública no lugar da mídia hegemônica. Bem como a diferença binária de posicionamento entre as mídias. Mesmo que sua abrangência tão marcante quanto de um jornal de grande circulação, pois segundo CAPRA (2008), o meio ambiente deve ser analisado de forma sistemática, ou seja, das partes pelo todo, nem que seja para uma ruptura no meio local. A análise toma como base o conceito defendido por DOWNING (2002) sobre mídia, de que ela não se prende apenas à imprensa convencional, mas à qualquer manifestação comunicativa.

“Comunicação Ambiental incorpora todas as atividades voltadas para a divulgação/promoção da causa ambiental (e até mesmo o Jornalismo Ambiental), mas este se mantém vinculado ao trabalho realizado por um sistema de produção particular, o jornalístico. Assim, folhetos que abordam temas ambientais, palestras sobre temas ambientais, campanhas publicitárias (como a da Mata Atlântica), ações espetaculares contra a tecnologia nuclear ou os transgênicos (como as empreendidas pelo Greenpeace), livros sobre temas variados (Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Proteção dos conhecimentos tradicionais, etc.), vídeos ou filmes sobre meio ambiente são enquadrados, de maneira geral, na chamada Comunicação Ambiental. Uma peça institucional da WWF-Brasil faz parte da Comunicação Ambiental, assim como o material que integra a campanha Brasil livre dos transgênicos.” (BUENO, 2007, p. 2).

- *Metodologia*: a avaliação de conteúdo será realizada pela análise do enquadramento dado nos gêneros opinativos das páginas A2 e A3 em 31 edições do jornal impresso “O Estado de S. Paulo” no intervalo de 01 de maio de 2012 a 31 de maio de 2012, observando opiniões antes e após os vetos sancionados pela presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei de mudança do Código Florestal.

A análise de “enquadramento” se realizará somente nos gêneros opinativos propostos pela classificação de MELO (1985) para distinguir e afirmar o posicionamento do veículo, porta-voz da sociedade e pensamento hegemônico. A avaliação do conteúdo será realizada como proposto por PORTO (2004) com enquadramento noticioso e interpretativo. No primeiro, serão avaliadas quais informações estiveram na “seleção, ênfase e exclusão” da matéria, bem como espaço, conotação e procedência das informações; no enquadramento interpretativo, serão avaliadas as imposições sociopolíticas e econômicas no discurso que direcionaram as opiniões. O último passo será a quantificação das matérias para avaliar se as opiniões são compatíveis em todas ou maior parte das edições ou se elas se divergem.

O mesmo procedimento será tomado para avaliar a ONG, mas em suas manifestações, registradas por um vídeo no YouTube.

O método final será comparativo sobre os conteúdos predominantes em cada veículo e como elas se articulam para debater o mesmo assunto na esfera pública.

5.3 – Análises – Mídia Hegemônica

- Quantificações Gerais:

Das 31 edições compreendidas no mês de maio de 2012 para análise do posicionamento do jornal impresso “O Estado de S. Paulo”. Foi utilizado o jornal impresso ao invés do portal online do “Estadão”, mesmo que nele também contenham os mesmos gêneros opinativos que o jornal impresso, pois como o “espaço” para publicação do jornal impresso é inferior ao online. Outra diferença é que no portal online tem vários comentários dos leitores de diversas origens, no impresso as “cartas” dos leitores são selecionadas pela editoria de Opinião do jornal, podendo demonstrar um posicionamento do veículo.

A quantificação e tabulação dos dados se fazem necessários para detectar tendência opinativa no enquadramento de um veículo. Sendo assim, tinha-se uma amostra de 31 edições do

jornal impresso “O Estado de S. Paulo”. Foram encontradas para análise nove matérias do gênero opinativo, como classificadas por MELO (1985), compreendidas em sete edições na seção “Opinião”.

TABELA 1

| UA (revista que contém a matéria) | Data | Edição da Revista | Número do jornal em maio 2012 | UR (matéria) |
|--------------------------------------|------------|--------------------|-------------------------------|--------------|
| 1 | 06/05/2012 | Ano 133, nº 43300 | 6 | 1 |
| 2 | 15/05/2012 | Ano 133, nº 43300 | 15 | 2 |
| 2 | 15/05/2012 | Ano 133, nº 43309 | 15 | 3 |
| 4 | 18/05/2012 | Ano 133, nº 43309 | 18 | 4 |
| 5 | 21/05/2012 | Ano 133, nº 43309 | 21 | 5 |
| 6 | 28/05/2012 | Ano: 133; nº 43322 | 28 | 6 |
| 6 | 28/05/2012 | Ano: 133; nº 43322 | 28 | 7 |
| 7 | 29/05/2012 | Ano 133; nº 43323 | 29 | 8 |
| 8 | 30/05/2012 | Ano 133; nº 43324 | 30 | 9 |

Fonte: KISHI, K.H.S. de. **Mídia Radical**: Análise comparativa entre a opinião da grande mídia e da mídia radical sobre o novo código florestal. 2012. 107 p.

GRÁFICO 1

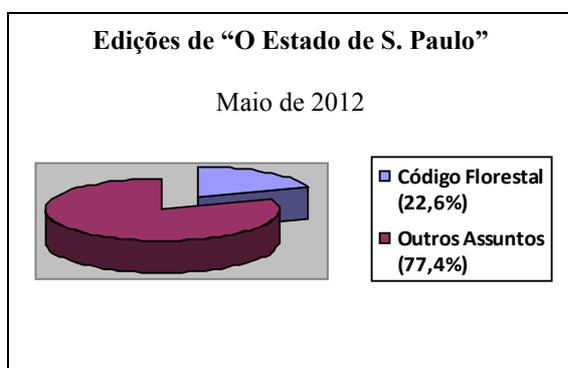
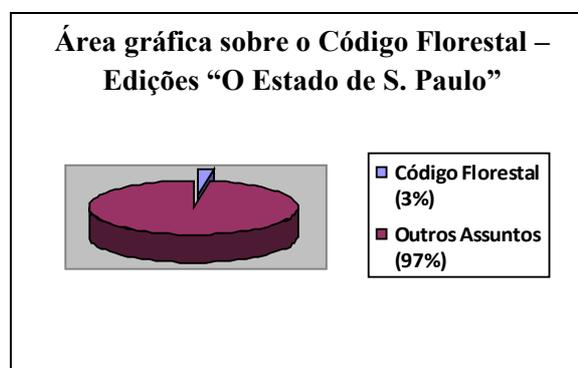


GRÁFICO 2



Fonte: KISHI, K.H.S. de. **Mídia Radical**: Análise comparativa entre a opinião da grande mídia e da mídia radical sobre o novo código florestal. 2012. 107 p.

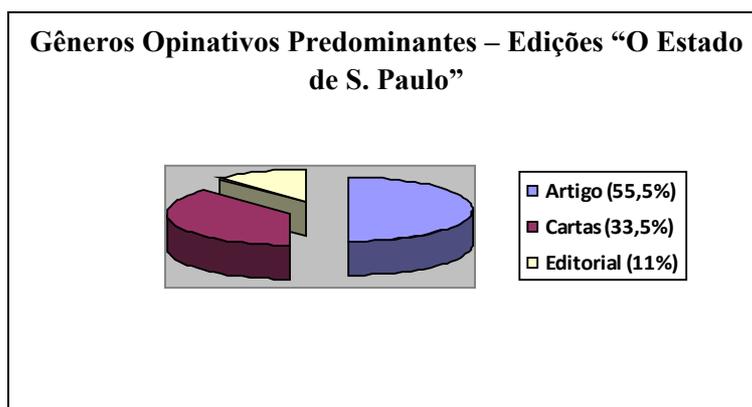
Isso corresponde a **22,6%** do total de edições que abordaram o assunto “Código Florestal” no mês de maio. Um dos fatores que podem ter interferido no número de matérias opinativas nessas páginas, durante o intervalo analisado, foram outros assuntos polêmicos que rodearam a grande mídia, como a Comissão Nacional da Verdade, instaurada para investigação de violação dos direitos

humanos entre 1946 e 1988 no Brasil, debates envolvendo a Lei de Acesso à Informação, a CPI do Cachoeira e do Mensalão.

Levando-se em consideração que foi usado para análise duas páginas por edição do jornal “Estadão” e que ele é diagramado no formato Standart (sua mancha gráfica por página mede 52,5 x 29,7, logo foi analisado uma área foi de 96673,5 cm² no total), conclui-se que: As áreas somadas utilizadas nas oito matérias que contém a temática do código florestal (2895cm²), correspondente a 3% de todo conteúdo opinativo sobre o tema em um mês de análise.

Essas matérias estão divididas nos seguintes gêneros opinativos: 55,5% são artigos de colaboradores do jornal, (sendo 80% desses artigos foram escritos por defensores ruralistas), 33,5% correspondem às “cartas” ou opiniões dos leitores, e 11% à um editorial. Não houve inserção de outros gêneros opinativos ou imagens em charge ou ilustrações em nenhuma das matérias.

GRÁFICO 3



Fonte: KISHI, K.H.S. de. **Mídia Radical: Análise comparativa entre a opinião da grande mídia e da mídia radical sobre o novo código florestal.** 2012. 107 p.

-Análises Noticiosa e Interpretativa (Qualitativo):

Serão utilizados os critérios de “Seleção, Ênfase e Exclusão” seguido de interpretação das informações expostas em cada matéria. As mensagens em aspas são recortes da matéria em questão.

Matéria 1 - Você no Estadão.com – “Redes sociais ecoam ‘Veta, Dilma.’” – 06/05/2012

A matéria se encontrava no “Fórum do Leitor” representando o “tema do dia”. É um espaço que o “Estadão” destina para destacar uma notícia muito comentada pelo portal, apresentando o número de posts do leitor, até o fechamento da edição, e alguns desses comentários são colocados no impresso.

A matéria que teve muita repercussão pela internet foi “Redes Sociais ecoam ‘Veta, Dilma’”, representando uma mobilização realizada pelas ONG’s ambientalistas que fez até a atriz Camila Pitanga quebrar protocolo no evento que entregou o título de Doutor Honoris Causa para o ex-presidente Lula no Rio de Janeiro (04/05/2012)

Seleção: Informações gerais, já que o espaço era pequeno (100 cm²): “*Total de comentários no portal - 423*” e “*Camila Pitanga quebra o protocolo em cerimônia e pede para a presidente vetar o Código Florestal.*” Também foram expostos 3 comentários de leitores, um concordava com a atitude (“*Tirei o chapéu pra Camila Pitanga. Ela quebrou o protocolo falando o que muitos querem falar. Veta tudo, Dilma!*”), outro ridicularizava: (“*Veta, Dilma! Passaremos todos a nos alimentar com o sitiozinho orgânico do Marcos Palmeira.*”) e a terceira não firmou comportamento, mas tendia à aprovação (“*As mudanças anistiam desmatadores. Acabar com as matas e os rios os ciclos das chuvas, é favorável à lavoura?*”).

Ênfase: A matéria pode-se dizer a favor do veto parcial do novo código Florestal pela presidente.

Exclusão: Apesar de ser uma repercussão do jornal, poderia ter mais informações para agradar o leitor, além de ignorar as consequências do veto ou aprovação da presidente.

Interpretação: A matéria tende à aprovação do “Veta, Dilma”, mas não como posicionamento do jornal, e sim como posicionamento dos seus leitores pelo portal. (Apoio aos ambientalistas).

Matéria 2 - Touro Ambiental – Xico Graziano – 15/05/2012

O artigo (460 cm²) foi desenvolvido pelo agrônomo e ex-secretário da Agricultura e do Meio Ambiente do estado de São Paulo e argumenta que é possível conciliar o agronegócio com a preservação ambiental.

Seleção: o agrônomo apresenta os agricultores como uma das personagens mais envolvidas com a natureza, já que sabem que dependem dela, por isso, aceitam “agarrar com unhas” o touro ambiental: “*Mais que qualquer pessoa, o agricultor vive próximo da natureza e sabe o quanto dela depende para continuar existindo. A seca já lhe ensinou que a água responde pela vida. E a erosão do solo nunca lhe deixou dúvidas de que conservar a terra protege um patrimônio da Nação.*”.

Ênfase: A ênfase é dada com a teoria de que o progresso pode sim se aliar à preservação ambiental, mas mudanças estruturais devem acontecer, como a aprovação do Código Florestal:

“O polarizado debate sobre o Código Florestal não deixou dúvidas: ou os agricultores adotam a receita moderna na produção, ou a sociedade os fará, na marra, engolir. Será inescapável pegar o touro ambiental à unha. [...] Mas a ecologia não **pode esvaziar o bolso do agricultor**. Dura realidade. Ruralistas tacanhos resistem aos novos tempos. Sua posição faz contraponto aos **ambientalistas bobocas**, que apostam na regressão tecnológica. Ambos os radicais, ruralistas ou ambientalistas, fogem do problema central. [...] Será que os ecologistas topam, contribuindo para a transformação virtuosa que ensaia o campo, em vez de apenas atirarem pedras na vidraça antiga do ruralismo? Quem, acreditando na mudança, trocará os cômodos holofotes da mídia urbanoide para amassar barro na roça? Qual deles prefere a difícil busca das soluções, verdadeiras, em lugar do discurso fácil, e falso, do holocausto ambiental?” (Graziano, 2012).

OLHO da matéria: “*Chega dessa discussão polarizada, e imbecil, que separa a agricultura do meio ambiente.*”.

Exclusão: Exclui-se da matéria explicações sobre quais são as melhorias no campo que podem se associar com a preservação do meio ambiente, como ela será incluída, dados que comprovam a parceria e de que essas inovações não vão trazer prejuízos humanos e ambientais.

Interpretação: Apesar de se apresentar como um defensor da união entre o progresso no campo e a preservação natural, faltou em sua argumentação elementos no texto que embasassem que poderiam dar certos os projetos por ele defendidos. A adjetivação utilizada como “**ambientalistas bobocas, que apostam na regressão tecnológica**” e “*Qual deles prefere a difícil busca das soluções, verdadeiras, em lugar do discurso fácil, e falso, do holocausto ambiental?*” Dão a ideia de que os ambientalistas querem o atraso econômico brasileiro, e apenas da parceria, demonstram seu claro posicionamento a favor do Código Florestal.

Matéria 3 - Veto à degradação ambiental – Márcio Fernando Elias Rosa – 15/05/2012

Artigo (460cm²) elaborado pelo promotor-geral de Justiça do estado de São Paulo, Márcio Rosa, em defesa do veto total ao Código Florestal, considerado por ele, inconstitucional.

Seleção: Argumenta em defesa ao veto presidencial do Código Florestal que considera a ação inconstitucional. Também alega que órgãos renomados verificaram os argumentos ruralistas sobre o prejuízo que eles teriam, se o Código na proposta final da Câmara dos Deputados for vetado, eram falsas e sem sustentação.

“Em meio a isso se debate o Código Florestal agora aprovado pela Câmara dos Deputados, do qual resultará a previsível degradação ambiental em larga escala e a óbvia superação da tutela ambiental pela prevalência inconstitucional dos princípios da livre-iniciativa, dando prioridade ao chamado agronegócio [...] A ciência, tentando ser ouvida e lutando para contribuir na discussão, apontou as perdas, os retrocessos e as consequências danosas das propostas: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências se manifestaram, em diversas ocasiões, no sentido de que as alterações aprovadas se deram sem nenhum fundamento científico e atentam contra a qualidade ambiental, sendo prejudiciais a todos os brasileiros.” (ROSA, 2012).

Ênfase: Destaque da defesa do veto integral do código considerado inconstitucional “*O veto parcial dos pontos modificados pela Câmara não trará de volta esse equilíbrio. Trará é mais insegurança jurídica. Para a correção absoluta do intento predatório será necessário o veto total [...] O meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser a base da agricultura sustentável e de toda atividade produtiva.*”

OLHO da matéria: “*O texto aprovado do Código Florestal afronta o sistema constitucional do País*”.

Exclusão: Não menciona como a agricultura pode crescer, com as tecnologias empregadas e não explora como conciliar as duas vertentes para se chegar em um acordo.

Interpretação: O articulista é firme em seu posicionamento contrário ao Código Florestal, visto que rebate argumentos ruralistas os alegando sem fundamentação. Foi o único artigo, dentre quatro sobre a temática no intervalo de tempo estabelecido, defendendo a causa ambiental e o veto total do código Ambiental.

Matéria 4 - Universos paralelos do Agro – André Meloni Nassar – 18/05/2012

O artigo (460 cm²) foi elaborado pelo diretor da ICONE e coordenador da Rede Agro, André Meloni Nassar, relacionando os universos paralelos que existem entre o ambientalismo e o ruralismo.

Seleção: Compara a oposição como os universos paralelos do seriado americano “Fringe”, que se chocam. “*O Outlook Brasil 2022 é o universo primário do agro, enquanto a campanha Veta, Dilma é seu universo paralelo. No primário, o Brasil tem orgulho do agro. No paralelo, tem vergonha. A reforma do Código Florestal, no universo primário, seria vista como necessária. No mundo alternativo, as pessoas clamam pelo veto da presidente*”.

Ênfase: “A ênfase se é dada ao colocar a agricultura como processo de crescimento viável do Brasil, sendo essencial a aprovação do Código Florestal”.

OLHO da matéria: “*Romper o limite do novo Código Florestal porá conservação e produção em pé de guerra.*”.

“O estudo [ICONE] confirma o que já sabemos hoje: o agro é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. [...] Um Código Florestal que anistia desmatadores anistia também os produtores. Um código que beneficia o proprietário da terra beneficia também o que produz, porque, como nos negócios ou na vida privada, quanto mais valioso o ativo, mais se investe na sua manutenção e conservação. [...]a reforma do Código Florestal é colocada como condição para se atingir esse equilíbrio - que é o que acredito e defendo[...]A guerra que interessa é levar o Brasil à condição de nação rica e com capacidade de garantir desenvolvimento sustentável para sua população. Sem o crescimento do agro essa guerra nunca será vencida.” (NASSAR., 2012).

Exclusão: Não apresentou as formas que o agronegócio pretende restaurar as matas, e nem como ocorre as tecnologias agrárias viáveis que ele anuncia. Ou seja, não deixou claro no estudo se o Brasil crescerá com agroegócio só se expandir as terras cultivadas, ou se foi utilizado para análise o código atual, sem alteração. Faltou explicar também, políticas que devem ser aplicadas para o pequeno e médio agricultor conseguir utilizar as tecnologias tão defendidas, além de claramente (como exposto no fragmento de texto acima) sua defesa à anistia dos desmatadores.

Interpretação: o articulista trabalha com o meio rural e defende claramente a favor da aplicação do Código Florestal na íntegra, como “salvação” para o crescimento econômico brasileiro.

Matéria 5- Vícios privados, virtudes públicas – Denis Lerrer Rosenfield

O artigo (460 cm²) produzido pelo filósofo Denis Lerrer Rosenfield não trata apenas da polêmica do Código Florestal, mas também dos vícios privados que podem refletir como virtudes públicas e formar opiniões errôneas sobre algum debate, e como a Câmara dos Deputados vem ganhando visibilidade em comparação ao Senado nas questões políticas como a CPI de Cachoeira e a do novo Código.

Seleção: recorta-se a ideia de que a Câmara dos Deputados está conseguindo protagonizar no ambiente político em relação ao senado.

“Ademais, a Câmara e o Senado vinham se enredando em questiúnculas internas, boa parte das quais se traduzindo por distintas formas de fisiologismo, se não de corrupção e desvio de recursos público.”, ou então “e a votação do Código Florestal, com a câmara retornando seu protagonismo, alterando o texto do Senado. [...] Terminou valendo o ponto de vista propriamente institucional de uma votação necessária, pois o País não pode mais continuar nessa insegurança. A Câmara dos Deputados soube, assim, se colocar como protagonista, contribuindo para melhorar a sua imagem perante a opinião pública. O Brasil está ganhando com isso.” (ROSENFELD, 2012).

Ênfase: No que se diz ao Código Florestal (objeto da pesquisa), o articulista elogia a ação dos deputados, diz que foram “boas ações” e critica quem não apoia o Código, pois estaria prejudicando o pequeno e médio agricultor: “*Os mal informados andam dizendo que foi uma reação do agronegócio, quando para este não faz a menor diferença a recomposição de APPs, pois suas áreas são grandes e não perderia com isso.*”.

Exclusão: Não se mencionou nenhuma possível alteração ambiental, ou mesmo um enfoque ambiental no assunto.

Interpretação: o articulista não trabalhou a causa ambiental, somente a vertente política econômica dos benefícios que o novo Código Florestal iria trazer para os ruralistas. Há um apoio pelo novo Código Florestal nos moldes que saiu da Câmara dos Deputados.

Matéria 6 - Veto Parcial - Arnaldo Luiz de Oliveira Filho – Itapeva – 28/05/2012

Matéria do gênero “carta” (30cm²) foi publicada ao lado de outro comentário sobre o Código Florestal, já vetado parcialmente pela presidente Dilma Rousseff.

Seleção: Comentário elogiando a atitude da presidente ao vetar parcialmente o código: “Veto parcial – Era o que os brasileiros já esperavam da presidenta Dilma Rousseff: que vetasse parte do Código Florestal. Na batalha entre ruralistas, o grande vencedor foi o Brasil. Precisamos urgentemente de mais mulheres do quilate da nossa presidenta”. [comentário na íntegra].

Ênfase: no Veto: “Precisamos urgentemente de mais mulheres no quilate da presidenta”.

Exclusão: Não se menciona as consequências dos vetos, MP e produção agrícola.

Interpretação: Foi selecionado um leitor comum, ao invés de algum comentário ambientalista. O espaço destinado para o elogio ao veto é 50% menor que do comentário criticando o veto, como exposto na matéria 7.

Matéria 7- Canetada arbitrária - David Batista do Nascimento – Itapetininga – 28/05/2012

Da mesma forma que um comentário elogiando o veto parcial presidencial do novo Código Florestal, foi exposto um comentário do gênero “carta” criticando a atitude. O espaço foi de 60 cm²

Seleção: Foi selecionada uma opinião a favor dos ruralistas, carregada de adjetivos e defesas aos deputados, bancada ruralista e crítica a presidente.

“Canetada Arbitrária – Com os vetos ao novo Código Florestal, a presidenta Dilma Rousseff **desafia** o Congresso nacional e **denigre o exímio trabalho iniciado pelo deputado Aldo Rebelo**, seu atual ministro, e finalizado pelo deputado Paulo Piau. Vamos ver se os **mesmos congressistas que levaram a plenário um texto atendendo aos anseios de suas bases terão coragem suficiente para derrubar esses vetos absurdos**. Admira-me muito o fato de o Estado que **acolheu a então perseguida política Dilma Rousseff**, o Rio Grande do Sul, ser uma das **maiores vítimas da sua canetada arbitrária**. Nos moldes em que ficou o código depois dos vetos, Santa Catarina, o sul de Minas, a Serra Gaúcha e o vale do Rio São Francisco já estão condenados à **‘morte agrícola’, o novo programa do governo federal.**” (NASCIMENTO, 2012).

Ênfase: Os adjetivos [destacados na reprodução do comentário acima] e o título querem indicar a “morte agrícola” dão a entender que a presidente diminuiu extensões agrícolas que já

existiam, sendo que em relação às APPs, na sua proposta diminuiu de 30m para 20m, e os ruralistas queriam 15m.

Exclusão: Não há viés ambiental de qualquer tipo.

Interpretação: Há no fórum outro comentário sobre o assunto, tratado de forma simples, não é o “outro lado”, como ONG e ambientalistas e o espaço destinado é metade do que o comentário em prol dos ruralistas. Também indica choque do leitor com a presidente e seu histórico. O jornal demonstrou posicionamento favorável aos ruralistas (60 cm²), ao disponibilizar o dobro de espaço para quem criticou o veto e a MP da presidente em relação a quem elogio (30 cm²), uma diferença de 50%.

Matéria 7 – ‘Código Florestal, o Retorno’ Xico Graziano – 29/05/2012

No mesmo mês aparece publicado mais um artigo do agrônomo e ex-secretário de agricultura e do meio ambiente do estado de São Paulo, Xico Graziano articula um texto baseado em um personagem, “João Batistela”, representante dos agricultores.

- *Seleção:* o autor tenta explicar o sentimento do agricultor ao ser comparado a um criminoso que infringe as leis ambientais, com ele, um produtor que ajudou a “erigir” a sociedade urbana na agricultura, diz que o agricultor está depressivo de como o estão retratando.

“Entre tantas dúvidas sobre o Código Florestal, uma certeza o agricultor José Batistela carrega: ele não precisa, nem quer, ser anistiado. **Ninguém jamais o convencerá de que incorreu em crime ambiental ao abrir as fronteiras agrícolas do Brasil.** Julga tal suposição uma **afronta ao seu caráter.** Descendente de italianos, cheio de bisnetos, seu José anda **meio depressivo** pelo que escutou no rádio e na televisão. **Sente-se desprestigiado** na sociedade urbanizada que ajudou a erigir e agora lhe vira as costas, não lhe reconhecendo nas mãos os calos ganhos no árduo trabalho da roça. Esquecem-se os cidadãos de sua saga familiar, há mais de século iniciada com a abertura daquelas terras roxas na região de Araras, destinadas a plantar os cafezais que **forjaram a pujança paulista.**” (GRAZIANO, 2012). [grifo desse trabalho]

Diz que as tecnologias no campo irão unir a preservação ambiental com a agricultura, mas sem o sonho de que não haverá degradação, destacadas com as falas: “*Mais que utopia, o desmatamento zero torna-se uma possibilidade real*” ou com “*Doravante valerá a pena ouvir a*

voz da sensatez. *Recuperar a biodiversidade não se sobrepõe à proteção humana*”, demonstrando o individualismo.

“O que permite tal hipótese é o avanço tecnológico. Quanto mais as modernas técnicas garantem, no campo, maior produtividade por área explorada, mais se facilita a preservação de espaços naturais. Boa comprovação disso se encontra na pecuária brasileira. O volume de carne produzido hoje no Brasil exigiria, se mantido o nível de tecnologia de 30 anos atrás, um assustador acréscimo de 535 milhões de hectares nas pastagens. **Economizou-se uma Amazônia.**” (GRAZIANO, 2012) [grifo desse trabalho]

Diz que são mentiras em volta do Código Florestal, mas não explica porque os ambientalistas estão dizendo mentiras, e quais seriam no caso as verdades: *“Na Europa, especialmente, ecoterroristas venderam a ideia de que o Código Florestal acabaria com a Amazônia. Mentira deslavada.”*

- *Ênfase*: que a sociedade não dá o devido valor ao agricultor, demonstrando agressivo nessa ideia, com as expressões *“cuspiram em suas origens”* e que a sociedade está *“tremenda injustiça com nossos antepassados”*.

“A mistura entre **desmatadores e pioneiros** representou a pior desgraça gerada nessa infeliz polêmica sobre a legislação ambiental do campo. Uns, condenáveis, outros, elogiáveis, ambos se misturaram no discurso exagerado, enganoso mesmo, brandido pelos radicais do ambientalismo. Em nome de nobre causa - a defesa ecológica -, cometeram uma **tremenda injustiça** com os nossos antepassados, equiparando-os aos criminosos da floresta. **Cuspiram em suas origens.**” (GRAZIANO, 2012) [grifo desse trabalho]

- *Exclusão*: Não tratou como são essas tecnologias e os impactos para sociedade e meio ambiente. Ao relembrar da história, não apresentou todo contexto dos “pioneiros” que ajudaram a “erigir” as cidades, em quais atitudes e consequências para o meio e para a população, como a indígena.

- *Interpretação*: O articulista utiliza do recurso da narração de um personagem para demonstrar que a sociedade está esquecendo do agricultor e seu trabalho, ou seja, que a anistia prejudicará não só os desmatadores, mas à todos agricultores. Claramente é um defensor do novo Código Florestal. No entanto, seus argumentos não se sustentam.

Ao argumentar o “porquê” do valor do agricultor, ele o aproxima da ideia de um bandeirante, pioneiro que ajudou a desbravar as terras paulistanas. No entanto, como foi possível

esse desbravamento, como foi feita a exploração de índios e recursos naturais não foi mencionado no texto.

O autor dá a ideia de que o diálogo público sobre o Código Florestal é um “desserviço a inteligência”: *“Aqui está o xis da questão: como consolidar, e regularizar, as áreas produtivas da agropecuária nacional sem facilitar a vida para os bandidos da floresta. Infelizmente, no debate polarizado sobre o novo Código Florestal, tudo virou um só dilema: anistiar, ou não, os desmatadores, colocando todos no mesmo saco. Desserviço à inteligência.”*

Matéria 8 - Os vetos e a MP da presidente – 30/05/2012

Único editorial que trata do Código Florestal no intervalo analisado (01/05/2012 – 31/05/2012), dias após a aprovação do Novo Código Florestal pela Câmara dos Deputados (25/04/2012) e dias após o veto parcial realizado pela presidente.

Seleção: O editorial critica os vetos e a MP da presidente Dilma Rousseff, considerando um erro tanto para os ruralistas, quanto pelos ambientalistas, além de não abrir espaço no jornal para o debate ambiental:

“Ao vetar parcialmente o texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso e propor novas regras por meio de medida provisória (MP), a presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com sua base parlamentar.” (O ESTADO DE S. PAULO, 2012).

Ênfase: na necessidade de mudanças no Código Florestal e contra as manifestações “Veta, Dilma!”, “[ONGs] que, de maneira irrealista, propunham o veto total ao Código Florestal aprovado pela Câmara. Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado [...]”.

“O movimento pelo veto **total mostrou o grau de irracionalidade a que - por iniciativa de ativistas da área ambiental e por erro político de outros interessados no tema -** chegou o debate desse tema essencial para se estabelecer limites às atividades de um segmento indispensável para garantir a alimentação dos brasileiros. [...] Mas, como apontam sem sensatez, muitos dirigentes rurais, o reflorestamento na forma exigida pelos ambientalistas, e parcialmente adotada pelo governo em sua proposta, imporá altos custos aos produtores, sobretudo os de maior porte”. (O ESTADO DE S. PAULO, 2012).

Exclusão: Não tratou de como esse avanço pode trazer problemas ambientais e nem porque é essencial aumentar as faixas de produção dos ruralistas e quais são os meios de unir sustentabilidade e progresso, como proposto: “*Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes. Indiscutivelmente, há que haver regras para assegurar esse equilíbrio.*”.

Interpretação: o editorial apresenta a opinião do jornal, seu posicionamento. Nos recortes para decompor a matéria e analisa-la, percebeu-se que ela é favorável aos agricultores e a proposta da bancada ruralistas, inclusive considerou um erro quem se manifestou contra: “[ONGs] que, de maneira irrealista, propunham o veto total ao Código Florestal aprovado pela Câmara. Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado [...]”..

- *Análise final:*

FREITAS e CRUZ PIRES (2007) já constataram em pesquisa que ao invés da pluralidade, o jornalismo opinativo brasileiro tendia ao uníssono da posição do jornal.

“Nesse cenário da opinião publicada, como parece ser confirmado, pelo e nos parcialmente, pelo caso aqui analisado, falta a controvérsia. As opiniões, para além dos aspectos já apontados em seus processos de produção, são em quase totalidade expressões de UMA SÓ opinião, defendida por vozes diferentes. Promove-se um simulacro de pluralidade de vozes, mas que se repetem em uníssono. Distancia-se, assim, um pouco mais, a opinião pública do ideal normativo da opinião pública, que exigiria o confronto de opiniões por vezes antagônicas em busca do esclarecimento.” (FREITAS e CRUZ PIRES, 2007, p. 140).

Ao tomar as páginas opinativas analisadas, observa-se que tiveram posicionamento a favor dos ambientalistas três matérias, duas do gênero “carta” e um artigo (soma dos espaços das matérias 590 cm²), e três artigos, um editorial e uma “carta” demonstram posicionamento em prol da bancada ruralistas (soma dos espaços 2305 cm²) e da renovação do Código Florestal Brasileiro. Ou seja, 79,6% das matérias apoiam o novo Código Florestal, contrariando 20,4% do espaço destinado ao veto. Considerando toda amostra, afirma-se que nesse mês de análise, foi destinado um espaço de 2,4% de área total da editoria de “Opinião” do jornal para o apoio do novo Código Florestal e 0,06% para a oposição e defesa do veto presidencial.

Desse valor, observa-se que não foi colocado nenhum porta-voz que representasse as ONG’s, principais ativadoras sociais sobre a causa ambiental e a campanha “Veta, Dilma!”, sendo inviável o pluralismo e debate de opiniões. Assim sendo, de acordo com a pesquisa de

enquadramento, o jornal impresso “O Estado de S. Paulo” demonstrou apoio ao Novo Código Florestal no período analisado.

GRÁFICO 4

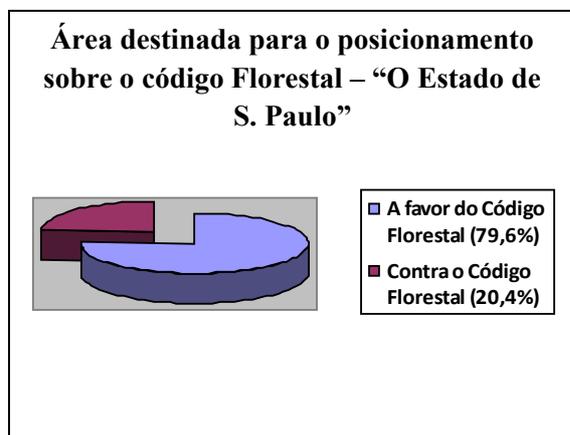
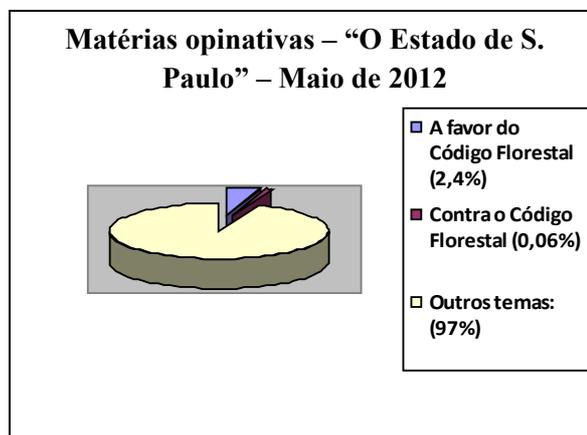


GRÁFICO 5



Fonte: KISHI, K.H.S. de. **Mídia Radical: Análise comparativa entre a opinião da grande mídia e da mídia radical sobre o novo código florestal.** 2012. 107 p.

5.4 – Análise da Mídia Radical Alternativa

A análise da Mídia Radical Alternativa não será no mesmo formato que o da mídia hegemônica (impresso), pois a comparação entre as mídias se refere no posicionamento político e influência na esfera pública.

A mídia radical alternativa trata de assuntos negligenciados ou pouco abordados com intuito de estabelecer um diálogo público sobre os assuntos, como formadora de opinião, pela mídia tradicional. Para análise, será utilizado um vídeo que retrata uma manifestação na Praça Rui Barbosa, Bauru- SP, pedindo para a presidente Dilma Rousseff vetar o Novo Código Florestal. A mobilização bauruense utilizou os cartazes distribuídos pela ONG parceira WWF- Brasil O vídeo está disponível no YouTube e Fan Page do Facebook; confira em: <http://www.youtube.com/watch?v=2ntGySjOUmc&feature=related> e <http://tinyurl.com/cvs4m84>.



Figura 3 - Protestos com galhos de arvores representando o desmatamento.



Figura 4 – Protestos com cartazes.



Figura 5 - A manifestação atingiu a esfera pública local de Bauru com o diálogo sobre os problemas ambientais e o Código Florestal.

O vídeo de análise, publicado no dia 29/04/2012 no canal do YouTube, é uma manifestação de conscientização e protesto com duração de 2 minutos e 34 segundos. Sua manifestação para informar as pessoas e abrir o debate político sobre o assunto já difere da mídia hegemônica em seu formato.

DOWNING (2002, 2009, 2010) define que mídia radical é toda expressão militante, ou seja, que age “na raiz da questão”, e promove a discussão política de modo paralelo aos meios de comunicação tradicionais. Pesquisa realizada por UHR, UHR e MUELLER (2012) sobre a organização das ONGs ambientais brasileiras, aponta que os veículos convencionais têm poder de ação na opinião pública, já que dominam os espaços públicos como subespaço definido por SILVA (2006), que tem maior visibilidade para promoção do diálogo. No entanto, onde a comunicação de massa falha, as ONGs ambientais refletem um trabalho essencial de educação e conscientização. As atuações paralelas das organizações variam muito, desde panfletagem, manifestos, até elaboração de políticas públicas e organização de shows e vem dando resultado (UHR, UHR e MUELLER, 2012; CRESPO, 2008).

Essas definições se encontram no manifesto organizado pela ONG “Instituto Ambiental Vidágua”, com protesto, panfletagem e comunicação visual, pessoal e cibernética, ao publicar o vídeo pelas redes sociais (YouTube, Facebook e Twitter).

DOWNING (2002) também destaca a internet como um elemento importante utilizado pelas mídias radicais, pois promove o debate em outro espaço público, fora dos veículos hegemônicos, formando uma ágora virtual.

- Análise do vídeo:

Imagens: na manifestação foram utilizadas árvores cortadas, como intuito de chamar a atenção e relacionar com a temática, na qual uma das maiores discussões no Novo Código Florestal é a diminuição das APPs, Áreas de Preservação Permanente, possivelmente aumentando o desmatamento. Foram utilizados cartazes e faixas, o vídeo apresenta grupos que pararam para se informarem, assim como os próprios manifestantes abordando as pessoas, mostrando assim, que foi possível o diálogo político.

Discurso: o vídeo apresenta apenas dois interlocutores que argumentam contra o Novo Código Florestal. Percebe-se que foram selecionados apenas falas de protesto, e não do povo desejando se informar ou de alguém a favor do Código, característica da comunicação binária que se divide de forma radical e militante, sem a chamada objetividade defendida pelo jornalismo tradicional.

A ênfase dada no discurso é que por ser mais lucrativo para os grandes investidores e empresários, não se investe na preservação: *“o maior poluidor do mundo é os Estados Unidos; os*

caras vão parar de poluir? Para investir em proteção... ou deixar como está e ganhar dinheiro em cima?” (VETA, DILMA – BAURU, 2012, 28’’ - 36’’).

Outro depoente declara que as manifestações estão acontecendo porque o assunto não está sendo tratado com clareza pela mídia tradicional e também porque a mudança do Código Florestal não tem embasamento científico para acontecer, representando um sendo um retrocesso para as políticas ambientais: *“A redução da mata ciliar de 30 para no mínimo 15, por exemplo, eu acho que não é nem constitucional na verdade, porque é um retrocesso. Diminui ao invés de propor uma mudança melhor. Engrossando o caldo nacional, aqui em Bauru, estamos pedindo para as pessoas se preocuparem um pouquinho com essa questão que não está sendo tão veiculada na mídia.”* (VETA, DILMA – BAURU, 2012, 1’12’’ – 1’36).

No canal do YouTube, o vídeo atingiu mais de 200 visualizações. Como apresentado pela ativista ambiental, o manifesto serviu para “engrossar o caldo nacional”, pois em várias cidades brasileiras houve protestos manifestações da campanha “Veta, Dilma!” interligadas pela internet por uma causa em comum. A manifestação foi uma forma radical de comunicação que atingiu a esfera pública local e viabilizou o diálogo no município sobre as mudanças proposta pelo novo Código Florestal Brasileiro.

A ONG mantém outros projetos interligados ao Código Floresta, como a campanha “Da mobilização à Floresta”, com foco na preservação das matas ciliares dos rios Tietê/ Batalha e Tiête/ Jacaré, constituintes da bacia hidrográfica da região de Bauru.

“Da mobilização à Floresta” vem para divulgar o estudo feito pelo Vidágua através do **“Plano estratégico de avaliação da situação ambiental das APPs da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê-Batalha”**, que resultou no **“Atlas Regional 2011”** contendo mapas, imagens e informações detalhadas sobre a ocupação do solo das margens de nossos rios. Esse estudo concluiu que a má utilização e ocupação do solo, bem como outras atividades antrópicas desenvolvidas nas APPs do Tietê-Batalha têm sido responsáveis pelas alterações na qualidade das águas, por crescentes processos de erosão nas margens e assoreamento do leito dos rios da nossa região. A pastagem é a atividade econômica que mais impacta hoje as APPs do Tietê-Batalha, ocupando 3.757,35 hectares, seguida pelos loteamentos consolidados, com 285 hectares.” (Texto disponível em: http://www.vidagua.org.br/damobilizacaoafloresta/?page_id=5).

Considerações finais:

O novo Código Florestal Brasileiro é polêmico por bater de frente com interesses dos ruralistas que desejam aumentar a produtividade, com isso o novo código luta pela diminuição das Áreas de Preservação Permanente com o objetivo de baratear os custos da agricultura, principalmente para os pequenos e médios produtores; além de aumentar o número produção alimentar no país possibilitando um caminho para o seu enriquecimento. Contrariamente, os ambientalistas que consideram essa diminuição um erro, que poderá aumentar muito a porcentagem de desmatamento, além dos prejuízos na fauna e flora locais.

Em meio a essas concepções binárias, os grupos se articulam em busca da aprovação ou do veto às mudanças. Nessa divisão, a pesquisa se concentrou em apresentar o posicionamento ideológico de tipo de mídia; o jornal impresso “O Estado de S. Paulo” foi escolhido por ser o jornal mais antigo de São Paulo ainda em circulação, e por pertencer por gerações em poder da mesma família, representante da elite intelectual brasileira.

Através do enquadramento dos gêneros opinativos, como definidos por PORTO (2004) e MELO (1985), nas páginas da editoria “Opinião” do jornal no intervalo do dia 01 de maio de 2012 até o dia 31 de maio de 2012. Primeira constatação foi a falta de debate político sobre o assunto, representando apenas 3% da área gráfica destinada ao tema durante o mês, o que representou oito matérias.

A constatação final, após tabulação e interpretação dos dados, foi de aproximadamente 80% das matérias analisadas, claramente tinham posicionamento político a favor das alterações com o novo Código Ambiental; em editorial, o “Estadão” criticou adeptos da campanha ambientalista, organizada pelas ONGs, “Veta, Dilma!”.

Sendo assim, o jornal “Estadão” reflete o posicionamento voltado para o desenvolvimentismo brasileiro, opinião refletida das camadas hegemônicas brasileiras, como as elites econômicas, intelectuais e políticas, a exemplo, a bancada ruralista da Câmara dos Deputados. Outro ponto é que o jornal não manteve o pluralismo tanto defendido para os jornalistas, pode-se constatar no “Fórum do Leitor” no dia 28/05/2012, no qual há duas opiniões de leitores sobre a temática, mas o que criticava o veto presidencial de Dilma Rousseff em 12 itens teve o dobro do espaço que o que defendia a atitude da presidente.

Enquanto a mídia tradicional não trabalha o assunto do ponto de vista dos ambientalistas, eles se unem para uma comunicação alternativa aos meios de comunicação com posicionamento extremo na defesa ambiental.

Mídia radical alternativa foi definida por DOWNING (2002) como um processo social, cognitivo e estético, que não se prende aos meios comuns e dominados pelas elites vigentes para se expressar, usando das formas mais inusitadas a comunicação. Por exemplo, pode-se lembrar das músicas de protesto à ditadura militar brasileira, ou a produção da poetisa russa Anna Akhmatova, que após a prisão de seu filho no período stalinista, criou um poema sem nunca tê-lo registrado no papel, em razão da repressão, pedindo assim para vários amigos de confiança memorizarem um trecho diferente, caso ela morresse pelo regime. A composição se tornou um talismã de resistência para os russos. Esses fatos explicam que mídia não se restringe à produção de notícias, mas qualquer expressão de comunicação, sendo que até o vestuário ou uma tatuagem tem muito a dizer sobre a pessoa. (DOWNING 2002, 2009).

A mídia radical analisada foi desenvolvida pela ONG “Instituto Ambiental Vidágua” com a manifestação contra o Código Florestal na Praça Rui Barbosa, centro de Bauru- SP. A montagem de árvores caídas nas praças, os panfletos e as faixas foram formas de comunicação e abertura para o debate político, de forma diferente das propostas pela grande imprensa.

A análise de enquadramento, realizada por meio de vídeo produzido e divulgado pela instituição sobre essa manifestação comprovou que o ato se caracterizou como uma mídia radical, e de oposição ao desenvolvimentismo predatório ligado ao desmatamento de áreas florestais.

Essa pequena manifestação sozinha, não contribuiu para mudar o *status quo* brasileiro, mas serviu para “engrossar o caldo nacional” de protestos sobre a aprovação da Câmara dos Deputados desse Código. Unindo-se com várias outras ONGs que realizaram protestos pelo país inteiro, a campanha “Veta, Dilma” conseguiu atingir uma discussão pública em nível nacional.

Não deve ser desconsiderado o ato da ONG bauruense na manifestação. O vídeo apresenta o dialogo político se efetivando na esfera pública local, auxiliando para conscientização das pessoas sobre o tema.

Conclui-se assim, que as mídias hegemônicas transmitem informações e ideologias que beneficiam a classe dominante. Elas selecionam os melhores enquadramentos que passem essas informações, além das manipulações a fim de desfocar ou focar a atenção para seus anunciantes e acionistas. Nesse contexto de crise de credibilidade da notícia pela qual os grandes jornais passam, se faz importante a atuação das mídias radicais alternativas, como meio de democratização das informações. Busca-se assim um pluralismo e possível debate político, mesmo se for em um espaço público alternativo, como vem crescendo a comunicação virtual pela internet, ou atinja somente a esfera pública local. O papel disseminador de informações reflexões e debate foi realizado.

Referências Bibliográficas:

BAHIA, L.C. M.. **Esfera Pública Habermasiana**: críticas e releituras no contexto da sociedade contemporânea midiaticizada. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/c/c1/GT10_-_006.pdf> Acesso em 28 ago. 2012.

BARBOSA, G; RABAÇA, C. A. **Dicionário de Comunicação**. Editora:Campus. 5 edição. 2002.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulima, 1980.

BERTRAND, C.J. **O arsenal da democracia**: Sistemas de Responsabilidade da mídia. Tradução de Maria Leonor Lourenço. Bauru: EDUSC, 2002, p.15-55.

BRITO, W & PEREIRA, M. **A mídia Hegemônica está mais agressiva**. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=7574> Acesso em 28 ago. 2012

BOFF, L. Ecologia e Espiritualidade. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008, p. 34 -43

BORGES, L. A. C. et al. **Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira**. *Cienc. Rural* [online]. 2011, vol.41, n.7, pp. 1202-1210

BUENO, W. da C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara, 2007a, p. 35- 54.

BUENO, W. da C. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Paraná, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007b.

CAMPOS, P. C.. **A Percepção do Tema Ambiental na Universidade**: Por um ensino de jornalismo capaz de romper paradigmas. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, Ano IX, n. 1 e 2, p. 62 -76, 2006.

CAMPO, P. C. **Gênero opinativo**. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da010520026.htm>>. Acesso em 28 de out. 2012.

CAPRA, F. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008, p. 18-33.

CHARAUDEAU, P.. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa, 1.ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 241-277

CITELLI, A. **Estratégias de Resistência à Mídia Hegemônica**. Comunicação & Educação. São Paulo, ano x, n.1, jan-abr, 2005.

_____. **Código Florestal**: Entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental. Disponível em: <http://www.ecolmeia.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/02/cartilhaCF18012011-lowres3.pdf> Acesso dia 15 de jun. de 2012.

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008, p. 66 – 89.

_____. **Da mobilização à Floresta**. Disponível em: http://www.vidagua.org.br/damobilizacaoafloresta/?page_id=5 Acesso em: 28 de out.2012.

_____. **Dicionário de Mídia. TVTEM**. Disponível em: <http://tvtem.temmais.com/dicionariodemidia/m%C3%ADdia/464> > Acesso em 28 ago. 2012.

DINIZ, J. R.. **Culture Jamming – Ativismo e contra-hegemonia**, disponível no site < http://www.eca.usp.br/caligrama/n_10/05_diniz.pdf > Acesso em 28 ago. 2012.

DOWNING, J. D. H. **Entrevista com John Downing**. n. 28, 2009. Porto Alegre: Revista FAMECOS. Entrevista concedida a Patrícia Wittenberg Cavalli, p. 5-9.

DOWNING, J. D. H. **Mídia Radical - Rebelia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. Tradução de Silvana Vieira, São Paulo: Senac, 2002.

DOWNING, J. D. H. **Parceiros não comunicativos**: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais. Tradução de Silvia Cobelo. Matrizes, São Paulo, ano 3, n. 2, jan-jul, 2010, p. 51-61.

DUARTE, F.; ESPINOLA, B. **Comunicação e Educação Ambiental**: Estudo de Caso Em Curitiba. Comunicação e Espaço Público, Brasília, Ano IX, n. 1 e 2, p. 108–119, 2006

DUGUAY, R. **Material de referência teórica Mídia I**. Disponível em: http://www.duguay.com.br/docs/unicap_midia_aps1.pdf > Acesso em 28 ago. 2012.

DURIGAN, Giselda. **O futuro do cerrado mediante o Código Florestal**. *Cienc. Cult.* [online]. 2010, vol.62, n.4, p. 4-5

É A GOTA D'ÁGUA, 2011, **Movimento É a gota d'água**, disponível em <http://movimentogotadagua.com.br/>, Acessado em 28 de out. 2012.

_____. **Entenda por que o novo Código Florestal pode aumentar o desmatamento.** 11/05/2012 Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/infograficos/2012/05/11/entenda-por-que-o-novo-codigo-florestal-pode-aumentar-o-desmatamento.htm> > Acessado em 1 de nov. 2012.

_____. **Entenda o que diz o Código Florestal aprovado na Câmara.** 25/04/2012 Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/entenda-o-que-diz-o-texto-do-codigo-florestal-aprovado-na-camara.html> > Acessado em 1. nov.2012.

_____. **Entenda o que o veto presidencial mudou na MP do Código Florestal.** 18/10/2012. Disponível em < <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/10/entenda-o-que-o-decreto-presidencial-vetou-na-mp-do-codigo-florestal.html> > Acessado em 1 nov.2012.

FERREIRA, L. V.; VENTINCINQUE, E.; ALMEIDA, S. **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas.** Estudos Avançados. [online]. 2005, p.157-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24086.pdf> Acesso em 31 out. 2012.

FREITAS, A. J. de; CRUZ PIRES, T.M.C.. **Produção da opinião pública na berlinda** São Paulo: Libero, v 12 n23 p.129-141 jun de 2009. Disponível em: < http://www.facasper.com.br/rep_arquivos/2010/03/16/1268757638.pdf > Acesso em: 28 de out. 2012

FROME, M. **Green Ink: Uma Introdução ao Jornalismo Ambiental.** Tradução de Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GIRARD, I. M. T. et. al. **Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE JORNALISMO, VIII, 2010. São Luís. *Artigo...* São Luís SBPJor, 2010. p. 15.

GOLDEMBERG, R.; OTUTUMI, C. **Análise de conteúdo segundo Bardin.** In: SIMPÓSIO DE COGNIÇÃO E ARTES MUSICAIS, IV, 2008. Goiânia. Anais... Goiânia, SIMCAM4, 2009. p.7.

GOES, L. T. de. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais da Web.** Salvador: Intercom Nordeste, 2007. Disponível em: < <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/inter-nor2007/resumos/R0364-1.pdf> > Acesso em 28 ago. 2012.

GRAZINIANO, F. Touro Ambiental. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 15 de mai. 2012.

GRAZIANO, F. 'Código Florestal, o Retorno'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 29 de mai. 2012.

GUAZINA, L. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: Desafios interdisciplinares**. Revista Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HARVEY, D. A compressão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural. In: HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996, 6. ed. p.237-256.

INÁCIO, A. C. **Culture-jamming: A rebeldia da sociedade brasileira nas novas mídias digitais**. Disponível em: <<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/307/302>> Acesso em 28 ago. 2012.

JAKOBSKIND, M. A. Os inimigos da mídia hegemônica. **Observatório da Imprensa**. 529.ed., 17 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os-inimigos-da-midia-hegemonica>> Acesso em 01 nov. 2012.

KOVACH, B.; ROSENTIEL, T. **Os elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público deve exigir**. Tradução de Wladimir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

LUBENOW, J. A. **A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica**. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n.10, p. 103-123, jan. 2007.

MARTELETO, R.M. **Análise de Redes Sociais – Aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001

MAZETTIA, H. M. **Mídia alternativa para além da contra-informação**. São Paulo: Intercom, 2007 Disponível em: < <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/Midia%20alternativa%20para%20alem%20da%20contra-informacao.pdf>> Acesso em 28 ago. 2012.

MEASSI, C. G. **O idoso na mídia impressa: O enquadramento da revista Veja**. 2009. 131. Trabalho de Conclusão de Curso para o título de bacharel em Jornalismo – UNESP, Bauru.

MELO, J. M. de. **Jornalismo Forma e Conteúdo**. São Paulo: Difusão, 2009.

MELO, J. M. de.. **Comunicação, Opinião, Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MELO, J. M. de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MORAES, D. de. **Comunicação, Hegemonia e Contra - hegemonia**: A contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre ,v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

NASCIMENTO, D. B. Canetada Arbitrária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 28 de mai. 2012.

NASSAR, A. M. Universos paralelos do Agro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 18 de mai. 2012.

NOBLAT, R.. **A arte de fazer um jornal diário**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <<http://saema.com.br/files/Novo%20Codigo%20Florestal.pdf>> Acessado em: 01 de nov. 2012

OLIVEIRA FILHO, A. L. Veto Parcial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 28 de mai. 2012.

OLIVEIRA, N.A.A.; ALMEIDA, L.M.O.. **Gêneros jornalísticos opinativos de humor: caricaturas e charges**. Revista Janus, Lorena, ano 3, n 4, p. 76-91, jun-dez de 2006.

OLIVEIRA, W. J. F. de. **Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causas ambientais**. *Cad. CERU* [online]. 2009, vol.20, n.1, pp. 223-239

_____. Os vetos e a MP da presidente. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, ano 133, nº. 43324, A3, 30 de mai. 2012

PORTO, M. P. Enquadramento da Mídia e Política. In: RUBIN, A.C. (Org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 73-103.

RABINOVICI, A. **As grandes ONG's ambientalistas em questão**. *Ambient.Soc.* [online]. 2008, v.11, n.2, p.439-442.

RAMONET, I. **A Tirania da Comunicação**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSA, M. F. E. Veto à degradação ambiental. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 15 de mai. 2012.

ROSENFELD, D. L. Vícios privados, virtudes públicas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A2, 21 de mai. 2012.

ROTHBERG, D. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO JORNALISMO, V, 2007, Sergipe. Artigo... Sergipe. SBPJor, 2007, p. 15.

ROTHBERG, D. **Conselhos de mídia e capital social.** Alceu, Rio de Janeiro, v.6, n.12, jan/jun.2006, p. 155-169.

SANTOS, M. - **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal,** Rio de Janeiro, Record, 2000

SCHMITT, V.; PEREIRA FILHO, F.A. **A Cauda Longa e o jornalismo:** Como a teoria da Cauda Longa se aplica no jornalismo. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, [online] .v.2. n.15. Ago 2007

SILVA, L. M. da. **Jornalismo, Espaço Público e Esfera Pública, Hoje.** Comunicação e Espaço Público, Brasília, Ano IX, n. 1 e 2, p. 36 – 47, 2006.

SILVA, G. **Para pensar critérios de noticiabilidade.** Florianópolis: Estudos em Jornalismo e Mídia, v.III, n.1, jan-jun 2005.

SOUZA, A. P. S. **Jornalismo policial sensacionalista: entre a audiência e a função social** Intercom, Curitiba 2009. Disponível em: http://www.petfacom.ufjf.br/wordpress/arquivos/artigos/Jornalismo_policial_sensacionalista.pdf > Acesso em 28 ago. 2012.

SPAROVEC, G.; et.al. **A revisão do Código Florestal Brasileiro.** Revista Novos Estudos, [online], n. 99, p. 111-125, 2011.

TRAQUINA, N. **Teorias da Comunicação –** Porque as notícias são como são. v. I. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIGUEIRO, A. Meio Ambiente na Idade Mídia. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21.** 5.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008, p. 74 – 89.

_____. Você no Estadão.com – tema do dia: “Redes sociais ecoam ‘Veta, Dilma.’”. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, A3, 06 de mai. 2012.

VELOSO, F.T. **Jornalismo Público:** Uma análise sobre a incidência do JP no telejornal local *Jornal da Alterosa.* 2008, p.68. Trabalho de Conclusão de Curso do título de bacharel em Jornalismo – UNI-BH, Belo Horizonte.

VELOSO, M. do S. F. **Imprensa e Contra-hegemonia na Amazônia:** o caso do Jornal Pessoal. Estudos da Comunicação, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 49-57, jan.-abr. 2009.

VETA, DILMA - BAURU, 2012, **Veta, Dilma-Bauru**, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=2ntGySjOUmc&feature=related>, Acessado em 28 de out. 2012.

VIEIRA JUNIOR, A.F. **Jornalismo, enquadramento e Ideologia:** A renúncia de Fidel Castro nas revistas Carta Capital e Veja. 2009. 89. Trabalho de Conclusão de Curso para o título de bacharel em Jornalismo – UESB, Vitória da Conquista.

XAVIER, J. T. P. **No Norte da África, mídia radical gerou debate amplo e global, analisa especialista.** [Data]Portal Opera MundiDisponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/esp_176/no+norte+da+africa+midia+radical+gerou+debate+amplo+e+global+analisa+especialista.shtml> Acesso em 28 ago. 2012, Entrevista concedida a Paulo Pastor Monteiro

UHR, D. de A. P.; UHR, J. G. Z.; MUELLER, B. P. M. **Como as ONGs ambientais influenciam a política ambiental brasileira?** *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2012, vol.66, n.1, pp. 79-98.

APÊNDICE

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n.º: 1 Unidade de Registro n.º: 1 | Edição: 06/05/2012 Ano 133, n.º 43300 |
| Título da Matéria: Você no Estadão.com – tema do dia: “Redes sociais ecoam ‘Veta, Dilma.’” Pág.: A3 | | |
| Palavras-chaves: Veta, Dilma; Camila Pitanga; Código Florestal | | |
| Área total da matéria: 100 cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: () Editorial () Comentário () Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura (X) Carta. | | |
| 3- Formato Seção: Opinião – Fórum do Leitor - Comentários do Portal () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas () Colaborador (X) Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não () Sim (X) Personalidades – () Presidente () Senador () Deputado () Entidades – () Empresas () Ruralistas () ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados (X) Outros | | |
| 6 – Assuntos: (X) Política () Economia (X) Sociedade () Relações exteriores () Educação (X) Outros | | |
| 7 – Temas: Repercussão de matéria no portal | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: Área da matéria do dia anterior: “Redes Sociais ecoam o ‘Veta, Dilma’”; “Total de comentários no portal - 423” Apresenta personalidades: “Camila Pitanga quebra o protocolo em cerimônia e pede para a presidente vetar o Código Floresta.” O evento em questão era a entrega de título de Doutor Honoris Causa para Lula na Sexta-feira (04/05/12) no Rio de Janeiro. | | |
| 12 - Ênfase: 3 comentários, sendo duas opostas e a terceira um questionários, como se seguem: Aprovando ação: “Tirei o chapéu pra Camila Pitanga. Ela quebrou o protocolo falando o que muitos querem falar. Veta tudo, Dilma!” Reprovando ação: “Veta, Dilma! Passaremos todos a nos alimentar com o sitiozinho orgânico do Marcos Palmeira”. Questionando: “As mudanças anistiam desmatadores. Acabar com as matas e os rios os ciclos das chuvas, é favorável à lavoura?” | | |
| 13 - Exclusão: - Apesar de ser uma repercussão do dia no portal, poderia ter uma nota mais informativa, do que uma linha fina. A pergunta não dá clareza da opinião. | | |
| 14 – Comentário: registro do portal | | |

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n°.:2 Unidade de Registro n°: 2 | Edição: 15/05/2012 Ano 133, n°43309 |
| Título da Matéria: Touro Ambiental – Xico Graziniano (agrônomo) Pág.: | | |
| Palavras-chaves: | | |
| Área total da matéria: 460cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: | | |
| (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: | | |
| () Editorial () Comentário (X) Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura () Carta. | | |
| 3- Formato | | |
| Seção: Opinião () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: | | |
| () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas (X) Colaborador () Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim | | |
| () Personalidades – () Presidente () Senador () Deputado () Entidades – () Empresas (X) Ruralistas (X) ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados () Outros | | |
| 6 – Assuntos: | | |
| (X) Política (X) Economia (X) Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: Progresso e preservação | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: - O artigo trata dos ruralistas que dizem saber conciliar os agronegócios com a preservação natural: <i>“Mais que qualquer pessoa, o agricultor vive próximo da natureza e sabe o quanto dela depende para continuar existindo. A seca já lhe ensinou que a água responde pela vida. E a erosão do solo nunca lhe deixou dúvidas de que conservar a terra protege um patrimônio da Nação.”</i> - <i>“Exemplos não faltam. Nos ganhos de produtividade que reduzem a pressão sobre novos desmatamentos, na energia renovável do etanol e do biodiesel, na integração da lavoura com a pecuária, na reciclagem de embalagens de agrotóxicos se percebem facilmente as vantagens tecnológicas rumo à sustentabilidade.”.</i> | | |
| 12 - Ênfase: - Na união do desenvolvimento com preservação ambiental: <i>“O polarizado debate sobre o Código Florestal não deixou dúvidas: ou os agricultores adotam a receita moderna na produção, ou a sociedade os fará, na marra, engolir. Será inescapável pegar o touro ambiental à unha.”</i> - Foco no progresso: <i>“Mas a ecologia não pode esvaziar o bolso do agricultor. Dura realidade. Ruralistas tacanhos resistem aos novos tempos. Sua posição faz contraponto aos ambientalistas bobocas, que apostam na regressão tecnológica. Ambos os radicais, ruralistas ou ambientalistas, fogem do problema central.”</i> <i>“Será que os ecologistas topam, contribuindo para a transformação virtuosa que ensaia o campo, em vez de apenas atirarem pedras na vidraça antiga do ruralismo? Quem, acreditando na mudança, trocará os cômodos holofotes da mídia urbanoide para amassar barro na roça? Qual deles prefere a difícil busca das soluções, verdadeiras, em lugar do discurso fácil, e falso, do holocausto ambiental?”</i> OLHO: <i>“Chega dessa discussão polarizada, e imbecil, que separa a agricultura do meio ambiente.”</i> | | |
| 13 - Exclusão: - Exclui explicações se as melhorias tecnológicas no campo são as melhores? Há prejuízos para saúde humana? Como se faz o modo intensivo. | | |
| 14 – Comentário: O Artigo tem mais caracteres que o outro ao seu “lado”. | | |

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n°.:2 Unidade de Registro n°: 3 | Edição: 15/05/2012 Ano 133, nº43309 |
| Título da Matéria: Veto à degradação ambiental – Márcio Fernando Elias Rosa – Procurador G. Justiça. Pág.: A2 | | |
| Palavras-chaves: capitalismo | | |
| Área total da matéria: 460cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 -Presença de ilustrações/explicações: (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 -Gênero predominante: () Editorial () Comentário (X) Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura () Carta. | | |
| 3- Formato Seção: Opinião () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas (X) Colaborador () Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim () Personalidades – () Presidente () Senador () Deputado () Entidades – () Empresas () Ruralistas () ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados () Outros | | |
| 6 – Assuntos: (X) Política (X) Economia () Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: Código Florestal | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: Se apresenta como contrário ao Código Florestal: <i>“Em meio a isso se debate o Código Florestal agora aprovado pela Câmara dos Deputados, do qual resultará a previsível degradação ambiental em larga escala e a óbvia superação da tutela ambiental pela prevalência inconstitucional dos princípios da livre-iniciativa, dando prioridade ao chamado agronegócio”.</i> Alega que duas instituições fizeram pesquisa sobre os supostos retrocessos dito pelos ruralistas se não aprovado o novo código: <i>“que as alterações aprovadas se deram sem nenhum fundamento científico e atentam contra a qualidade ambiental, sendo prejudiciais a todos os brasileiros”</i> | | |
| 12 - Ênfase: “O veto parcial dos pontos modificados pela Câmara não trará de volta esse equilíbrio. Trará é mais insegurança jurídica. Para a correção absoluta do intento predatório será necessário o veto total [...]O meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser a base da agricultura sustentável e de toda atividade produtiva.” OLHO: <i>“O texto aprovado do Código Florestal afronta o sistema constitucional do País”.</i> | | |
| 13 - Exclusão: Não menciona como que a agricultura pode crescer, como as tecnologias empregadas ‘ | | |
| 14 – Comentário | | |

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n°.: 4 Unidade de Registro n°: 4 | Edição: 18/05/2012 Ano: 133; n° 43310 |
| Título da Matéria: Universos paralelos do Agro – André Meloni Nassar – diretor da Icone e coordenador da Rede Agro. | | |
| Pág.: A2 – 1/3 da página | | |
| Palavras-chaves: Código florestal, produção, Campanha Veta, Dilma; | | |
| Área total da matéria: 460 cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: | | |
| (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: | | |
| () Editorial () Comentário (X) Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura () Carta. | | |
| 3- Formato | | |
| Seção: Opinião () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: | | |
| () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas (X) Colaborador () Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim | | |
| () Personalidades – () Presidente () Senador () Deputado (X) Entidades – (X) Empresas (X) Ruralistas (X) ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados (X) Outros | | |
| 6 – Assuntos: | | |
| (X) Política (X) Economia () Sociedade (X) Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: Economia agrária e o código florestal. | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: - Compara a oposição como os universos paralelos do seriado americano “Fringe” : “O Outlook Brasil 2022 é o universo primário do agro, enquanto a campanha Veta, Dilma é seu universo paralelo. No primário, o Brasil tem orgulho do agro. No paralelo, tem vergonha. A reforma do Código Florestal, no universo primário, seria vista como necessária. No mundo alternativo, as pessoas clamam pelo veto da presidente” | | |
| 12 - Ênfase: OLHO: “Romper o limite do novo Código Florestal porá conservação e produção em pé de guerra” - “O estudo [ICONE] confirma o que já sabemos hoje: o agro é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.” - Defende o Código: “Um Código Florestal que anistia desmatadores anistia também os produtores. Um código que beneficia o proprietário da terra beneficia também o que produz, porque, como nos negócios ou na vida privada, quanto mais valioso o ativo, mais se investe na sua manutenção e conservação. [...]a reforma do Código Florestal é colocada como condição para se atingir esse equilíbrio - que é o que acredito e defendo” “A guerra que interessa é levar o Brasil à condição de nação rica e com capacidade de garantir desenvolvimento sustentável para sua população. Sem o crescimento do agro essa guerra nunca será vencida.” | | |
| 13 - Exclusão: Não colocou as formas que o agro pretende restaurar as matas, e nem como ocorre as tecnologias agrárias. Não deixou claro no estudo se o Brasil crescera com agro só se expandir suas terras. | | |
| 14 – Comentário: Defesa do código. | | |

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n.º: 5 Unidade de Registro n.º: 5 | Edição: 21/05/2012 Ano 133, n.º: 43315 |
| Título da Matéria: Vícios privados, virtudes públicas – Denis Lerrer Rosenfield (Filósofo) | | |
| Pág.: A2 – 1/3 da página | | |
| Palavras-chaves: Câmara dos deputados, CPI, Cachoeira, Código Florestal, APPs | | |
| Área total da matéria: 460cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: | | |
| (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: | | |
| () Editorial () Comentário (X) Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura () Carta. | | |
| 3- Formato | | |
| Seção: Opinião () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: | | |
| () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas (X) Colaborador () Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim | | |
| (X) Personalidades – (X) Presidente (X) Senador (X) Deputado () Entidades – () Empresas (X) Ruralistas () ONG's (X) Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados () Outros | | |
| 6 – Assuntos: | | |
| (X) Política () Economia (X) Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas CPI Cachoeira e Código Florestal | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: ideia de que a Câmara dos Deputados estavam perdendo seu protagonismo, mas recuperou nos embates contra o Senado: <i>“Ademais, a Câmara e o Senado vinham se enredando em questiúnculas internas, boa parte das quais se traduzindo por distintas formas de fisiologismo, se não de corrupção e desvio de recursos público.”</i> , ou então <i>“e a votação do Código Florestal, com a câmara retornando seu protagonismo, alterando o texto do Senado”</i> . - <i>“Terminou valendo o ponto de vista propriamente institucional de uma votação necessária, pois o País não pode mais continuar nessa insegurança. A Câmara dos Deputados soube, assim, se colocar como protagonista, contribuindo para melhorar a sua imagem perante a opinião pública. O Brasil está ganhando com isso.”</i> . | | |
| 12 - Ênfase: Boas decisões da Câmara, e ao contrário do que muitos falam, as mudanças com as APPs não são para contribuir com o Agronegócio e sim com produtor familiar: <i>“Os mal informados andam dizendo que foi uma reação do agronegócio, quando para este não faz a menor diferença a recomposição de APPs, pois suas áreas são grandes e não perderia com isso.”</i> | | |
| 13 - Exclusão: - Não se mencionou nenhuma alteração ambiental, ou a causa ambiental e polêmica por trás do assunto. | | |
| 14 – Comentário: Defende ideal ruralista. | | |

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n.º: 6 Unidade de Registro n.º: 6 | Edição: 28/05/2012 Ano: 133; n.º 43320 |
| Título da Matéria: Veto Parcial | | |
| Pág.: A2 | | |
| Palavras-chaves: Veto, código florestal, Dilma | | |
| Área total da matéria: 30cm ² . | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: () Editorial () Comentário () Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura (X) Carta. | | |
| 3- Formato Seção: Opinião- Fórum dos Leitores () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas () Colaborador (X) Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim (X) Personalidades – (X) Presidente () Senador () Deputado () Entidades – () Empresas () Ruralistas () ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados () Outros | | |
| 6 – Assuntos: (X) Política () Economia () Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: Vetos do Código. | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: Veto de Dilma em relação ao código florestal, escolhi o brasileiro comum. -“Era o que os brasileiros já esperavam”, Comentário aprovando os vetos. - “Na batalha entre ruralistas, o grande vencedor foi o Brasil” | | |
| 12 - Ênfase: Veto: “Precisamos urgentemente de mais mulheres no quilate da presidenta”. | | |
| 13 - Exclusão: Consequências dos vetos, MP, produção agrícola, excluiu a fala de ambientalista. | | |
| 14 – Comentário: Segue com outro comentário do leitor, com espaço maior que esse. | | |

“Veto parcial – Era o que os brasileiros já esperavam da presidenta Dilma Rousseff: que vetasse parte do Código Florestal. Na batalha entre ruralistas, o grande vencedor foi o Brasil. Precisamos urgentemente de mais mulheres como a presidenta”. - Arnaldo Luiz de Oliveira Filho - Itapeva

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n.º: 6 Unidade de Registro n.º: 7 | Edição: 28/05/2012 Ano: 133; n.º 43320 |
| Título da Matéria: Canetada arbitrária Pág.: A2 | | |
| Palavras-chaves: Vetos, Dilma, Código Florestal, | | |
| Área total da matéria: 60cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 -Presença de ilustrações/explicações: (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 -Gênero predominante: () Editorial () Comentário () Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura (X) Carta. | | |
| 3- Formato Seção: Opinião – Fórum dos Leitores () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas () Colaborador (X) Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim (X) Personalidades – (X) Presidente () Senador (X) Deputado () Entidades – () Empresas (X) Ruralistas () ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados (X) Outros | | |
| 6 – Assuntos: (X) Política (X) Economia (X) Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: Contra o Veto do Código | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros | |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: Foi selecionado uma opinião a favor dos ruralistas, carregada de adjetivos e defesas aos deputados, bancada ruralistas e critica a presidente. | | |
| 12 - Ênfase: Os adjetivos e o título querem indicar a “morte agrícola”. Dão a entender que a presidente diminuiu extensões agrícolas que já existiam, sendo que em relação às APPs, na sua proposta diminuiu de 30m para 20m, e os ruralistas queriam 15m. | | |
| 13 - Exclusão: Qualquer viés ambiental | | |
| 14 – Comentário: Há no fórum outro comentário sobre o assunto, tratado de forma simples, não é o “outro lado”, como ONG e ambientalistas e o espaço destinado é metade do que o comentário em prol dos ruralistas. | | |

“Canetada Arbitrária – Com os vetos ao novo Código Florestal, a presidenta Dilma Rousseff **desafia** o Congresso nacional e **denigre o exímio trabalho iniciado pelo deputado Aldo Rebelo**, seu atual ministro, e finalizado pelo deputado Paulo Piau. Vamos ver se os **mesmos congressistas que levaram a plenário um texto atendendo aos anseios de suas bases terão coragem suficiente para derrubar esses vetos absurdos**. Admira-me muito o fato de o Estado que **acolheu a então perseguida política Dilma Rousseff**, o Rio Grande do Sul, ser uma das **maiores vítimas da sua canetada arbitrária**. Nos moldes em que ficou o código depois dos vetos, Santa Catarina, o sul de Minas, a Serra Gaúcha e o vale do Rio São Francisco já estão condenados à **‘morte agrícola’, o novo programa do governo federal**” – David Batista do Nascimento – Itapetininga

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n°.:8 Unidade de Registro n°: 8 | Edição: 39/05/2012 Ano 133; n°43323 |
| Título da Matéria: “Código Florestal, o Retorno” | | |
| Pág.: A2 – 1/3 da página | | |
| Palavras-chaves: Código Florestal, veto, Dilma, MP, APPs, | | |
| Área total da matéria: 460 cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: | | |
| (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: | | |
| (X) Editorial () Comentário () Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura () Carta. | | |
| 3- Formato | | |
| Seção: Opinião () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: | | |
| () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas (X) Colaborador () Leitor () Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim | | |
| (X) Personalidades – (X) Presidente () Senador (X) Deputado (X) Entidades – () Empresas (X) Ruralistas (X) ONG’s () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados () Outros | | |
| 6 – Assuntos: | | |
| (X) Política () Economia (X) Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: Unir ambientalismo e ruralismo | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| <p>11- Seleção: Seleciona um personagem rural para falar como ele está sendo prejudicado pelo veto: “Entre tantas dúvidas sobre o Código Florestal, uma certeza o agricultor José Batistela carrega: ele não precisa, nem quer, ser anistiado. Ninguém jamais o convencerá de que incorreu em crime ambiental ao abrir as fronteiras agrícolas do Brasil. Julga tal suposição uma afronta ao seu caráter.”</p> <p>“Sente-se desprestigiado na sociedade urbanizada que ajudou a erigir e agora lhe vira as costas, não lhe reconhecendo nas mãos os calos ganhos no árduo trabalho da roça.”</p> <p>Técnicas do campo ajudariam a preservação do meio ambiente: “Somente quando a agronomia realizou uma de suas maiores façanhas tecnológicas - a conquista do Cerrado no Centro-Oeste - a última fronteira se efetivou. [...] Haverá, com certeza, um limite para a exploração planetária. O que permite tal hipótese é o avanço tecnológico. Quanto mais as modernas técnicas garantem, no campo, maior produtividade por área explorada, mais se facilita a preservação de espaços naturais. Boa comprovação disso se encontra na pecuária brasileira. O volume de carne produzido hoje no Brasil exigiria, se mantido o nível de tecnologia de 30 anos atrás, um assustador acréscimo de 535 milhões de hectares nas pastagens. Economizou-se uma Amazônia. “</p> <p>Trara o debate político sobre o código florestal um “desserviço à inteligência”: “Aqui está o xis da questão: como consolidar, e regularizar, as áreas produtivas da agropecuária nacional sem facilitar a vida para os bandidos da floresta. Infelizmente, no debate polarizado sobre o novo Código Florestal, tudo virou um só dilema: anistiar, ou não, os desmatadores, colocando todos no mesmo saco. Desserviço à inteligência.”</p> <p>“Na Europa, especialmente, ecoterroristas venderam a ideia de que o Código Florestal acabaria com a Amazônia. Mentira deslavada.”</p> | | |
| 12 - Ênfase: Da origem no campo: “A mistura entre desmatadores e pioneiros representou a pior desgraça gerada nessa infeliz polêmica sobre a legislação ambiental do campo. Uns, condenáveis, outros, elogiáveis, ambos se | | |

misturaram no discurso exagerado, enganoso mesmo, brandido pelos radicais do ambientalismo. Em nome de nobre causa - a defesa ecológica -, cometeram uma tremenda injustiça com os nossos antepassados, equiparando-os aos criminosos da floresta. Cuspiram em suas origens.”

“Mais que utopia, o desmatamento zero torna-se uma possibilidade real.”

“Doravante valeria a pena ouvir a voz da sensatez. Recuperar a biodiversidade não se sobrepõe à proteção humana”

13 - Exclusão: Não tratou como são essas tecnologias e os impactos para sociedade e meio ambiente. ao relembrar da história, não apresentou todo contexto dos “pioneiros” que ajudaram a “erigir” as cidades, em quais atitudes e consequências para o meio e para a população, como a indígena.

14 – Comentário: defende o ruralista e o código

| ANÁLISE DE CONTEÚDO – GÊNEROS OPINATIVOS: CÓDIGO FLORESTAL | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Formulário de codificação | | |
| Codificador: Kátia Harumy de Siqueira Kishi | | |
| Mídia: O Estado de S. Paulo – (Impresso – mídia hegemônica) | Unidade da Amostragem n°.:8 Unidade de Registro n°: 9 | Edição: 30/05/2012 Ano 133; n°43324 |
| Título da Matéria: Os vetos e a MP da presidente | | |
| Pág.: A3 – Cerca de 1/3 | | |
| Palavras-chaves: Código Florestal, veto, Dilma, MP, APPs, | | |
| Área total da matéria: 405 cm ² | | |
| % da matéria: | Área do texto: 100% | Área da imagem: 0% |
| 1 - Presença de ilustrações/explicações: | | |
| (X) Não () Sim – () Fotografia () Box () Gráficos () Desenho () Infográfico | | |
| 2 - Gênero predominante: | | |
| (X) Editorial () Comentário () Artigo () Resenha () Coluna () Crônica () Caricatura () Carta. | | |
| 3- Formato | | |
| Seção: Opinião () Encarte () Suplemento () Outros | | |
| 4 – Procedência da informação: | | |
| () Repórter () Correspondente () Agências () Colunistas () Colaborador () Leitor (X) Outro | | |
| 5 – Referências: () Não (X) Sim | | |
| (X) Personalidades – (X) Presidente () Senador (X) Deputado (X) Entidades – () Empresas (X) Ruralistas (X) ONG's () Partidos Políticos () Mídia () Profissionais – () Especializados () Não especializados () Outros | | |
| 6 – Assuntos: | | |
| () Política () Economia () Sociedade () Relações exteriores () Educação () Outros | | |
| 7 – Temas: | | |
| ANÁLISE DE IMAGEM | | |
| 8 – (X) Não há ilustrações () Há ilustrações | | 9 – Forma: () Colorida () PB () Outros |
| 10 – Técnico: () Documento () Artística () Arquivo/ilustração () gráfica () Outros | | |
| MENSAGEM | | |
| 11- Seleção: A presidente errou com ruralistas e ambientalistas: “ao mesmo tempo, desagradar ruralistas e ambientalistas”. | | |
| Não se trabalha a temática ambiental com importância: “alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com sua base parlamentar” | | |
| Código: “[ONGs] que, de maneira irrealista, propunham o veto total ao Código Florestal aprovado pela Câmara. Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado [...]” | | |
| 12 - Ênfase: na necessidade de mudanças no Código Florestal: “O movimento pelo veto total mostrou o grau de irracionalidade a que - por iniciativa de ativistas da área ambiental e por erro político de outros interessados no tema – chegou o debate desse tema essencial para se estabelecer limites às atividades de um segmento indispensável para garantir a alimentação dos brasileiros [...]”. | | |
| “Mas, como apontam som sensatez, muitos dirigentes rurais, o reflorestamento na forma exigida pelos ambientalistas, e parcialmente adotada pelo governo em sua proposta, imporá altos custos aos produtores, sobretudo os de maior porte”. | | |
| 13 - Exclusão: Não se tratou de como esse avanço pode trazer problemas ambientais e nem porque é essencial aumentar as faixas de produção dos ruralistas, se existe um meio de unir sustentabilidade e progresso, como proposto: “Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes. Indiscutivelmente, há que haver regras para assegurar esse equilíbrio.”. | | |
| 14 – Comentário: na A2, tem o artigo: “A hora e a vez da moderna agricultura tropical” de Marcos Sawaya Janksw | | |

ANEXO

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Redes sociais ecoam o 'Veta, Dilma'

423

Camila Pitanga quebra o protocolo em cerimônia oficial e pede para a presidente vetar o Código Florestal

● "Tirei o chapéu pra Camila Pitanga. Ela quebrou o protocolo falando o que muitos querem falar. Veta tudo, Dilma!"

KARINE REIS

● "Veta, Dilma! Passaremos todos a nos alimentar com o sitiozinho orgânico do Marcos Palmeira."

ALEXANDRO SOUZA

● "As mudanças anistiam desmatadores. Acabar com as matas e os rios, afetando os ciclos das chuvas, é favorável à lavoura?"

LUCY SABOIA

O ESTADO DE S. PAULO

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@grupoestado.com.br

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:

3856-5400 - falecom.estado@grupoestado.com.br

Central de atendimento ao assinante

Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323

Demais localidades: 0800-014-77-20

www.assinante.estado.com.br/faleconosco

Classificados por telefone:

3855-2001

Vendas de assinaturas:

Capital: 3950-9000

Demais localidades: 0800-014-9000

Vendas Corporativas:

3856-2917

Central de atendimentos

às agências de publicidade:

3856-2531 - cia@estado.com.br

Preços venda avulsa: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC e DF:** R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT e MS:** R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo).

BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)

Preços assinaturas: De segunda a domingo - SP e Grande São Paulo - R\$ 74,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Cactano Álvares, 55 - CEP
02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 24
CEP 01060-970-SP. Tel. 3856-2122 (PAB)
Fax Nº (011) 3856-2940

Touro ambiental

*
NICO
GRAZIANO

A turma da agropecuária está preparando seu posicionamento para apresentar à Rio+20. Ao que tudo indica, mostrará que concorda em carregar a agenda ambiental no campo, assumindo o protagonismo da agricultura sustentável. Chega de levar paulada dos ambientalistas.

Quem coordena as discussões, visando à elaboração do documento oficial, é a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Quatro reuniões já foram realizadas, duas delas em Brasília, uma terceira em Uberaba, com apoio da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), e a quarta em São Paulo, na sede da Sociedade Rural Brasileira. A iniciativa despertou o interesse de lideranças jovens, que se misturaram aos tradicionais representantes do setor para discutir os novos desafios da produção rural. Inusitado.

O texto preliminar da CNA começa afirmando que "a produção de alimentos é interdependente da conservação dos recursos naturais". Bom começo de conversa. Mais que qualquer pessoa, o agricultor vive próximo da natureza e sabe o quanto dela depende para continuar existindo. A seca já lhe ensinou que a água responde pela vida. E a erosão do solo nunca lhe deixou dúvidas de que conservar a terra protege um patrimônio de

a Revolução Industrial. Muda o enfoque, tanto no campo quanto na cidade.

Essa crença na ciência se ampara na história da agropecuária brasileira. A melhor lição, recente, encontra-se na técnica do plantio direto. Foi somente quando se desenvolveu tal sistema de cultivo que o fantasma da erosão deixou de apavorar o campo. Copiados da Europa, os sistemas tradicionais de plantio - que exigem aração e gradeação do terreno antes da semeadura - jamais teriam conseguido a proeza de tornar o Cerrado um território marcante no celeiro mundial. Os solos mais arenosos do Centro-Oeste, sujeitos a chuvas torrenciais, ter-se-iam destruído caso se mantivessem as práticas iniciais de sua ocupação.

Exemplos não faltam. Nos ganhos de produtividade que redu-

Chega dessa discussão polarizada, e imbecil, que separa a agricultura do meio ambiente

zem a pressão sobre novos desmatamentos, na energia renovável do etanol e do biodiesel, na integração da lavoura com a pecuária, na reciclagem de embalagens de agrotóxicos se percebem facilmente as vantagens tecnológicas rumo à sustentabilidade. Nos últimos 30 anos, com o sistema Embrapa "tropicalizando" a tecnologia, a produção de grãos saltou 238%, expandindo a área cultivada em apenas 36%. Show de competência.

Sim, problemas ainda persis-

do problema central. Uns, sonhadores, sublimam o trabalho familiar, confundem produção orgânica com má agricultura. Outros, reacionários, se prendem ao passado sem perceber que aprisionam o futuro.

Resolvida, quando estiver, a pendenga sobre o Código Florestal, baixada a poeira, chegará o momento de as mentes abertas se entreolharem com mais respeito e consideração. Chega dessa discussão polarizada, e imbecil, que separa - ao invés de juntar - a agricultura do meio ambiente. Uma não vive sem o outro.

A Rio+20 poderia deliberar que a FAO, seu órgão para a agricultura e alimentação, organizasse melhor esse debate sobre a questão ecológica no campo. Uma aposta na conciliação, não na divergência. Os agricultores brasileiros querem sentar-se com os ambientalistas à mesma mesa. Dialogar com racionalidade, à frente de um interlocutor confiável.

Será que os ecologistas topam, contribuindo para a transformação virtuosa que ensaia o campo, em vez de apenas atirarem pedras na vidraça antiga do ruralismo? Quem, acreditando na mudança, trocará os cômodos holofotes da mídia urbanoide para amassar barro na roça? Qual deles prefere a difícil busca das soluções, verdadeiras, em lugar do discurso fácil, e falso, do holocausto ambiental?

Com a palavra os ambientalistas sensatos.

*
AGRÔNOMO, FOI SECRETÁRIO
DE AGRICULTURA

ponde pela vida. E a erosão do solo nunca lhe deixou dúvidas de que conservar a terra protege um patrimônio da Nação.

Firma-se, nos grupos de trabalho, a ideia de que reside na inovação tecnológica, com sua posterior difusão, a chave no processo de transformação rumo à sustentabilidade. As tecnologias vinculam-se à sua época. Antigamente, nem da agronomia se necessitava para abrir florestas e drenar pântanos, expandindo a produção rural pelo trabalho rudimentar, garantindo assim o surgimento das cidades.

Hoje em dia, os dilemas da civilização exigem soluções mais sofisticadas e, certamente, mais complexas, capazes de enfrentar um duplo desafio: o da segurança alimentar e o da crise ambiental. A humanidade já crava uma pegada ecológica acima do suporte natural do planeta, como se emitisse notas promissórias contra o futuro. Ou se regrediu à época medieval, reduzindo a população e o consumo, algo impensável, ou se aposta no conhecimento para avançar.

O mundo sustentável se alicerçará sobre bases tecnológicas mais evoluídas, porém, certamente, criadas sob paradigma distinto do inerente ao crescimento predatório forjado desde

cultivada em apenas 36%. Show de competência.

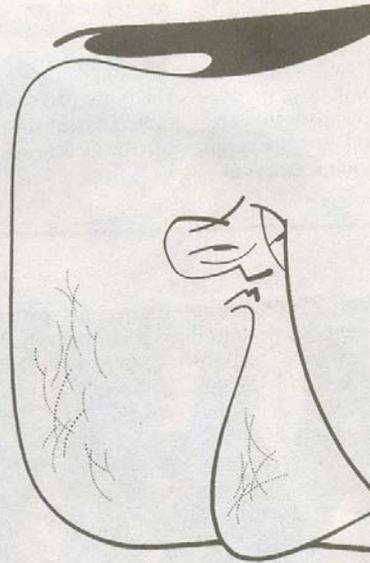
Sim, problemas ainda persistem, reflexos da maneira tradicional, e predatória, de produzir no campo. Mas a tendência contemporânea está delineada. O polarizado debate sobre o Código Florestal não deixou dúvidas: ou os agricultores adotam a receita moderna na produção, ou a sociedade os fará, na marra, engolir. Será inescapável pegar o touro ambiental à unha.

A participação do Estado será cobrada no documento que a CNA vai apresentar à Rio+20. Cabe ao poder público incentivar a agricultura sustentável, com maiores investimentos na pesquisa, garantindo boa rentabilidade da produção rural. Utopias animam as consciências. Mas a ecologia não pode esvaziar o bolso do agricultor. Dura realidade.

Ruralistas tacanhos resistem aos novos tempos. Sua posição faz contraponto aos ambientalistas bobocas, que apostam na regressão tecnológica. Ambos os radicais, ruralistas ou ambientalistas, fogem

AGRÔNOMO, FOI SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL: XICOGRAZIANO@TERRA.COM.BR

SINAIS PARTICULARES



Carlinhos Cachoeira

ULD

2439
BX)**Fundado em 1875**

Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
 Nestor Rangel Pestana (1927-1928)
 Plínio Barreto (1927-1958)

Veto à degradação ambiental

✽
**MÁRCIO FERNANDO
 ELIAS ROSA**

Decorre da Constituição de 1988 a certeza de que a ordem econômica é fundada, de um lado, na livre-iniciativa — típica do modelo capitalista de produção —, mas, de outro, em princípios e valores claramente socializados, como a valorização do trabalho humano, a função social da propriedade, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e a defesa do meio ambiente, tudo para assegurar a todos existência digna. É o que decorre claro do artigo 170 da Constituição republicana de 1988.

Em meio a isso se debate o Código Florestal agora aprovado pela Câmara dos Deputados, do qual resultará a previsível degradação ambiental em larga escala e a óbvia superação da tutela ambiental pela prevalência inconstitucional dos princípios da livre-iniciativa, dando prioridade ao chamado agronegócio. Todo o processo legislativo foi permeado pelo enfrentamento desses interesses, não necessariamente antagônicos, e prevaleceram tristemente os interesses econômicos.

Sob o argumento da necessidade de ampliação da fronteira agrícola e de obtenção de segurança jurídica, dizem ser primordial a alteração da atual legislação ambiental, com vista à flexibilização e à imposição de retrocessos e anistias. A ciência, tentando ser ouvida e lutando para

contribuir na discussão, apontou as perdas, os retrocessos e as consequências danosas das propostas: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências se manifestaram, em diversas ocasiões, no sentido de que as alterações aprovadas se deram sem nenhum fundamento científico e atentam contra a qualidade ambiental, sendo prejudiciais a todos os brasileiros. Nessa linha, também se tem posicionado o Ministério Público.

O Brasil assistiu, em 25 de abril, à comemoração da bancada ruralista, em todos os meios de comunicação, pois as alterações aprovadas mais convergem para o econômico do que para o social. Desde o início do processo legislativo, ainda no Senado, denuncia-se o retrocesso ambiental causado pelas alterações pretendidas,

O texto aprovado do Código Florestal afronta o sistema constitucional do País

dentre elas: 1) dispensa de reserva legal para os imóveis de até quatro módulos fiscais; 2) sobreposição das áreas de preservação permanente com as áreas de reserva legal; 3) diminuição das áreas de preservação permanente em decorrência da mudança de conceitos importantes e já consolidados (como, por exemplo, a medição das faixas marginais de cursos d'água a partir da calha regular, e não do nível mais alto, impondo prejuízos imensuráveis às várzeas; diminuição ou quase extinção nos topos de morros, montanhas e serras; proteção das nascentes apenas perenes; redução das áreas de proteção permanente dos reservatórios

de Diversidade Biológica, confirmando que o mundo não atingiu a meta que se propôs de alcançar uma redução significativa da taxa de perda da biodiversidade; quando a ONU calcula que a perda anual de florestas custa entre US\$ 2 trilhões e US\$ 5 trilhões, número muito maior que os prejuízos causados pela recente crise econômica mundial. E quando estamos às vésperas da Rio+20 e deveríamos estimular a preservação, não o retrocesso ambiental.

Ao contrário da tão almejada segurança jurídica, o projeto final aprovado põe em risco a sociedade brasileira, que tem garantido constitucionalmente o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O texto aprovado passa ao largo do equilíbrio constitucionalmente exigido e, como consequência, da sua implantação só decorrerá degradação ambiental ainda mais expressiva.

O veto parcial dos pontos modificados pela Câmara não trará de volta esse equilíbrio. Trará é mais insegurança jurídica. Para a correção absoluta do intento predatório será necessário o veto total e que a nova discussão tenha início a partir da perspectiva de que meio ambiente e exploração agrícola não são antagônicos, mas interdependentes.

O texto aprovado afronta o sistema constitucional ao contrariar diretamente o disposto no artigo 225 e seguintes, da Constituição. O Estado brasileiro não assegurará o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se ausente o real intento de preservá-lo e defendê-lo. A proposta, ao contrário, estabelece instrumentos de perpetuação de danos e degrada-

cessos e anistias. A ciência, tentando ser ouvida e lutando para

tanhas e serras; proteção das nascentes apenas perenes; redução das áreas de proteção permanente dos reservatórios artificiais; o tratamento excludente de apicuns e salgados em benefício da carcinicultura); 4) e anistia aos desmatamentos e às ilegais intervenções ocorridas até 22 de julho de 2008 – apenas para citar alguns pontos. O projeto aprovado pela Câmara conseguiu ir além: removeu a proteção das áreas de preservação permanente de veredas; desfigurou a proteção das áreas urbanas, já tão fragilizadas; flexibilizou, ainda mais, a reparação das áreas de preservação permanente. E retrocedeu em pontos tidos como importantes, como o Cadastro Rural.

Tudo isso quando o contexto mundial é de recrutamento contra o desmatamento, com foco nas mudanças climáticas; quando a terceira edição do Panorama da Biodiversidade Global (GBO-3), produzido pela Convenção so-

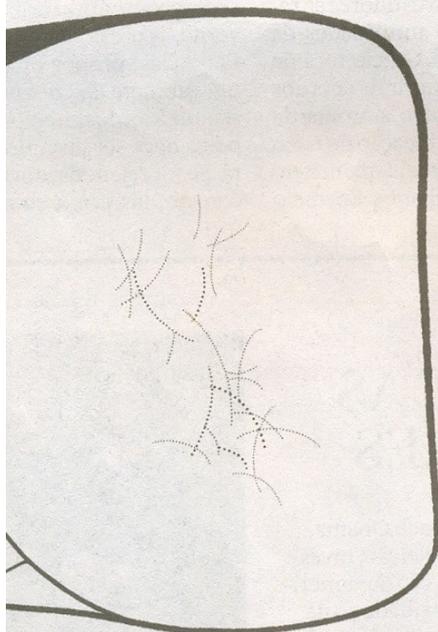
fende-lo. A proposta, ao contrário, estabelece instrumentos de perpetuação de danos e degradação, apresentando-se claramente inconstitucional.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser a base da agricultura sustentável e de toda atividade produtiva. Qualquer alteração que se pretenda fazer deve ter como foco a sociedade como um todo, e não setores específicos dela. Nenhuma se sobrepõe aos direitos fundamentais. Até porque, como se sabe, a tutela ambiental tem natureza de direito fundamental e constitui o epicentro do direito à vida. A Constituição democrática pressupõe que o Poder Executivo promova o controle preventivo de constitucionalidade dos projetos de lei, vetando-os. Não se trata de ação política, mas de exigência jurídica para a preservação do próprio sistema constitucional. A degradação não será apenas ambiental, será também jurídica se o veto deixar de ser promovido.

*

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEO MARTINS



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
 Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
 Plínio Barreto (1927-1958)

Universos paralelos do agro

ANDRÉ MELONI
 NASSAR

No seriado *Fringe*, o universo primário, mundo em que vivemos, tem um universo paralelo. O mundo alternativo é muito similar ao primário, exceto por diferentes escolhas feitas pelas pessoas que o habitam. Outra diferença é que efeitos extremos são muito mais severos no universo alternativo que no primário.

O Outlook Brasil 2022 é o universo primário do agro, enquanto a campanha *Veta, Dilma* é seu universo paralelo. No primário, o Brasil tem orgulho do agro. No paralelo, tem vergonha. A reforma do Código Florestal, no universo primário, seria vista como necessária. No mundo alternativo, as pessoas clamam pelo veto da presidente.

No *Fringe*, um dos personagens quebra as barreiras que separavam os dois universos. É passada a hora de quebrar as barreiras que separam o universo primário do seu paralelo. Eles não são, na verdade, mundos paralelos.

O Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), em conjunto com a Fiesp e especialistas em fertilizantes, logística e metodologias de avaliação de impactos econômicos e sociais, elaborou um grande estudo avaliando o desempenho e projetando a ex-

pansão do agro brasileiro de hoje até 2022. O estudo confirma o que já sabemos hoje: o agro é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.

O PIB dos setores avaliados (representando cerca de 11% do PIB nacional e 50% do PIB do agronegócio) deverá crescer ao redor de 3% ao ano em termos reais, taxa elevada para os padrões históricos de crescimento da economia brasileira. Tais setores empregam cerca de 17 milhões de pessoas e deverão gerar mais 6 milhões de ocupações, ou seja, 34% dos empregos que serão gerados em toda a economia de 2010 a 2022. O estudo confirma também o grande poder de irradiação da produção do agro no resto da economia. Quase metade da geração de empregos ocorrerá fora das cadeias do agro, sobretudo nos setores de serviços, que ve-

cumpriram a legislação ambiental brasileira e é um prêmio para os ruralistas. Na visão dos defensores do *Veta, Dilma*, ruralista é o agricultor pouco interessado em produção, mas muito hábil na arte de explorar a terra.

O universo paralelo conseguiu fazer algo que no mundo concreto, seja o primário, seja o alternativo, é impossível: separar a produção agrícola do seu substrato, isto é, da terra. Não existe terra sem produção agrícola (a menos que ela esteja com florestas e, por conseguinte, com baixa capacidade de produção e geração de renda) nem produção agrícola sem terra (em que pesem as alfaves hidropônicas que comemos de vez em quando).

Um Código Florestal que anistia desmatadores anistia também os produtores. Um código que beneficia o proprietário da terra beneficia também o que produz, porque, como nos negócios ou na vida privada, quanto mais valioso o ativo, mais se investe na sua manutenção e conservação.

No universo paralelo, o agro perdeu a batalha de opinião pública. Não soube explicar à sociedade que a reforma do Código Florestal é necessária para preservar o lado produtor do proprietário de terra. Várias tentativas foram feitas, mas com base em argumentos frágeis, por vezes xenofóbicos, e com muita disposição para falar, mas pouca de ouvir.

O mantra da moda é dizer que o equilíbrio entre produção e conservação é possível. No entanto, se a reforma do Código Florestal é colocada como condição para se atingir esse equilíbrio — que é o que acredito e defendo —, contra-

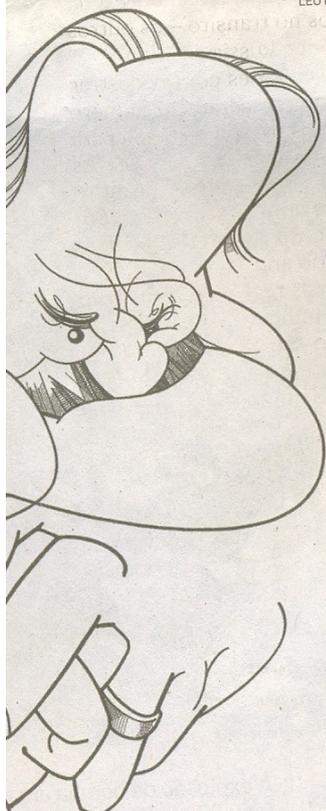
Romper o limite do novo Código Florestal por conservação e produção em pé de guerra

rão sua demanda crescer pelo crescimento econômico do agro.

Em todos os setores em que o Brasil é grande exportador (carnes, complexo soja e açúcar), o País vai ganhar participação no mercado internacional, comprovando que o agro nacional, mesmo competindo com elevados custos de transporte e crescentes custos de mão de obra, ainda é mais competitivo que seus concorrentes. O efeito de interiorização da expansão projetada do agro é também evidente. São as regiões Centro-Oeste e o Mato-

logias de avanço de imp-
econômicos e sociais, elaborara
um grande estudo avaliando o
desempenho e projetando a ex-

LEO MARTINS



xicano (11/11/1928 - 15/05/2012)

é mais competitivo que seus con-
correntes. O efeito de interioriza-
ção da expansão projetada do
agro é também evidente. São as
regiões Centro-Oeste e o Mapito-
ba (MA, PI, TO e BA) que mais
crescerão, fruto do desenvolvi-
mento das lavouras e da expan-
são da produção de carnes.

O efeito intensificação, ou efei-
to poupa-terra, como gostam de
chamar os técnicos da Embrapa,
salta aos olhos. O estudo estima
que a área de lavouras crescerá
9,9 milhões de hectares. No en-
tanto, como a produtividade de-
verá crescer 11,4% de 2010 a
2022, serão poupados 5 milhões
de ha. Ou seja, sem tal crescimen-
to de produtividade as lavouras
demandariam adicionalmente
14,9 milhões de ha. Dos 9,9 mi-
lhões de ha de demanda adicio-
nal por terra para lavouras, 5,4 mi-
lhões virão da conversão de áreas
de pastagens. A pecuária de corte
e de leite vai se intensificar ainda
mais e aumentará a produção em
menos área de pastagens (exata-
mente esses 5,4 milhões de redu-
ção). São números que reforçam
que o agro continuará cumprin-
do seu papel na busca por mais
sustentabilidade na produção.

Enquanto isso, no universo pa-
ralelo cristaliza-se a visão de que
a reforma do Código Florestal se
resume a anistia a desmatadores,
salvo-conduto para os que nunca

servação e possível. A
se a reforma do Código Florestal
é colocada como condição para
se atingir esse equilíbrio – que é o
que acredito e defendo –, contra-
ditoriamente, determinados gru-
pos a *definem como anistia*.

O equilíbrio entre a coexistên-
cia do mundo primário e do para-
lelo no seriado *Fringe* é dado pe-
lo respeito aos limites de cada
universo. Quebrado esse limite e
conectados os dois mundos, efei-
tos extremos passam a ocorrer.
O equilíbrio entre produção e
conservação está limitado à ma-
nutenção da produção existente
e à conservação da vegetação re-
manescente. Não é mais que isso
que o novo Código Florestal faz.

Romper esse limite, como que-
rem os *Veta, Dilma*, porá produ-
ção e conservação em pé de guer-
ra. Essa guerra não interessa a
ninguém, nem mesmo aos que,
por ignorância ou ideologia, cla-
mam pelo veto. A guerra que inte-
ressa é levar o Brasil à condição
de nação rica e com capacidade
de garantir desenvolvimento
sustentável para sua população.
Sem o crescimento do agro essa
guerra nunca será vencida.

*
DIRETOR-GERAL DO ICONE
(WWW.ICONEBRASIL.ORG.BR)
E COORDENADOR DA REDEAGRO
(WWW.REDEAGRO.ORG.BR)

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
 Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
 Plínio Barreto (1927-1958)

Universos paralelos do agro

ANDRÉ MELONI
 NASSAR

No seriado *Fringe*, o universo primário, mundo em que vivemos, tem um universo paralelo. O mundo alternativo é muito similar ao primário, exceto por diferentes escolhas feitas pelas pessoas que o habitam. Outra diferença é que efeitos extremos são muito mais severos no universo alternativo que no primário.

O Outlook Brasil 2022 é o universo primário do agro, enquanto a campanha *Veta, Dilma* é seu universo paralelo. No primário, o Brasil tem orgulho do agro. No paralelo, tem vergonha. A reforma do Código Florestal, no universo primário, seria vista como necessária. No mundo alternativo, as pessoas clamam pelo veto da presidente.

No *Fringe*, um dos personagens quebra as barreiras que separavam os dois universos. É passada a hora de quebrar as barreiras que separam o universo primário do seu paralelo. Eles não são, na verdade, mundos paralelos.

O Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), em conjunto com a Fiesp e especialistas em fertilizantes, logística e metodologias de avaliação de impactos econômicos e sociais, elaborou um grande estudo avaliando o desempenho e projetando a ex-

pansão do agro brasileiro de hoje até 2022. O estudo confirma o que já sabemos hoje: o agro é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.

O PIB dos setores avaliados (representando cerca de 11% do PIB nacional e 50% do PIB do agronegócio) deverá crescer ao redor de 3% ao ano em termos reais, taxa elevada para os padrões históricos de crescimento da economia brasileira. Tais setores empregam cerca de 17 milhões de pessoas e deverão gerar mais 6 milhões de ocupações, ou seja, 34% dos empregos que serão gerados em toda a economia de 2010 a 2022. O estudo confirma também o grande poder de irradiação da produção do agro no resto da economia. Quase metade da geração de empregos ocorrerá fora das cadeias do agro, sobretudo nos setores de serviços, que ve-

cumpriram a legislação ambiental brasileira e é um prêmio para os ruralistas. Na visão dos defensores do *Veta, Dilma*, ruralista é o agricultor pouco interessado em produção, mas muito hábil na arte de explorar a terra.

O universo paralelo conseguiu fazer algo que no mundo concreto, seja o primário, seja o alternativo, é impossível: separar a produção agrícola do seu substrato, isto é, da terra. Não existe terra sem produção agrícola (a menos que ela esteja com florestas e, por conseguinte, com baixa capacidade de produção e geração de renda) nem produção agrícola sem terra (em que pesem as alfaves hidropônicas que comemos de vez em quando).

Um Código Florestal que anistia desmatadores anistia também os produtores. Um código que beneficia o proprietário da terra beneficia também o que produz, porque, como nos negócios ou na vida privada, quanto mais valioso o ativo, mais se investe na sua manutenção e conservação.

No universo paralelo, o agro perdeu a batalha de opinião pública. Não soube explicar à sociedade que a reforma do Código Florestal é necessária para preservar o lado produtor do proprietário de terra. Várias tentativas foram feitas, mas com base em argumentos frágeis, por vezes xenofóbos, e com muita disposição para falar, mas pouca de ouvir.

O mantra da moda é dizer que o equilíbrio entre produção e conservação é possível. No entanto, se a reforma do Código Florestal é colocada como condição para se atingir esse equilíbrio — que é o que acredito e defendo —, contra-

Romper o limite do novo Código Florestal por conservação e produção em pé de guerra

rão sua demanda crescer pelo crescimento econômico do agro.

Em todos os setores em que o Brasil é grande exportador (carnes, complexo soja e açúcar), o País vai ganhar participação no mercado internacional, comprovando que o agro nacional, mesmo competindo com elevados custos de transporte e crescentes custos de mão de obra, ainda é mais competitivo que seus concorrentes. O efeito de interiorização da expansão projetada do agro é também evidente. São as regiões Centro-Oeste e o Mato-

do Ensino Superior, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Os recursos para o pagamento das dívidas por processos de licitação, mas os recursos não são suficientes. Os recursos externos são a grande fonte de recursos para o pagamento do empréstimo, que esgotou os recursos dos bancos. A diversidade de processos de licitação, tais como o processo de licitação do problema do ensino superior.

na maioria das universidades, há décadas de baixo desempenho. As universidades municipais e estaduais de ensino superior são as que apresentam o pior desempenho.

das universidades, portanto, não é uma solução. A eliminação da universidade pública só pode ser feita por meio

* PROFESSOR EMÉRITO DA USP
FOI MINISTRO DA EDUCAÇÃO

PIB, aqui, uma novidade de monta que merece ser ressaltada. Primeiro, a presidente Dilma não se opôs à criação da CPI, em-

com o dono da Delta, Fernando Cavendish. O blog do Garotinho aproveita-se da situação para tornar públicas fotos extremamente constrangedoras para Cabral.

No meio de tudo isso, aparecem novos dados sobre essa empresa de construção, cujos tentáculos se estendem por toda a administração pública nos níveis federal, estadual e municipal. Uma empresa que cresce vertiginosamente com contratos públicos, aproveitando-se de seus mais distintos contatos no Estado, produzindo uma espécie de milagre na produção de riqueza. De repente, tudo o que estava "escondido" surge publicamente, pondo a Nação diante de fatos cuja dimensão não era possível prever.

Independentemente dos interesses particulares em jogo, cada um visando a sua satisfação própria, muitos dos quais orientados por vícios privados, partidários, o resultado não deixa de ser alentador, pois a divulgação dos desmandos políticos e das obscuras relações de um contraventor com políticos e governantes, incluída uma grande empresa, exibe esse outro lado de um Brasil que reluta, politicamente, em se modernizar. O País é a sexta potência do mundo do ponto de vista de seu PIB, mas não pode ostentar, infelizmente, essa marca na moralização da vida pública. Acontece que esses vícios pri-

vação do texto do Senado, outros advogando por outra reformulação, na defesa dos pequenos agricultores, que não teriam condições de atender a todas as exigências de recomposição das áreas de proteção permanente (APPs). Os mal informados andam dizendo que foi uma reação do agronegócio, quando para este não faz a menor diferença a recomposição de APPs, pois suas áreas são grandes e não perderia com isso. O impacto é maior entre os agricultores familiares, os pequenos e médios produtores, para os quais alguns metros a mais ou a menos nas margens de rios fazem enorme diferença.

Os deputados foram sensíveis a essa escuta, com o presidente da Câmara se comprometendo a pôr o texto em votação, o que alguns mais radicais se recusavam a fazer. Terminou valendo o ponto de vista propriamente institucional de uma votação necessária, pois o País não pode mais continuar nessa insegurança. A Câmara dos Deputados soube, assim, se colocar como protagonista, contribuindo para melhorar a sua imagem perante a opinião pública. O Brasil está ganhando com isso.

* PROFESSOR DE FILOSOFIA
NA UFRGS. E-MAIL:
DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

SINAIS PARTICULARES



Didier Drogba

Fórum dos Leitores

CÓDIGO FLORESTAL Veto parcial

Era o que os brasileiros já esperavam da presidenta Dilma Rousseff: que vetasse parte do Código Florestal. Na batalha entre ruralistas e ambientalistas, o grande vencedor foi o Brasil. Precisamos urgentemente de mais mulheres do quilate da nossa presidenta.

ARNALDO LUIZ DE OLIVEIRA FILHO
arlulof@hotmail.com
Itapeva

Canetada arbitrária

Com os vetos ao novo Código Florestal, a presidenta Dilma desafia o Congresso Nacional e denigre o exímio trabalho iniciado pelo deputado Aldo Rebelo, seu atual ministro, e finalizado pelo deputado Paulo Piau. Vamos ver se os mesmos congressistas que levaram a plenário um texto aten-

dendo aos anseios de suas bases terão coragem suficiente para derrubar esses vetos absurdos. Admira-me muito o fato de o Estado que acolheu a então perseguida política Dilma Rousseff, o Rio Grande do Sul, ser uma das maiores vítimas da sua canetada arbitrária. Nos moldes em que ficou o código depois dos vetos, Santa Catarina, o sul de Minas, a Serra Gaúcha e o Vale do São Francisco já estão condenados à "morte agrícola", o novo programa do governo federal.

DAVID BATISTA DO NASCIMENTO
davidbatistadonascimento@hotmail.com
Itapetininga

CONTAS-SUJAS Projeto 'vira-lata'

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou o impedimento do registro de candidatura, para as eleições deste ano, dos políticos que tiveram as contas eleito-

rais do pleito passado desaprovadas. Rapidamente a Câmara dos Deputados deu o troco e aprovou projeto - já encaminhado ao Senado - que libera a candidatura dos chamados contas-sujas. Em suma, os legisladores não admitem a interferência do Judiciário em hipótese alguma, mas deverão enfrentar o TSE, pois o projeto "vira-lata" surgiu menos de 12 meses antes da disputa eleitoral no fim do ano. Que luta, hein?

EDGARD GOBBI
edgardgobbi@gmail.com
Campinas

O critério do interesse

O projeto que autoriza candidaturas contas-sujas foi votado e aprovado pela Câmara em apenas nove dias (25/5, A3). Diligência semelhante tiveram somente as votações dos próprios salários. Mas o Projeto de Lei n.º 7.699, de 2006, que cria o Estatuto das Pessoas

com Deficiência, está há mais de cinco anos rastejando no Congresso sem definição alguma! Esse conceito de prioridade e respeito aos interesses do povo que a classe política brasileira.

JOSÉ CARLOS SALIBA
fogueira2@gmail.com
São Paulo

LÍDER MUNDIAL Candidato

Lula diz que faltam líderes no mundo. Considerando sua megalomania, não é difícil candidatar-se ao cargo. Barack Obama e Angela Merkel que se cuidem.

JOÃO MENON
joaomenon42@gmail.com
São Paulo

ESTADÃO ACERVO Censura

Não imaginei que as páginas m-

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP
02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP - Tel. 3856-2122 (PABX)
Fax Nº (011) 3856-2940

'Código Florestal, o Retorno'

XICOGRAZIANO

Entre tantas dúvidas sobre o Código Florestal, uma certeza o agricultor José Batistela carrega: ele não precisa, nem quer, ser anistiado. Ninguém jamais o convencerá de que incorreu em crime ambiental ao abrir as fronteiras agrícolas do Brasil. Julga tal suposição uma afronta ao seu caráter.

Descendente de italianos, cheio de bisnetos, seu José anda meio depressivo pelo que escutou no rádio e na televisão. Sente-se desprestigiado na sociedade urbanizada que ajudou a erigir e agora lhe vira as costas, não lhe reconhecendo nas mãos os calos ganhos no árduo trabalho da roça. Esquecem-se os cidadãos de sua saga familiar, há mais de século iniciada com a abertura das terras roxas na região de Araras, destinadas a plantar os cafezais que forjaram a pujança paulista. O machado, sim, e a maleita, também, fazem parte de sua história. Renegada no presente.

A mistura entre desmatadores e pioneiros representou a pior desgraça gerada nessa infeliz polêmica sobre a legislação ambiental do campo. Uns, condenáveis, outros, elogiáveis, ambos se misturaram no discurso exagerado, enganoso mesmo, brandido pelos radicais do ambientalismo. Em nome de nobre causa - a defesa ecológica -, cometeram uma tremenda injustiça com os nossos antepassados, equiparando-os aos criminosos da floresta. Cuspiram em suas origens.

além-mar.

O tempo passou. Somente quando a agronomia realizou uma de suas maiores façanhas tecnológicas - a conquista do Cerrado no Centro-Oeste - a última fronteira se efetivou. Há 40 anos se iniciava a interiorização do desenvolvimento nacional, processo que ainda receberá da historiografia o devido reconhecimento na consolidação do País. Confundir essa ocupação histórica do território com o dano ecológico causado pelos devastadores do presente significa tola, ou mal-intencionada, visão.

Nossos avós, definitivamente, não são criminosos ambientais, tampouco criaram "passivos" a serem recuperados. Ao contrário, eles geraram ativos produtivos para a civilização. Como se teriam erguido, e abas-

Chegou a hora de passar a limpo essa encrenca entre ruralistas e ambientalistas

tecido, as cidades sem a lavra do solo virgem? Impossível. Derrubar árvores, drenar várzeas, combater peçonha foram exigências do progresso material da sociedade, aqui como alhures, turbinado pela explosão populacional.

Haverá, com certeza, um limite para a exploração planetária. O que permite tal hipótese é o avanço tecnológico. Quanto mais as modernas técnicas garantem, no campo, maior produtividade por área explorada, mais se facilita a preservação de espaços naturais. Boa comprovação disso se encontra na pecuária brasileira. O volume de carne

áreas produtivas da agropecuária nacional sem facilitar a vida para os bandidos da floresta. Infelizmente, no debate polarizado sobre o novo Código Florestal, tudo virou um só dilema: anistiar, ou não, os desmatadores, colocando todos no mesmo saco. Desserviço à inteligência.

Chegou a hora de passar a limpo essa encrenca entre ruralistas e ambientalistas. Má interpretação, exageros, preconceitos confundiram a opinião pública, até no exterior. Na Europa, especialmente, ecoterroristas venderam a ideia de que o Código Florestal acabaria com a Amazônia. Mentira deslavada. Abaixada a bola com a (correta) promulgação da Lei 12.651/2012, com vetos, seguida da imediata publicação da Medida Provisória 571, há que retomar a capacidade de interlocução.

Doravante valerá a pena ouvir a voz da sensatez. Recuperar a biodiversidade não se sobrepõe à proteção humana. Não faz nenhum sentido regredir, salvo o imprescindível nas matas ciliares, o território produtivo do País. Muito menos facilitar os desmatamentos.

Código Florestal, o Retorno. Assim se poderia chamar o filme. Só que, nesse novo enredo, José Batistela ocupará um papel honrado.

*
AGRÔNOMO, FOI SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL: XICOGRAZIANO@TERRA.COM.BR

SINAIS PARTICULARES

ça com os ossos antepassados, equiparando-os aos criminosos da floresta. Cuspiram em suas origens.

Semelhantes a qualquer outro povo espalhado no planeta, os pioneiros da Nação brasileira, certamente, suprimiram muitas florestas virgens. Começaram pela Zona da Mata nordestina, onde o latifúndio açucareiro se instalou ocupando a faixa úmida e ondulada que acompanha a costa atlântica. Depois, durante a corrida para a mineração, chegou a vez de o montanhoso solo mineiro ser desbravado. O mesmo ciclo de progresso estimulou a exploração pecuária nos pampas gaúchos. Pedacos da vida selvagem cediam espaço para a civilização humana crescer.

Mais tarde, a frente de expansão adentrou a Mata Atlântica do Sudeste, buscando a excelente fertilidade das terras roxas. São Paulo, por intermédio dos bandeirantes e, depois, dos imigrantes, assumia a dianteira econômica, e política, do País antes mesmo do fim da escravatura. Nessa época, o navio trazendo o pai de José Batistela aportava no Porto de Santos. O que o movia era o sonho da prosperidade no

mais se facilita a preservação de espaços naturais. Boa comprovação disso se encontra na pecuária brasileira. O volume de carne produzido hoje no Brasil exigiria, se mantido o nível de tecnologia de 30 anos atrás, um assustador acréscimo de 535 milhões de hectares nas pastagens. Economizou-se uma Amazônia.

No patamar de conhecimento atual, estima-se que as áreas já exploradas do território nacional seriam suficientes para atender à demanda de mercado por alimentos e matérias-primas. Ou seja, após séculos de expansão sobre os biomas naturais, vislumbra-se um ponto de equilíbrio entre derrubar e produzir. Mais que utopia, o desmatamento zero torna-se uma possibilidade real.

Seu José Batistela, agricultor da velha guarda, tem dificuldade para entender esse assunto da "pegada ecológica" da humanidade. Mas concorda com a punição dos picaretas que, na Amazônia ou onde mais, zunem a motosserra afrontando conscientemente a lei florestal. Sabe que os tempos mudaram.

Aqui está o xis da questão: como consolidar, e regularizar, as

Conselho de Administração
Presidente
Plínio Villares Musetti

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ray Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Garófalo
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor do Núcleo Publicações: Ian King
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Silvio Genesini
Diretor de Mercado Anunciante: Fábio Costa
Diretor Financeiro: Jorge Camerlides
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadio.com.br

A versão na Internet
O Estado de S. P.

Notas & Informações

Os vetos e a MP da presidente



Ao vetar parcialmente o texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso e propor novas regras por meio de medida provisória (MP), a presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com sua base parlamentar.

Se alguma vantagem auferiu com sua decisão foi a de, com o envio da Medida Provisória 571 ao Congresso, adiar para depois da Rio+20 – a conferência mundial sobre sustentabilidade que se realizará em junho no

Rio de Janeiro – uma decisão com grande potencial para desagradar ainda mais aos ambientalistas, especialmente os militantes de organizações não governamentais estrangeiras, que comparecerão em grande número ao evento. Haveria o risco de ser ofuscada a participação da presidente na conferência, que deverá contar com a presença de mais de uma centena de chefes de Estado e de governo.

A presidente resistiu à pressão de ambientalistas e alguns ex-dirigentes de órgãos da área ambiental que, de maneira irrealista, propunham o veto total ao Código Florestal aprovado pela Câmara. Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado, que tinha resultado de negociações entre o Palácio do Planalto e os senadores. O texto resultante permitia a interpretação – algo forçada, é claro – de que os desmatadores seriam anistiados.

Para não desagradar inteiramente aos ambientalistas, o governo reiterou – tanto na entrevista coletiva de quatro ministros na sexta-feira passada como nas justificativas dos vetos ao texto originário do Congresso – que não aceita a "amnistia ampla" de desmatadores.

O ponto mais polêmico do texto se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs). O texto aprovado pela Câmara autorizava "a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008". Para os imóveis rurais em áreas consolidadas de APPs ao longo de rios com largura de até 10 metros, o texto assegurava a manutenção das atividades rurais existentes, com a obrigatoriedade de recomposição de uma faixa de 15 metros, independentemente do tamanho da área.

Todo o artigo que tratava do assun-

to foi vetado e substituído por regras instituídas pela MP 171. Para atender a parte dos movimentos sociais do campo, influentes no PT, o governo restabeleceu regras variáveis, menos rígidas para propriedades menores.

O movimento pelo veto total mostrou o grau de irracionalidade a que – por iniciativa de ativistas da área ambiental e por erro político de outros interessados no tema – chegou o debate desse tema essencial para se estabelecer limites às atividades de um segmento indispensável para garantir a alimentação dos brasileiros, a produção de componentes de bens essenciais à vida moderna e a obtenção de saldos crescentes no comércio exterior. Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes.

Indiscutivelmente, há que haver regras para assegurar esse equilíbrio.

Foi o que a Câmara procurou fazer ao rever o texto anteriormente aprovado pelo Senado.

Mas, como apontam com seus muitos dirigentes rurais, o refformento na forma exigida pelos ambientalistas, e parcialmente ad pelo governo em sua nova prop impoará altos custos aos produt sobretudo os de maior porte. O adicional à atividade do agromef afetará sua eficiência, que tem essencial para assegurar sua crete produtividade e seus result econômicos, com os quais tem guardado os bons números da bal comercial nos últimos anos.

Embora possa resultar em de tes para o governo, o fato de o gresso dispor de um prazo razo para discutir a nova MP, pod adiar sua decisão para depois d cerrada a Rio+20 (a conferênci minará no dia 22 de junho), pod mais racionalidade ao debate.

Conselho de Administração

Presidente
Plínio Villares Masetti

Membros

Fernaldo Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Julio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião

Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antônio Carlos Pereira

Informação

Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor do Núcleo Publicações: Ilan Kow
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi

Administração e Negócios

Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Mercado Anunciante: Fábio Costa
Diretor Financeiro: Jorge Casimiro
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Stampalo

estação.com.br

A versão na Internet
O Estado de S. P.

Notas & Informações

Os vetos e a MP da presidente



Ao vetar parcialmente o texto do Código Florestal aprovado pelo Congresso e propor novas regras por meio de medida provisória (MP), a presidente Dilma Rousseff conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar a ruralistas e ambientalistas, perder a oportunidade de criar um novo quadro institucional que equilibre produção agrícola e preservação ambiental, alimentar a insegurança num setor essencial para a economia do País e reabrir o debate político de um tema que lhe tem criado dificuldades no relacionamento com sua base parlamentar.

Se alguma vantagem auferiu com sua decisão foi a de, com o envio da Medida Provisória 571 ao Congresso, adiar para depois da Rio + 20 – a conferência mundial sobre sustentabilidade que se realizará em junho no

Rio de Janeiro – uma decisão com grande potencial para desagradar ainda mais aos ambientalistas, especialmente os militantes de organizações não governamentais estrangeiras, que comparecerão em grande número ao evento. Haveria o risco de ser ofuscada a participação da presidente na conferência, que deverá contar com a presença de mais de uma centena de chefes de Estado e de governo.

A presidente resistiu à pressão de ambientalistas e alguns ex-dirigentes de órgãos da área ambiental que, de maneira irrealista, propunham o veto total ao Código Florestal aprovado pela Câmara. Os deputados, imprudentemente, mudaram a versão aprovada pelo Senado, que tinha resultado de negociações entre o Palácio do Planalto e os senadores. O texto resultante permitia a interpretação – algo forçada, é claro – de que os desmatadores seriam anistiados.

Para não desagradar inteiramente aos ambientalistas, o governo reiterou – tanto na entrevista coletiva de quatro ministros na sexta-feira passada como nas justificativas dos vetos ao texto originário do Congresso – que não aceita a “anistia ampla” de desmatadores.

O ponto mais polêmico do texto se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs). O texto aprovado pela Câmara autorizava “a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008”. Para os imóveis rurais em áreas consolidadas de APPs ao longo de rios com largura de até 10 metros, o texto assegurava a manutenção das atividades rurais existentes, com a obrigatoriedade de recomposição de uma faixa de 15 metros, independentemente do tamanho da área.

Todo o artigo que tratava do assun-

to foi vetado e substituído por regras instituídas pela MP 171. Para atender a parte dos movimentos sociais do campo, influentes no PT, o governo restabeleceu regras variáveis, menos rígidas para propriedades menores.

O movimento pelo veto total mostrou o grau de irracionalidade a que – por iniciativa de ativistas da área ambiental e por erro político de outros interessados no tema – chegou o debate desse tema essencial para se estabelecer limites às atividades de um segmento indispensável para garantir a alimentação dos brasileiros, a produção de componentes de bens essenciais à vida moderna e a obtenção de saldos crescentes no comércio exterior. Ao contrário do que afirmam muitos ambientalistas, produção agropecuária e equilíbrio ambiental não são conflitantes.

Indiscutivelmente, há que haver regras para assegurar esse equilíbrio.

Foi o que a Câmara procurou fazer ao rever o texto anteriormente enviado pelo Senado.

Mas, como apontam com seus muitos dirigentes rurais, o refinamento na forma exigida pelos ambientalistas, e parcialmente adotado pelo governo em sua nova proposta, imporá altos custos aos produtores sobretudo os de maior porte. O adicional à atividade do agronegócio afetarà sua eficiência, que tem essencial para assegurar sua crescente produtividade e seus resultados econômicos, com os quais tem sido gerado os bons números da balança comercial nos últimos anos.

Embora possa resultar em debates para o governo, o fato de o gesso dispor de um prazo razoável para discutir a nova MP, pode adiar sua decisão para depois da cerra da Rio + 20 (a conferência terminará no dia 22 de junho), podendo mais racionalidade ao debate.